



007543

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2018

Anexo XXIV

Respostas à Pedidos de Esclarecimentos: 1º Bloco de Perguntas e Respostas de 1 a 94; 2º Bloco de Perguntas e Respostas de 95 a 174; 3º Bloco de Perguntas e Respostas de 175 a 269; 4º Bloco de Perguntas e Respostas 270 a 316; 5º Bloco de Perguntas e Respostas de 317 a 323; 6º Bloco de Perguntas e Respostas 324; 7º Bloco de Perguntas e Respostas 325; 8º Bloco de Perguntas e Respostas 326; e 9º Bloco de Perguntas e Respostas de 327 a 330.





007544 P

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2018

Anexo XXIV

Respostas à Pedidos de Esclarecimentos: 1º Bloco de Perguntas e Respostas de 1 a 94; 2º Bloco de Perguntas e Respostas de 95 a 174; 3º Bloco de Perguntas e Respostas de 175 a 269; 4º Bloco de Perguntas e Respostas 270 a 316; 5º Bloco de Perguntas e Respostas de 317 a 323; 6º Bloco de Perguntas e Respostas 324; 7º Bloco de Perguntas e Respostas 325; 8º Bloco de Perguntas e Respostas 326; e 9º Bloco de Perguntas e Respostas de 327 a 330.

Observações:

a) Estes esclarecimentos são parte integrante do edital, do Contrato de Concessão e demais anexos. Previamente à assinatura do contrato, a minuta e os anexos do contrato, para facilitar a gestão, receberam as respostas dos pedidos de esclarecimentos.

b) O 1º BLOCO contém os seguintes anexos:

6 anexos sendo dois anexos da Questão 3, um anexo da Questão 4, um anexo da Questão 5 e dois anexos da Questão 6.

c) O 2º BLOCO contém os seguintes anexos:

2 anexos correspondentes às Questões 139 e 142.

d) Os Blocos de perguntas e respostas referem-se às seguintes datas:

1º Bloco publicado no DOE, edição de 07/06/2017;
2º Bloco publicado no DOE, edição de 15/06/2017;
3º Bloco publicado no DOE, edição de 24/06/2017;
4º Bloco publicado no DOE, edição de 27/07/2017;
5º Bloco publicado no DOE, edição de 18/08/2017;
6º Bloco publicado no DOE, edição de 07/09/2017;
7º Bloco publicado no DOE, edição de 19/09/2017;
8º Bloco publicado no DOE, edição de 23/09/2017;
9º Bloco publicado no DOE, edição de 12/01/2018.





007545

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

1º BLOCO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS DE 01 A 94

QUESTÃO 1

Favor indicar local para acesso/retirada dos Estudos e Levantamentos vinculados à Concessão que resultaram em aproveitamento conforme Ata da 223a reunião do CDPED que deverão serem ressarcidos.

RESPOSTA 1: Os estudos referentes ao Chamamento Público nº 02/2015, constam do Processo Administrativo STM nº 468/2016 que contém 11 volumes e 3931 páginas, podendo ser agendada vista ao referido processo pelo telefone: 3291-2249, com as Sras. Luana ou Fernanda.

QUESTÃO 2

Qual procedimento necessário para obtenção dos estudos/levantamentos vinculados à concessão, constantes do Processo da STM nº 0468/2016. Poderiam disponibilizar via dataroom?

RESPOSTA 2: Os estudos referentes ao Chamamento Público nº 02/2015, constam do Processo Administrativo STM nº 468/2016 que contém 11 volumes e 3931 páginas, podendo ser agendada vista ao referido processo pelo telefone: 3291-2249, com as Sras. Luana ou Fernanda.

QUESTÃO 3

Anexo XXXIII

No capítulo 4.1.1. são apresentadas as estimativas de demanda para a Linha 05 operando de Capão Redondo a Adolfo Pinheiro, com quantificação dos embarques e desembarques por estação na hora de pico da manhã e total de embarques diários.

Solicita-se o fornecimento dos dados reais de demanda do sistema de metrô para comparação e avaliação de eventuais desvios:

- Total de embarques por estação desagregado por hora ao longo do dia para a totalidade da rede de Metrô (incluindo a Linha 4) – poderá ser referente a março de 2017;
- Total de embarques mensais por linha na rede de Metrô em 2016 (incluindo Linha 4);
- Média de passageiros embarcados em dias úteis, sábados e domingos por linha na rede de Metrô em 2016 (incluindo Linha 4);
- Relação de tipologia de passageiros (pagantes exclusivos, pagantes integrados, gratuidades) para a totalidade do sistema de Metrô em 2016.

RESPOSTA 3: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta, razão pela qual as informações solicitadas não necessitam ser integradas ao edital. As formulações de cenários deverão ser elaboradas a exclusivo critério e risco da Licitante. De





007546

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

qualquer forma, por se tratar de dados públicos, as informações serão disponibilizadas e constam anexadas ao presente documento.

QUESTÃO 4

Anexo XXXIII - Na versão anterior do estudo de demanda, para cada cenário operacional foi publicada a informação relativa ao total de passageiros, desagregados por lindeiros e integrados (identificando também o modal de integração). Solicita-se que seja disponibilizada a mesma informação para a versão atualizada do estudo de demanda.

RESPOSTA 4: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta, razão pela qual as informações solicitadas não necessitam ser integradas ao edital. As formulações de cenários deverão ser elaboradas a exclusivo critério e risco da Licitante. De qualquer forma, por se tratar de dados públicos, as informações serão disponibilizadas e constam anexadas ao presente documento.

QUESTÃO 5

Anexo XXIII - As estimativas de demanda foram calculadas considerando a Proposta de Plano de Investimentos de Dezembro de 2015. Qual a configuração da restante rede de trilhos que deve ser considerada anualmente até 2025?

RESPOSTA 5: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta, razão pela qual as informações solicitadas não necessitam ser integradas ao edital. As formulações de cenários deverão ser elaboradas a exclusivo critério e risco da Licitante. De qualquer forma, por se tratar de dados públicos, as informações serão disponibilizadas e constam anexadas ao presente documento.

QUESTÃO 6

Anexo XXIII - Para uma adequada caracterização do sistema de transporte de São Paulo, solicita-se também o fornecimento dos dados reais de demanda do sistema da CPTM:

- i. Embarques na hora de pico da manhã por estação para a totalidade da rede – poderá ser referente a março de 2017;
- ii. Total de embarques mensais por linha no ano de 2016;
- iii. Média de passageiros embarcados em dias úteis, sábados e domingos por linha em 2016;
- iv. Relação de tipologia de passageiros (pagantes exclusivos, pagantes integrados, gratuidades) para a totalidade do sistema em 2016.

RESPOSTA 6: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta, razão pela qual as informações solicitadas não necessitam ser integradas ao edital. As formulações de





007547

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2018

cenários deverão ser elaboradas a exclusivo critério e risco da Licitante. De qualquer forma, por se tratar de dados públicos, as informações serão disponibilizadas e constam anexadas ao presente documento.

QUESTÃO 7

Anexo IV

O PODER CONCEDENTE entregará para a CONCESSIONÁRIA toda documentação recebida dos fornecedores das Linhas 5 – Lilás e 17 – Ouro e, a partir dessa documentação, a CONCESSIONÁRIA deverá:

Para elaborar custos de manutenção dos sistemas como citado no Anexo IV, faz-se necessário que as PROPONENTES recebam toda documentação recebida dos fornecedores das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro; para que a partir desta, seja possível providenciar todos os recursos adicionais necessários à manutenção dos sistemas, equipamentos, instalações e estruturas (documentação técnica, treinamento, sobressalentes, ferramentas, dispositivos especiais), bem como elaborar Manuais de Manutenção. Solicitamos, portanto, a disponibilização de tal documentação.

RESPOSTA 7: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta considerando as estimativas de custos de operação e manutenção pela Proponente. A documentação recebida dos fornecedores das Linhas 5 - Lilás e 17 – Ouro será disponibilizada à futura concessionária, conforme previsto no item 18 do Anexo VIII - Descrição da Situação Atual da Linha 5 – Lilás no Trecho Capão Redondo/Adolfo Pinheiro e item 1 do Anexo XII – Volume II - Recebimento de Edificações e Via Permanente. Contudo, qualquer documento da implantação das linhas, pode ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô – sic@metrosp.com.br

QUESTÃO 8

Anexo IV

O PODER CONCEDENTE entregará para a CONCESSIONÁRIA toda documentação recebida dos fornecedores das Linhas 5 – Lilás e 17 – Ouro e, a partir dessa documentação, a CONCESSIONÁRIA deverá:

Conforme Anexo IV, para elaboração dos custos de manutenção no que diz respeito a lista de sobressalentes, ferramentas, dispositivos especiais, solicitamos que o PODER CONCEDENTE nos informe quem são os subfornecedores de cada subsistema dos contratos citados no Anexo X.

RESPOSTA 8: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta considerando as estimativas de custos





007548

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

de operação e manutenção pela Proponente. A documentação recebida dos fornecedores das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro será disponibilizada à futura concessionária, conforme previsto no item 18 do Anexo VIII - Descrição da Situação Atual da Linha 5 - Lilás no Trecho Capão Redondo/Adolfo Pinheiro e item 1 do Anexo XII - Volume II - Recebimento de Edificações e Via Permanente. Contudo, qualquer documento da implantação das linhas, pode ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô - sic@metrosp.com.br

QUESTÃO 9

Contrato - 9.3.1. O subfaseamento das FASES I e III poderá envolver a eventual transferência de obrigações e investimentos extraordinários à CONCESSIONÁRIA, observadas as disposições relacionadas a INVESTIMENTOS ADICIONAIS previstas no 0.

O texto da cláusula apresenta falha de impressão ao final da clausula onde se lê, "...., observadas as disposições a INVESTIMENTOS ADICIONAIS previstas no 0.". Entendemos que está faltando o número correto do item a que se faz remissão.

RESPOSTA 9: Onde se lê "0", leia-se "CAPÍTULO XI".

QUESTÃO 10

5.18. A COMISSÃO, a seu critério, poderá efetuar diligências, exigindo que a LICITANTE apresente esclarecimento ou complementação da instrução do processo, podendo ainda:

Solicitar às LICITANTES, a qualquer momento, 5.18.1. esclarecimentos sobre os documentos constantes dos ENVELOPES e quais outros apresentados pela LICITANTE, admitindo-se o saneamento de falhas, de complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal, desde que os elementos faltantes possam ser apresentados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, sob pena de desclassificação ou inabilitação da LICITANTE.

10.1. A COMISSÃO poderá solicitar às LICITANTES, a qualquer momento, esclarecimentos sobre os documentos apresentados, admitindo-se o saneamento de falhas, de complementação de insuficiências ou, ainda, de correções de caráter formal, desde que os elementos faltantes possam ser apresentados no prazo máximo de 3 (três) dias, sob pena de desclassificação ou inabilitação da LICITANTE.

Edital - Nota-se a partir da redação conferida aos itens 5.18 e 10.1 conflito aparente de entendimento em relação à contagem do prazo de três dias para





007549

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

o saneamento de falhas relativas aos documentos apresentados pela LICITANTE. Enquanto o item 5.18 faz menção expressa a "dias úteis", o item 10.1 menciona apenas "dias". Dessa forma, entendemos que a contagem do prazo de 3 (três) dias deverá considerar dias úteis, em linha com o disposto no item 5.18. O nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 10: O entendimento está correto. A contagem do prazo de 3 (três) dias deverá considerar dias úteis, em linha com o disposto no item 5.18 do Edital.

QUESTÃO 11

Item 9.5.1. Encerrada a fase de credenciamento e consultado o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ambos do Governo Federal, o Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP do ESTADO, instituído nos termos do artigo 5º do Decreto Estadual n.º 60.106/2014 e, ainda o site www.esancoes.sp.gov.br, serão abertos os ENVELOPES 1 das LICITANTES aptas a participar da LICITAÇÃO, custodiando-se as GARANTIAS DE PROPOSTA de todos os LICITANTES.

Item 9.5.13. Após a classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS, e declarada como a LICITANTE melhor classificada aquela que apresentar o maior valor da OUTORGA FIXA no ordenamento constante dos 9.5.2 ou 9.5.9, será analisada a sua GARANTIA DE PROPOSTA, observados os requisitos e o regramento constantes do item 11 deste EDITAL.

Nos termos do item 9.5.1 e 9.5.13 do Edital, a Garantia de Proposta será analisada após a classificação da melhor proposta, permitindo, assim, que competidores que não tenham apresentado uma garantia idônea possam participar da fase disputa e de lance. A participação de empresa com garantia inidônea da fase de disputa e/ou lance pode desestabilizar o ambiente negocial do certame. E isso por dois motivos. Primeiro porque permite que empresas inidôneas sejam utilizadas como meio para garantir melhores condições para outra empresa. Isso ocorre quando a empresa com garantia inidônea apresenta proposta comercial irresponsável ciente que sua Garantia de Proposta não será aceita, o que beneficiaria a Licitante classificada em segundo lugar. Em segundo lugar, ainda que não seja o caso de conluio, a participação de empresa inidônea desestabiliza o ambiente negocial do certame ao fazer com que competidores sérios aumentem o valor de suas propostas a fim de acompanhar uma proposta irresponsável feita por um competidor que sequer tenha apresentado uma Garantia de Proposta idônea. A consequência máxima disso seria a inexecutabilidade da proposta apresentada pela empresa séria. Antes disso, ainda, a própria validade dos





007550

C

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

lances de uma empresa incapaz de apresentar uma garantia idônea poderá e deverá ser questionada. Dessa forma, essa situação traria questionamentos quanto à legitimidade do certame como um todo. Diante disso, entendemos que a fase de lances somente deverá ter início após a análise e julgamento da Garantia de Proposta. Está correto o nosso entendimento?

RESPOSTA 11: O entendimento não está correto. A fase de análise de garantia de proposta e propostas comerciais é a mesma e seguirá o disposto no Edital, analisando-se a garantia de proposta da Licitante melhor classificada em ato imediatamente subsequente à análise das Propostas Comerciais.

QUESTÃO 12

11.1.2 Para fins de apresentação da GARANTIA DE PROPOSTA, serão consideradas válidas aquelas com valor igual ou superior aos valores previstos nos itens 11.1 ou 11.1.1, conforme o caso, atualizados para o primeiro dia do mês de apresentação das PROPOSTAS, por meio da aplicação do IPC/FIPE.

11.1.3. Na hipótese de, até a data da apresentação das PROPOSTAS, não ter sido divulgado o índice correspondente ao mês da apresentação das PROPOSTAS, a atualização será calculada através da projeção, por meio da aplicação da última variação mensal conhecida do índice.

Com relação ao valor da Garantia de Proposta, os itens 11.1.2 e 11.1.3 disciplinam a forma de atualização através da aplicação da variação do IPC/FIPE, para o primeiro dia do mês de apresentação das propostas.

Com vistas à isonomia das propostas, solicita-se que a Comissão Especial de Licitação divulgue em tempo hábil, antes da data de apresentação dos Envelopes 1 e 2, o fator de atualização e o valor da Garantia de Proposta a serem adotados por todos os potenciais licitantes.

RESPOSTA 12: Acatado. Embora o Edital contenha todas as informações necessárias para a correta atualização dos valores de Garantia de Proposta, a STM, por liberalidade, divulgará os valores atualizados até o dia 03/07/2017, no DATAROOM da concessão disponível no sítio eletrônico www.stm.sp.gov.br.

QUESTÃO 13

Edital

Para efeito de julgamento das PROPOSTAS, o valor estabelecido no 12.4.item 12.3 será atualizado para o primeiro dia do mês da apresentação das PROPOSTAS, por meio da aplicação do IPC/FIPE.

Com relação ao valor da Outorga Fixa Mínima, o item 12.4 disciplina a forma de atualização através da aplicação da variação do IPC/FIPE, para o primeiro dia do mês de apresentação das propostas.





007551

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Com vistas à isonomia das propostas, solicita-se que a Comissão Especial de Licitação divulgue em tempo hábil, antes da data de apresentação dos Envelopes 1 e 2, o fator de atualização e o valor da Outorga Fixa Mínima a serem adotados por todos os potenciais licitantes.

RESPOSTA 13: Acatado. Embora o Edital contenha todas as informações necessárias para a correta atualização dos valores de Garantia de Proposta, a STM, por liberalidade, divulgará os valores atualizados até o dia 03/07/2017, no DATA ROOM da concessão disponível no sítio eletrônico www.stm.sp.gov.br.

QUESTÃO 14

Edital –

13.5.3. A LICITANTE deverá comprovar, por meio do balanço patrimonial indicado no item anterior, que, na data estabelecida para a entrega dos ENVELOPES prevista no preâmbulo deste EDITAL, possui patrimônio líquido de, no mínimo, R\$ 27.815.170,27 (vinte e sete milhões, oitocentos e quinze mil, cento e setenta reais e vinte e sete centavos), na data-base de 01/02/2017, correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado dos investimentos previstos para a CONCESSÃO.

13.5.3.1. Para fins de avaliação do patrimônio líquido das LICITANTES, o valor previsto no item 13.5.3 será atualizado para o primeiro dia do mês de apresentação das PROPOSTAS, por meio da aplicação do IPC/FIPE.

Com relação ao valor do Patrimônio Líquido das Licitantes, o item 13.5.3.1 disciplina a forma de atualização através da aplicação da variação do IPC/FIPE, para o primeiro dia do mês de apresentação das propostas.

Com vistas à isonomia das propostas, solicita-se que a Comissão Especial de Licitação divulgue em tempo hábil, antes da data de apresentação dos Envelopes 1 e 2, o fator de atualização e o valor do Patrimônio Líquido Mínimo a serem adotados por todos os potenciais licitantes, isolados e reunidos em consórcio.

RESPOSTA 14: Acatado. Embora o Edital contenha todas as informações necessárias para a correta atualização dos valores de Garantia de Proposta, a STM, por liberalidade, divulgará os valores atualizados até o dia 03/07/2017, no DATA ROOM da concessão disponível no sítio eletrônico www.stm.sp.gov.br.

QUESTÃO 15

Edital

13.6.2. Para a comprovação da aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da LICITAÇÃO, a LICITANTE deverá comprovar experiência prévia na operação de sistema de transporte público de passageiros urbano ou



007552 *P*

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2018

metropolitano com tecnologia de metrô, de metrô leve (monotrilho, VLT) ou ferroviária, por no mínimo 12 (doze) meses consecutivos, com pelo menos 400 (quatrocentas) mil entradas de passageiros, em média por dia útil, admitindo-se a soma de atestados para a comprovação do quantitativo de entrada de passageiros exigido, desde que pelo menos um dos atestados apresente 50% (cinquenta por cento) do quantitativo exigido.

13.6.3. A experiência exigida no item 13.6.2 também poderá ser comprovada por meio de atestados emitidos em nome de empresa controlada, controladora, e/ou empresas sob controle comum, direta ou indiretamente, nos termos definidos na Lei Federal n.º 6.404/1976, e de empresa matriz estrangeira de filial brasileira, desde que a situação (de sociedade controlada, controladora, e/ou empresas sob controle comum, direta ou indiretamente, e de empresa matriz estrangeira de filial brasileira) seja devidamente comprovada e demonstrada de forma detalhada pela LICITANTE e vigore desde data anterior à da publicação do EDITAL.

13.6.3.1. Na hipótese do item anterior, a LICITANTE deverá comprovar que a empresa detentora do atestado não incorre em nenhuma das restrições de participação na LICITAÇÃO previstas no item 4 deste EDITAL.

Dada a redação do item 13.6.2, que faculta à licitante a comprovação da experiência por meio de atestados emitidos em nome da empresa Controlada, Controladora e/ou empresas sob controle comum e ao disposto no item 13 que requer "Na hipótese do item anterior, a LICITANTE deverá comprovar que a empresa detentora do atestado não incorre em nenhuma das restrições de participação na LICITAÇÃO previstas no item 4 deste EDITAL", pergunta-se:

Em atendimento ao requerido no item 13.6.3.1 é suficiente uma declaração da empresa detentora do atestado, mencionado que a mesma não incorre em nenhuma das restrições de participação na licitação previstas no item 4 do Edital referente à Concorrência Internacional n.º. 02/2016 da STM?

Caso nosso entendimento esteja incorreto, solicitamos orientação sobre a forma de comprovação requerida.

RESPOSTA 15: O entendimento não está correto. A licitante deve comprovar, com os mesmos documentos que serão apresentados pelo licitante para fazer tais comprovações (consulta aos cadastros, certidão de que não está em falência, etc), nos termos previstos no Edital.

QUESTÃO 16

4.2. Controvérsias que porventura existam na aplicação e/ou na interpretação dos dispositivos e/ou documentos relacionados à CONCESSÃO, resolver-se-ão da seguinte forma:

(ii) em caso de divergências entre os ANEXOS, prevalecerão os ANEXOS elaborados pelo PODER CONCEDENTE; e





007553

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

(iii) Em caso de divergência entre os ANEXOS elaborados pelo PODER CONCEDENTE, prevalecerá o mais recente.

Entendemos que essa regra deve ser retirada da versão do CONTRATO a ser assinada, uma vez que os anexos elaborados pela CONCESSIONÁRIA são sempre produzidos em comum acordo com o PODER CONCEDENTE. Dessa forma, não há razão para privilegiar a regra ou interpretação contida nos anexos produzidos pelo PODER CONCEDENTE, em detrimento daqueles elaborados pela CONCESSIONÁRIA.

RESPOSTA 16: Não acatado. Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Edital.

QUESTÃO 17

5.1. Constitui objeto principal do presente CONTRATO: (v) a realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, assim considerados aqueles necessários à garantia de continuidade, de funcionalidade, de qualidade, de segurança e de expansão do SERVIÇO CONCEDIDO ou da infraestrutura a ele associada, essenciais à própria natureza do CONTRATO, nos termos da Cláusula 5.7 e 0;

Erro material: "Cláusulas 5.7 e 0". Favor esclarecer.

RESPOSTA 17: Onde se lê "0", leia-se "CAPÍTULO XI".

QUESTÃO 18

5.7. A realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS terá como objetivo garantir a continuidade, a funcionalidade, a qualidade e a segurança do SERVIÇO CONCEDIDO e da infraestrutura a ele associada, sendo regulada nos termos do 0.

Erro material: "...sendo regulada nos termos do 0". Favor esclarecer.

RESPOSTA 18: Onde se lê "0", leia-se "CAPÍTULO XI".

QUESTÃO 19

6.2. O PODER CONCEDENTE se manifestará acerca do PLANO OPERACIONAL, em até 30 (trinta) dias, contados do seu recebimento, prorrogáveis mediante justificativa, podendo, nesta oportunidade: (i) aprová-lo integralmente; ou (ii) aprová-lo parcialmente ou rejeitá-lo, apontando as adequações necessárias a serem feitas pela CONCESSIONÁRIA, que terá, no máximo, 10 (dez) dias, para reapresentá-lo ao PODER CONCEDENTE.

6.17. A CONCESSIONÁRIA não poderá iniciar a OPERAÇÃO COMERCIAL sem a aprovação, pelo PODER CONCEDENTE, do PLANO OPERACIONAL,





007554

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

dos planos de segurança operacional, do PLANO DE SEGUROS, do PLANO DE MANUTENÇÃO, do PLANO DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS e do PLANO DE GESTÃO DE RISCOS E CONTINGÊNCIAS, nos termos do ANEXO I - DIRETRIZES OPERACIONAIS MANDATÓRIAS DAS LINHAS E VOLUME I, do ANEXO III - REGULAMENTO DA CONCESSÃO e do ANEXO IV - DIRETRIZES DE MANUTENÇÃO MANDATÓRIAS DAS LINHAS.

Entendemos que a não-objeção expressa do Poder Concedente será enquadrada como aceitação tácita, autorizando a Concessionária a implementar o Plano Operacional. Dessa forma, sugerimos a inclusão de sub-cláusula nos seguintes termos:

"Cláusula 6.17.1 - A ausência de manifestação do PODER CONCEDENTE a respeito de quaisquer dos planos mencionados na Cláusula 6.17, nos prazos estipulados no CONTRATO, será considerada aceitação tácita e permitirá que a CONCESSIONÁRIA inicie a OPERAÇÃO COMERCIAL. Omissões injustificadas por PODER CONCEDENTE, com relação à avaliação dos planos mencionados na Cláusula 6.17, que gerem prejuízo à CONCESSIONÁRIA, serão passíveis de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do CONTRATO."

RESPOSTA 19: Não acatado. Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Edital.

QUESTÃO 20

7.8. O atraso no término das obras de requalificação e adequação, conforme cronograma de execução previsto na Cláusula 7.2, (vi), ensejará a aplicação de penalidade, nos termos deste CONTRATO, salvo quando o atraso for comprovadamente imputável ao PODER CONCEDENTE.

Entendemos que a produção de prova acerca de quem gerou o eventual atraso não é razoável, pois atribui caráter subjetivo para aplicação da regra contratual, afetando a segurança jurídica do CONTRATO. Sugerimos a mudança da redação dessa cláusula da seguinte forma:

"7.8. O atraso no término das obras de requalificação e adequação, conforme cronograma de execução previsto na Cláusula 7.2, (vi), ensejará a aplicação de penalidade quando a responsabilidade pelo atraso for atribuível à CONCESSIONÁRIA, nos termos das obrigações assumidas neste CONTRATO,"

RESPOSTA 20: Não acatado. Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Edital.

QUESTÃO 21

8.1.2. Eventuais condições distintas dos parâmetros discriminados pelo PODER CONCEDENTE nos ANEXOS do EDITAL, vícios ou defeitos, passivos





007535

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

de qualquer natureza ou execução das obras e/ou serviços em desacordo com as estipulações contratuais e/ou normas e/ou exigências técnicas de qualquer natureza atinentes ao objeto executado, identificados pela CONCESSIONÁRIA ao longo do procedimento de transferência, caso não venham a ser corrigidos pelo PODER CONCEDENTE no âmbito de contratos já celebrados, deverão ser sanados ou corrigidos pela CONCESSIONÁRIA, mediante incorporação ao CONTRATO sob a forma de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, de acordo com o procedimento previsto no 0.

1) O mecanismo descrito neste item será precedido de uma formalização do respectivo aditivo de contrato, no qual deverá constar, expressamente, o mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro. Está correto nosso entendimento?

2) Adicionalmente pedimos a gentileza de que referida Cláusula seja complementada com a referência correta na expressão "... de acordo com o procedimento previsto no 0".

RESPOSTA 21: 1) O entendimento está correto, nos termos das Cláusulas 53.7, 56.2 e 56.3 do Contrato. 2) Onde se lê "0", leia-se "CAPÍTULO XI".

QUESTÃO 22

8.1.3. Eventuais vícios ou passivos ocultos, verificados após a transferência dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, que não pudessem, comprovadamente, ter sido identificados pela CONCESSIONÁRIA quando do recebimento dos bens, deverão ser sanados ou corrigidos pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, mediante incorporação ao CONTRATO sob a forma de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, aplicando-se as disposições descritas no 0.

1) O mecanismo descrito neste item será precedido de uma formalização do respectivo aditivo de contrato, no qual deverá constar, expressamente, o mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro. Está correto nosso entendimento?

2) Adicionalmente pedimos a gentileza de que referida Cláusula seja complementada com a referência correta na expressão "... aplicando-se as disposições descritas no 0".

RESPOSTA 22: 1) O entendimento está correto, nos termos das Cláusulas 53.7, 56.2 e 56.3 do Contrato. 2) Onde se lê "0", leia-se "CAPÍTULO XI".

QUESTÃO 23

9.3.1. O subfaseamento das FASES I e III poderá envolver a eventual transferência de obrigações e investimentos extraordinários à CONCESSIONÁRIA, observadas as disposições relacionadas a





007556

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

INVESTIMENTOS ADICIONAIS previstas no 0.

Erro material: "previstas no 0". Favor esclarecer.

RESPOSTA 23: Onde se lê "0", leia-se "CAPÍTULO XI".

QUESTÃO 24

10.7.2. A CONCESSIONÁRIA, por sua vez: (ii) contratará, nos termos do procedimento previsto nas Cláusulas abaixo, AUDITOR INDEPENDENTE que atuará como agente técnico para apoio à avaliação dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO pela CONCESSIONÁRIA, incluindo as atividades de perícia de engenharia para avaliar as condições de recebimento da infraestrutura, bens e equipamentos relacionados à CONCESSÃO, além da identificação de eventuais vícios, defeitos, passivos e quaisquer outras não-conformidades dos equipamentos, dos sistemas, das instalações e/ou de quaisquer outros bens relacionados à CONCESSÃO, até o recebimento, pela CONCESSIONÁRIA, de toda a INFRAESTRUTURA EXISTENTE e da INFRAESTRUTURA EM IMPLANTAÇÃO.

Questão 1: Entendemos que os custos com a execução de testes e ensaios nos sistemas e equipamentos para a perícia dos bens integrantes da concessão estarão a cargo do Poder Concedente. Está correto o nosso entendimento?

Questão 2: Entendemos que nas avaliações dos bens integrantes da concessão, o AUDITOR INDEPENDENTE poderá ser acompanhado de equipe da Concessionária para realização da avaliação conjunta dos sistemas e equipamentos. Está correto o nosso entendimento?

Questão 3: Entendemos que o contrato com o Auditor Independente deverá ser mantido até o Termo de Conclusão de todo o trecho em implantação, linhas 5 e 17, inclusive nos casos de entregas parciais, quando o METRO terá até 24 meses para fazer a entrega plena da Linha 5 e 36 meses para a Linha 17 (ANEXO XVIII, Itens 3 e 6).

Está correto o nosso entendimento?

RESPOSTA 24: Questão 1: O entendimento não está correto. A perícia dos bens a ser feita pelo Auditor Independente, para fins de cumprimento da Cláusula 10.7.2., será de responsabilidade integral da Concessionária. Os testes e ensaios destinados ao comissionamento dos bens para entrega à Concessionária, quando julgados necessários pelo Poder Concedente, serão de responsabilidade deste. Questão 2: O entendimento está correto. Questão 3: O entendimento não está correto. O Auditor Independente deverá atuar durante todo o recebimento, pela Concessionária, da Infraestrutura Existente e da Infraestrutura da Implantação das Linhas 5 e 17. O arranjo jurídico de





007537

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

contratação do Auditor Independente pela Concessionária é de sua inteira gestão e responsabilidade.

QUESTÃO 25

14.4. As medidas a serem obrigatoriamente implantadas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos previstos nesta Cláusula, bem como nas Cláusulas 5.1, (iii), e 5.5, diferenciam-se dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS previstos no 0, por não configurarem alteração ou expansão do serviço.

Erro material: "previstos no 0". Favor esclarecer.

RESPOSTA 25: Onde se lê "0", leia-se "CAPÍTULO XI".

QUESTÃO 26

20.6.2.2. Caso o CMD_t^C seja igual ou inferior a 0,5 (zero vírgula cinco) por um período consecutivo igual ou maior a 3 (três) meses, por razões de responsabilidade comprovada e exclusiva da CONCESSIONÁRIA, incidirá penalidade, nos termos do CAPÍTULO XVII, além da possibilidade de decretação de caducidade da CONCESSÃO, nos termos da Cláusula 70.2, (vi).

66.1. O PODER CONCEDENTE poderá, sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a qualquer tempo, intervir na CONCESSÃO nas hipóteses abaixo, mediante prévia e expressa justificativa, para assegurar a regularidade, a adequação e a continuidade da prestação de SERVIÇO CONCEDIDO e/ou o cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

(iv) inadequações, insuficiências ou deficiências graves e reiteradas da prestação do SERVIÇO CONCEDIDO, caracterizadas pelo atingimento, por mais de 3 (três) períodos consecutivos, de resultado igual ou inferior a 0,5 (zero vírgula cinco) em um mesmo INDICADOR DE DESEMPENHO previsto neste CONTRATO (IQM ou IQS);

Quando um mesmo Indicador de Desempenho previsto no Contrato (IQM ou IQS), atingir por mais de 3 períodos consecutivos, resultado igual ou inferior a 0,5, prevê-se na Cláusula 20.6.2.2 a possibilidade de decretação da "caducidade" da Concessão e na Cláusula 66.1 (iv) tal desempenho ensejará a "intervenção" na Concessão.

Pergunta-se: qual cláusula deverá ser considerada?

RESPOSTA 26: Não há contradição entre as cláusulas 20.6.2.2 e 66.1.(iv). Nos termos da Cláusula 20.6.2.2 e da Cláusula 66.1.(iv), o atingimento, por mais de 3 (três) períodos consecutivos, de resultado igual ou inferior a 0,5 (zero vírgula cinco) em um mesmo Indicador de Desempenho previsto no Contrato (IQM ou IQS) poderá ensejar a intervenção na Concessão ou a decretação de





007558

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

caducidade da Concessão, conforme decisão a ser adotada pelo Poder Concedente. Onde se lê, "70.2.(vi)" na Cláusula 20.6.2.2, leia-se "70.2.(vii)".

QUESTÃO 27

21.4. Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o disposto nesta Cláusula, a forma de reajuste deverá ser adequada aos novos dispositivos legais.

Entendemos que a adequação aos novos dispositivos legais, conforme disposta nesta cláusula é passível da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente desta alteração.

Está correto nosso entendimento?

RESPOSTA 27: O entendimento está correto.

QUESTÃO 28

22.7. A CONCESSIONÁRIA poderá realizar a exploração comercial de empreendimento associado nas estações das LINHAS e nas ÁREAS REMANESCENTES, indicadas no ANEXO XIX - ÁREAS REMANESCENTES, desde que observadas as regras previstas neste CONTRATO e obtido o aceite formal do PODER CONCEDENTE para início das atividades nessas áreas.

Entendemos que a Concessionária será responsável pela manutenção, preservação e segurança das áreas remanescentes que não utilizar.

Está correto o nosso entendimento?

RESPOSTA 28: O entendimento está correto. A Concessionária será responsável pela manutenção, preservação e segurança das áreas remanescentes que não utilizar.

QUESTÃO 29

28.2.1. Os softwares, de qualquer natureza, que se revelem necessários ao desempenho do objeto do CONTRATO, e que tenham sido especificamente adquiridos ou criados para o desenvolvimento das atividades da CONCESSÃO, deverão ter sua licença de uso transferida, sem ônus e em código fechado, ao PODER CONCEDENTE ao final da CONCESSÃO, por um prazo não inferior a 5 (cinco) anos.

Questão 1: Uma vez que os softwares adquiridos pela SPE serão licenciados para o CNPJ da mesma, como deverá ser realizada a transferência dessas licenças para o Poder Concedente já que a SPE será extinta ao final da concessão e por conseguinte serão extintos os licenciamentos dos softwares adquiridos?

Questão 2: A Concessionária poderá, no momento da aquisição dos





007539

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

softwares, licenciá-los em nome do Poder Concedente, para realizar a transferência das licenças de uso dos softwares ao final da concessão?

Questão 3: Nos casos dos softwares que não seja realizada a aquisição de licenças e seja cedido à Concessionária o direito de uso dos mesmos, como deverá ser realizada a transferência do software para o Poder Concedente, uma vez que essa cessão é realizada à SPE?

Questão 4: No tocante aos softwares de uso geral para aplicações operacionais, tais como: sistemas operacionais, gerenciadores de banco de dados, antivírus, softwares do tipo office, entre outros, as licenças, caso existam, serão transferidas do Metrô para a Concessionária?

Questão 5: Caso a resposta da questão anterior seja afirmativa, quais as licenças e quantidade serão transferidas?

Questão 6: Caso a resposta da questão 4 seja negativa, a Concessionária deverá adquirir as licenças? Se sim, em quais quantidades e para quais sistemas operacionais?

RESPOSTA 29: Questão 1 e 2: Os Softwares poderão ser licenciados em nome do Poder Concedente ou de quem este indicar no momento da aquisição. Questão 3: No caso de direito de uso e não de aquisição a cessão de direito de uso deverá ser adotada providência para transferência do direito de uso ao Poder Concedente ou a quem este indicar. Questão 4 e 5: No período de transição, a Concessionária em conjunto com o Metrô (operador da linha) fará uso dos softwares de uso geral, mas estes não serão transferidos ao final do período. Questão 6: Os quantitativos e as naturezas devem ser definidos e dimensionados pelo interessado, considerando suas estratégias de negócios e operacionais.

QUESTÃO 30

29.4.1. O PROGRAMA DE DESMOBILIZAÇÃO OPERACIONAL conterá a verificação e recebimento de cópia de segurança em CD, ou em outro meio eletrônico, de todos os programas-fonte, que será depositada pela CONCESSIONÁRIA, em conjunto com o PODER CONCEDENTE, em um cofre de banco.

Questão 1: A expressão "programas-fonte" deve ser entendida como código-fonte dos softwares?

Questão 2: Caso a resposta da pergunta anterior seja negativa, qual a definição detalhada de programas-fonte?

Questão 3: Caso a resposta da questão 1 seja afirmativa, em alguns casos a aquisição de softwares de mercado não envolve a aquisição de licenças e sim a aquisição do direito de uso dos softwares. Nestes casos a Concessionária não possuirá o código fonte dos softwares. Como a Concessionária deverá





007560

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2018

proceder dada a exigência de depósito em cofre de banco destes códigos-fonte?

Questão 4: Caso a resposta da questão 1 seja afirmativa, a aquisição de alguns softwares de mercado não transfere para a Concessionária o código-fonte dos mesmos. Nestes casos, como a Concessionária deverá proceder dada a exigência de depósito em cofre de banco destes códigos-fonte?

RESPOSTA 30: Questão 1 e 2: Sim. Questão 3 e 4: Os códigos fontes em questão são softwares desenvolvidos para aplicação nos sistemas e não softwares de mercado.

QUESTÃO 31

29.8.1. Na hipótese de eventuais correções ou substituições a serem feitas pela CONCESSIONÁRIA, o TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO deverá indicar, de forma motivada, o prazo para sua execução.

Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, entendemos que caso a Concessionária discorde da motivação apontada pelo Poder Concedente no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, terá direito a manifestar-se e apresentar as suas razões técnicas devidamente fundamentadas do porquê entende a correção ou substituição determinada pelo PODER CONCEDENTE não é devida. O nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 31: O entendimento está correto. A Concessionária poderá se manifestar no relatório final da Comissão de Desmobilização, que será considerado quando da elaboração do Termo Provisório de Devolução, nos termos previstos na Cláusula 29.7 do Contrato, bem como manifestar-se, e apresentar suas razões técnicas, em caráter de recurso, caso discorde da decisão adotada pelo Poder Concedente no Termo Provisório de Devolução, observada a Cláusula 29.7 do Contrato.

QUESTÃO 32

29.15. Eventuais indenizações devidas pelo PODER CONCEDENTE quando da extinção da CONCESSÃO não impedirão a retomada da CONCESSÃO.

Entendemos que no caso de existirem valores a serem pagos a título de indenização à CONCESSIONÁRIA, estes deverão ser pagos antes de eventual retomada da concessão pelo PODER CONCEDENTE, caso a extinção da concessão ocorra pelas seguintes hipóteses: (i) advento do termo contratual ou (ii) encampação. A Lei Federal nº 8.987/1995 estabelece em seus artigos 36 e 37 que, nessas duas hipóteses, a retomada da concessão ocorrerá apenas após o pagamento das indenizações devidas à





007561

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

CONCESSIONÁRIA.

Dessa forma, solicita-se que o dispositivo em questão seja emendado com o objetivo de esclarecer o ponto aqui apresentado.

RESPOSTA 32: Não acatado. O pagamento prévio de indenização é devido apenas na hipótese de encampação pela Lei Federal n. 8.989/1995, o que foi observado no âmbito da Cláusula 69.2 do Contrato de Concessão.

QUESTÃO 33

35.1. A CONCESSIONÁRIA deverá obter prévia anuência do PODER CONCEDENTE para qualquer modificação de sua composição societária que implique TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO direto, nos termos deste CONTRATO e do artigo 27 da Lei Federal n.º 8.987/1995.

35.4. Para obter a anuência do PODER CONCEDENTE, nos casos exigidos nesta Cláusula, o pretendente deverá:

(i) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal que foram exigidas na LICITAÇÃO, e que sejam necessárias à continuidade da prestação do SERVIÇO CONCEDIDO;

Entendemos que não será exigida capacidade técnica do novo integrante do quadro acionário da SPE quando os acionistas remanescentes cumprirem integralmente com os requisitos técnicos descritos no Edital. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 33: O entendimento está correto, desde que a SPE mantenha, nos termos da Clausula 40.1.(xiv), após a Transferência de Controle e durante todo o prazo da Concessão, todas as condições de habilitação que lhe foram exigidas na Licitação, necessárias à prestação do Serviço Concedido, observada a Cláusula 35.4.1 do Contrato de Concessão.

QUESTÃO 34

38.2. O IQS será calculado de acordo com a seguinte fórmula, para cada LINHA da CONCESSÃO:

$$\text{IQS} = (0,2 \times \text{INT}) + (0,2 \times \text{TMP}) + (0,05 \times \text{ICO}) + (0,1 \times \text{IAL}) + (0,1 \times \text{ICL}) + (0,05 \times \text{IRG}) + (0,3 \times \text{ISU})$$

Anexo II - 8. INDICADOR DE QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO (IQS)
A avaliação da qualidade da operação prestada pela CONCESSIONÁRIA será determinada pelo Indicador de Qualidade do Serviço Prestado – IQS, o qual será calculado, a partir dos indicadores anteriormente apresentados, de acordo





007562

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

com a seguinte fórmula:

$$IQS = (0,2 \times INT) + (0,2 \times TMP) + (0,05 \times ICO) + (0,1 \times IAL) + (0,1 \times ICL) + (0,1 \times IRG) + (0,25 \times ISU)$$

Divergência no peso dos indicadores ISU e IRG entre a cláusula 38.2 e o Item 8 do Anexo II. Favor esclarecer.

RESPOSTA 34: Devem-se considerar os pesos indicados no Anexo II, de forma que o cálculo do IQS ocorrerá a partir da fórmula constante do item 8 do Anexo II:
$$IQS = (0,2 \times INT) + (0,2 \times TMP) + (0,05 \times ICO) + (0,1 \times IAL) + (0,1 \times ICL) + (0,1 \times IRG) + (0,25 \times ISU).$$

QUESTÃO 35

Cláusula 40. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Entendemos que o pagamento do IPTU das Estações, Pátios e demais instalações, bem como o pagamento do IPVA, licenciamentos de veículos operacionais e taxas municipais de inspeção das escadas rolantes e elevadores que são de propriedade do Metrô e serão concedidos à Concessionária, serão de responsabilidade da Concessionária. Está correto o nosso entendimento?

RESPOSTA 35: O entendimento está correto. O pagamento do IPTU das Estações, Pátios e demais instalações, bem como o pagamento do IPVA, licenciamentos de veículos operacionais e taxas municipais de inspeção das escadas rolantes serão de responsabilidade da Concessionária.

QUESTÃO 36

Cláusula 46.1. Constituem, dentre outros, riscos de engenharia e de operação assumidos pela CONCESSIONÁRIA:

(iv) atrasos no processo de obtenção de autorizações, licenças e/ou permissões a serem emitidas por autoridades administrativas, exigidas para execução das atividades previstas no objeto da CONCESSÃO e cuja responsabilidade pela obtenção seja de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, nos termos deste CONTRATO, bem como por eventuais decisões judiciais que suspendam a execução de obras ou de serviços de sua responsabilidade, decorrentes de atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA, após o recebimento do TERMO DE CONCLUSÃO PARCIAL DE INFRAESTRUTURA EM IMPLANTAÇÃO ou TERMO DE CONCLUSÃO DE INFRAESTRUTURA EM IMPLANTAÇÃO;

Cláusula 46.3. Constituem, dentre outros, riscos ambientais a serem assumidos pela CONCESSIONÁRIA:

(iv) Atraso na obtenção das licenças, autorizações e alvarás que, nos termos





007563

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

deste CONTRATO, sejam de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, ou cuja responsabilidade seja a ela delegada.

De acordo com essas cláusulas do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA assume o risco e a responsabilidade por atrasos no processo de obtenção de autorizações, licenças e/ou permissões a serem emitidas por autoridades administrativas e que, nos termos do CONTRATO, a obtenção seja de sua responsabilidade. No entanto, essa regra não considera que eventuais atrasos podem ocorrer por parte das próprias autoridades administrativas mediante inobservância de prazos legais ou regulamentares para a emissão da autorização, licença ou permissão solicitada. Dito de outra forma, a redação dessa cláusula do CONTRATO, da forma como está, atribui à CONCESSIONÁRIA uma responsabilidade sobre fatos que não estão sob seu controle. Atrasos por parte de autoridades públicas não poderão ser mitigados por esforços da CONCESSIONÁRIA, de modo que esta não pode vir a ser sancionada nessa hipótese. Dessa forma, entendemos que as cláusulas em referência deverão ser reescritas no momento de assinatura do CONTRATO, a fim de resguardar a CONCESSIONÁRIA de atrasos das próprias autoridades administrativas nos processos de emissão de autorizações, licenças e/ou permissões. Alternativamente, propõe-se que a medição dos INDICADORES DE DESEMPENHO seja suspensa no caso de atraso da autoridade administrativa para além do prazo legal/regulamentar.

RESPOSTA 36: Não acatado. A Cláusula 46.1.(iv) do Contrato de Concessão delimita, de forma objetiva, o escopo de responsabilidade da Concessionária, em relação a atrasos no processo de obtenção de autorizações, licenças e/ou permissões a serem emitidas por autoridades administrativas, exigidas para execução das atividades previstas no objeto da Concessão e cuja obtenção seja de sua responsabilidade, nos termos deste Contrato de Concessão, bem como por eventuais decisões judiciais que suspendam a execução de obras ou de serviços de sua responsabilidade, após o recebimento do Termo de Conclusão Parcial de Infraestrutura em Implantação ou Termo de Conclusão de Infraestrutura em Implantação.

QUESTÃO 37

48.3. O mecanismo de compartilhamento previsto nesta Cláusula terá início com a operação do Trecho Capão Redondo - Chácara Klabin, sem a inclusão da Estação Campo Belo, sendo aplicado até o final do prazo da CONCESSÃO.

Em função do "ramp-up" nos primeiros meses de operação, sugerimos que, a exemplo do que ocorreu na Linha 4 do Metrô de São Paulo, o mecanismo de mitigação do risco de demanda tenha início seis meses após a operação comercial do Trecho Capão Redondo - Chácara Klabin.





007564

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

RESPOSTA 37: Não acatado. Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Edital.

QUESTÃO 38

Contrato - Entendemos que os valores das tabelas contidas nas Cláusulas 48.10 e 48.11 já excluem os passageiros integrados entre a Linha 5 e a Linha 17. Está correto nosso entendimento?

RESPOSTA 38: O entendimento está correto. A demanda projetada não considera os passageiros integrados.

QUESTÃO 39

50.1. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA ou por determinação do PODER CONCEDENTE, observadas as disposições deste 0.

Erro material: "disposições deste 0". Favor esclarecer.

RESPOSTA 39: Onde se lê "0", leia-se "CAPÍTULO X".

QUESTÃO 40

50.12. Após manifestação de ambas as PARTES, o PODER CONCEDENTE resolverá, em prazo compatível, sobre o cabimento ou não da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, observadas as disposições deste 0 e o disposto na Cláusula 50.17.

Erro material: "disposições deste 0". Favor esclarecer.

RESPOSTA 40: Onde se lê "0", leia-se "CAPÍTULO X".

QUESTÃO 41

51.1.2. Estabelecer e planejar os INVESTIMENTOS ADICIONAIS já passíveis de previsão para o período subsequente, bem como seu correspondente cronograma físico-financeiro, conforme regras previstas no 0, sempre observando o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a vinculação ao EDITAL e ao CONTRATO e as demais restrições legais.

Erro material: "previstas no 0". Favor esclarecer.

RESPOSTA 41: Onde se lê "0", leia-se "CAPÍTULO XI".

QUESTÃO 42

51.2. Para a REVISÃO ORDINÁRIA dos INDICADORES DE DESEMPENHO, as PARTES realizarão avaliação conjunta dos indicadores vigentes, das metas estabelecidas, e dos valores de penalização previstos para cada indicador, levando em conta a busca da melhoria contínua da prestação do SERVIÇO





007565

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

CONCEDIDO, e estabelecendo prazo razoável para adequação dos novos padrões exigidos, culminando:

(iii) na revisão dos valores de penalização previstos para cada PARÂMETRO DE DESEMPENHO, nas hipóteses em que o montante vigente se mostrar excessivo, ou insuficiente para estimular o esforço necessário da CONCESSIONÁRIA para o atingimento e a superação das metas estabelecidas; e/ou

Não há definição para PARÂMETRO DE DESEMPENHO. Favor esclarecer.

RESPOSTA 42: Onde se lê "PARÂMETRO DE DESEMPENHO", leia-se "INDICADOR DE DESEMPENHO".

QUESTÃO 43

51.8. O resultado do processo de REVISÃO ORDINÁRIA de que trata esta cláusula não ensejará reequilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO, ressalvadas as revisões decorrentes da inclusão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, cujo procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro observará o regramento previsto no 0.

Erro material: "previsto no 0". Favor esclarecer.

RESPOSTA 43: Onde se lê "0", leia-se "CAPÍTULO XI".

QUESTÃO 44

56.2. A inclusão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, na forma prevista neste 0, importará na prévia análise de eventual necessidade e/ou capacidade de obtenção de financiamento(s) adicional(is) pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 71.2, inciso (i), bem como na eventual necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a qual poderá se dar concomitantemente à inclusão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS ou, excepcionalmente, em momento posterior, devendo-se considerar, necessariamente, a integralidade dos investimentos e custos de qualquer natureza, diretos e indiretos, inclusive de mobilização, incorridos pela CONCESSIONÁRIA.

Erro material: "prevista neste 0". Favor esclarecer.

RESPOSTA 44: Onde se lê "0", leia-se "CAPÍTULO XI".

QUESTÃO 45

64.2. Caso a CONCESSIONÁRIA opte pela subcontratação do escopo principal dos serviços necessários à realização dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, nos termos do 0, o PODER CONCEDENTE deverá conceder a





007566 e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

sua não-objeção à referida contratação, podendo exigir comprovação de que a empresa contratada possui os requisitos técnicos e financeiros suficientes para a perfeita execução do contrato.

Erro material: "termos do 0". Favor esclarecer.

RESPOSTA 45: Onde se lê "0", leia-se "CAPÍTULO XI".

QUESTÃO 46

68.2.1. O PODER CONCEDENTE não assumirá, salvo quando do exercício da prerrogativa mencionada na Cláusula 68.2, qualquer responsabilidade ou ônus quanto aos contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA, não sendo devida nenhuma indenização à CONCESSIONÁRIA ou a terceiros pelo encerramento de tais relações contratuais.

A Cláusula faz referência equivocada à Cláusula 68.2. Pedimos a gentileza de corrigir a referência, na medida em que a cláusula 68.2 não estabelece qualquer prerrogativa do PODER CONCEDENTE de intervir na concessão. Acreditamos que a referência correta seja à Cláusula 67.2.

RESPOSTA 46: O entendimento não está correto. Trata-se da prerrogativa de subrogação nos contratos em curso pelo futuro operador constante da Cláusula 68.2.

QUESTÃO 47

68.6. Com o advento do termo contratual, a CONCESSIONÁRIA não fará jus a qualquer indenização relativa a investimentos em BENS REVERSÍVEIS previstos originalmente neste CONTRATO, observada a disciplina e as ressalvas previstas na Cláusula 28 e na Cláusula 29.

Ainda que exista um procedimento específico para a desmobilização da concessão nas Cláusulas 29 e 68.4, não se pode negar o direito da CONCESSIONÁRIA ser ressarcida pelo valor dos bens reversíveis que não tenham sido devidamente amortizados. A Lei Federal nº 8.987/1995 confere esse direito à CONCESSIONÁRIA.

RESPOSTA 47: O entendimento não está correto. O risco de amortização dos investimentos originalmente previstos no Contrato de Concessão é exclusivo da Concessionária.

QUESTÃO 48

Anexo I - Diretrizes Operacionais Mandatórias

8.1. Em condições normais de operação, a movimentação dos trens deverá ser realizada de modo automático com operador na cabine no caso da Linha 5 (grau de automação GoA2, STO – Semi Automated Train Operation), e no modo automático sem operador na cabine no caso da Linha 17 (grau de





007567

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

automação GoA3, DTO – Driverless Train Operation), conforme IEC-62290.

Entendemos que, conforme mencionado no item 8.1 do Anexo I, será necessária a presença de operadores de trem em cada um dos trens em operação comercial na Linha 5 e um atendente a bordo em cada um dos trens em operação comercial na Linha 17. Está correto nosso entendimento?

RESPOSTA 48: O entendimento está correto. O grau de automação especificado para a Linha 5 é GoA2, STO – Semi Automated Train Operation que não possibilita total comando dos trens pelo CCO. Entretanto, consoante o item 8.2 do Anexo I – Diretrizes Operacionais Mandatórias das Linhas, a Concessionária poderá adaptar o sistema para graus de automação superiores, GoA3 (DTO – Driverless Train Operation) ou GoA4 (UTO – Unattended Train Operation), por sua conta e risco. A Linha 17 está especificada com grau de automação GoA3, DTO – Driverless Train Operation.

QUESTÃO 49

Anexo VI - Diretrizes de Requalificação e Adequação da Infraestrutura de Transportes

1. Introdução

(...)

O presente memorial descritivo traz uma análise da integração da Linha 5-Lilás com a Linha 9-Esmeralda da CPTM de acordo com os estudos de demanda projetada, constituindo proposta para ampliação da estação Santo Amaro, na perspectiva da parceria do Governo do Estado com a iniciativa privada, ora em processo.

3. Estação Santo Amaro – Projeção 2018

Com o intuito de adequar as instalações das estações Santo Amaro do Metrô e da CPTM ao crescimento projetado da demanda de transferência, recomendam-se as providências listadas a seguir, necessárias para facilitar a circulação dos usuários entre a plataforma da Linha 5 e o mezanino de integração da CPTM:

Entendemos que o disposto no Anexo VI é meramente uma proposta de intervenção na Infraestrutura da Estação Santo Amaro, cabendo à Concessionária definir a melhor solução, desde que atendidos determinados níveis de serviço, como por exemplo a escala de Fruin, que mede a densidade de ocupação. Está correto nosso entendimento? Se sim, qual o parâmetro (nível de serviço) a ser utilizado para a solução? Se não, quais os pontos considerados obrigatórios do Anexo VI a serem considerados na solução?

RESPOSTA 49: O entendimento não está correto, nos termos do item 7.1 do contrato. O disposto no Anexo VI, no que se refere à ampliação das instalações de transferência de passageiros na Estação Santo Amaro, é solução





007568

C

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

mandatória, cabendo à Concessionária o detalhamento e implantação da infraestrutura, nos termos Cláusula 7 do Contrato e seus anexos. Quaisquer alterações a serem propostas pela Concessionária deverão ser submetidas à não objeção do Poder Concedente.

QUESTÃO 50

Anexo VIII - 6. ELEVADORES

Esclarecer quanto a existência de elevadores na estação Capão Redondo, pois na lista não consta elevadores para essa estação

RESPOSTA 50: Na estação Capão Redondo existem 2(dois) elevadores instalados conforme segue: Plataforma 1: Thyssen-hidráulico-EDF-1 e Plataforma 2: Thyssen-hidráulico-EDF-2.

QUESTÃO 51

Anexo VIII - 9. SISTEMA DE SINALIZAÇÃO ATC

Esclarecer se quando da assunção pela Concessionaria o sistema de sinalização existente (CMT/MUX/ATO) ainda estará em operação ou já estará em operação o sistema de sinalização CBTC. A Concessionaria será responsável pela desmobilização ou desmontagem do sistema CMT/MUX/ATO, seja nos equipamentos ao longo da via ou embarcados ?

RESPOSTA 51: O Sistema de sinalização CBTC já está em operação no trecho operacional. A Concessionária não será responsável pela desmobilização ou desmontagem do sistema CMT/MUX/ATO, seja nos equipamentos ao longo da via ou embarcados.

QUESTÃO 52

Anexo VIII - 15. VEICULOS AUXILIARES

Esclarecer se Caminhão Socorro (TV-205) será disponibilizado à Concessionaria junto com os equipamentos de socorro que o compõe, se sim, relacionar quais são esses equipamentos.

RESPOSTA 52: O caminhão socorro TV-205 (adaptado com terra-via) será disponibilizado, acompanhado do sistema de rodeiro falso.

QUESTÃO 53

Anexo VIII – Descrição da Situação Atual da Linha 5 - trecho Capão Redondo/Adolfo Pinheiro

Esclarecer se o sistema de detecção e combate a incêndio do trecho existente





007589

P

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

(Capão Redondo - Adolfo Pinheiro) será disponibilizado à Concessionária, se sim, relacionar quais são esses equipamentos.

RESPOSTA 53: O sistema de detecção e combate a incêndio do trecho existente (Capão Redondo - Adolfo Pinheiro) será disponibilizado à Concessionária. Os equipamentos estão relacionados no item 13 - SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA, do Anexo VIII.

QUESTÃO 54

Anexo IX – Volume I - PROJETOS DAS EDIFICAÇÕES E OBRAS DA LINHA 5 - LILÁS - TRECHO ADOLFO PINHEIRO (EXCLUSIVE) / CHÁCARA KLABIN
Solicitamos disponibilizar as características técnicas, quantidades e projeto geométrico da Via Permanente do Trecho Adolfo Pinheiro - Chácara Klabin e do Pátio Guido Caloi.

RESPOSTA 54: As características técnicas constam do Anexo XVII. Quantidades do sistema de via permanente são: (i) 18 880 m de fixação direta sobre placa de apoio dos trilhos sem resiliência; (ii) 4 665 m de fixação direta sobre placa de apoio dos trilhos com resiliência; (iii) 18.657 m de laje de concreto armado com amortecimento massa mola, sendo 5.390m com isoladores metálicos amortecidos e 13.267m com PADs elastoméricos; (iv) 25 unidades AMV em laje, tipo UIC-60-190- 1:9, jacaré móvel com resiliência, em fixação direta; (v) 2 unidades de AMV em laje, tipo UIC 60-190 1:9, jacaré fixo com resiliência, em fixação direta; (vi) 74.193 m de trilho UIC-60; (vii) 38 unidades de AMV em lastro com dormente de concreto, tipo UIC 60-100 1:5, jacaré fixo; (viii) 1 unidade de AMV em lastro com dormente de concreto, tipo UIC 60-190 1:9, jacaré fixo; (ix) 1 unidade de Fornecimento de cruzamento duplo em "X" - abertura 1:2,5, jacaré duplo; (x) 22 unidades de para-choque móvel autofrenante. Os Projetos Geométricos estão disponíveis ao público no *Dataroom* da concessão, no link: Chamamento Público.

QUESTÃO 55

Anexo IX – Volume I – PROJETOS DAS EDIFICAÇÕES E OBRAS DA LINHA 5 - LILÁS - TRECHO ADOLFO PINHEIRO (EXCLUSIVE) / CHÁCARA KLABIN – 3.1.10 Chácara Klabin

Esclarecer quais são e onde estão localizadas as salas técnicas e operacionais que serão disponibilizadas à Concessionária na Estação Chácara Klabin.

RESPOSTA 55: As áreas disponíveis para instalação das salas técnicas e operacionais da Linha 5 estão localizadas no prédio das salas técnicas operacionais da Linha 2-Verde, níveis 779, 885 e 787, 385.

QUESTÃO 56





007570

P

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Anexo IX – Volume II –

3.1.12 Equipamento do Sistema de Sinalização de Bordo - O equipamento de sinalização de bordo é o CITYFLO 650 da Bombardier que possui tecnologia CBTC. Maiores detalhes constam do item 3.2 deste documento.

3.2 Material Rodante – Veículos de Manutenção

Um total de 23 veículos de manutenção terra-via poderão ser equipados com o Sistema de Sinalização de Bordo simplificado o que permitirá que esses veículos sejam rastreados nas vias e pátios.

Esclarecer a citação do item 3.2, pois este se trata de veículos de manutenção e não da descrição do sistema de sinalização

RESPOSTA 56: Onde se lê item “3.2”, leia-se item “3.3”.

QUESTÃO 57

Anexo IX – Volume II – 3.4 Sistema de Controle Centralizado – SCC

1) Esclarecer onde será instalado o novo SCC. 2) O CC5 se localiza no Pátio Capão Redondo ? 3) Qual tipo de infraestrutura e informação estará disponível no CCO Vergueiro ?

RESPOSTA 57: 1) O SCC será instalado no CC5. 2) O CC5 se localiza no Pátio Capão Redondo. 3) Toda infraestrutura e equipamentos do SCC serão instalados exclusivamente no CC5.

QUESTÃO 58

Anexo IX – Volume II – 3.5.1 Sistema de Controle de Acesso – SCA

Quais serão os equipamentos do sistema de Controle de Acesso que serão instalados nos Poços de Ventilação e Saída de Emergência - PVSE?

O sistema de SCA será instalado também nas estações e pátio do trecho operacional (Capão Redondo - Adolfo Pinheiro)?

Se sim, qual o prazo para entrega à Concessionária deste sistema.

RESPOSTA 58: Os equipamentos do sistema de Controle de Acesso a serem instalados nos Poços de Ventilação e Saída de Emergência – PVSE são os seguintes: 1) para as portas de acesso à via, serão instalados sensores de abertura de porta e sensores de presença conectados à sua respectiva controladora de acesso; 2) para as portas de acesso à área externa do poço, serão utilizados leitores de cartão MIFARE para entrada e saída e fecho eletromecânico, conectado a sua respectiva controladora de acesso. O sistema SCA será instalado nas estações existentes do trecho operacional em 2017 e até 2018 no Pátio Capão Redondo. A estação Adolfo Pinheiro já possui o sistema instalado.





007571

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

QUESTÃO 59

Anexo IX – Volume II – 3.5.3 Sistema de Comunicações Fixas – SCF

O sistema SCF será instalado também nas estações e pátio do trecho operacional (Capão Redondo - Adolfo Pinheiro)? Se sim, qual o prazo para entrega à Concessionária deste sistema.

RESPOSTA 59: Sim, no prazo de até 2020. A estação Adolfo Pinheiro já possui o sistema modernizado.

QUESTÃO 60

Anexo IX – Volume II – 3.5.4 Sistema de Controle Local – SCL

O sistema SCL será instalado também nas estações e pátio do trecho operacional (Capão Redondo - Adolfo Pinheiro)? Se sim, qual o prazo para entrega à Concessionária deste sistema.

RESPOSTA 60: Sim, no prazo de até 2020. A estação Adolfo Pinheiro já possui o sistema modernizado.

QUESTÃO 61

Anexo IX – Volume II – 3.5.5 Sistema de Comunicações Móveis de Voz e Dados – SCMVD

O sistema SCMVD será instalado também nas estações e pátio do trecho operacional (Capão Redondo - Adolfo Pinheiro)? Se sim, qual o prazo para entrega à Concessionária deste sistema. Quantos terminais portáteis - TPD's serão disponibilizados à Concessionária ?

RESPOSTA 61: Sim. Será entregue ainda em 2017. Serão disponibilizados 500 TPD's.

QUESTÃO 62

Anexo IX – Volume II – 3.5.7 Sistema de Multimídia – SMM

As telas do sistema SMM serão instaladas também nas estações e pátio do trecho operacional (Capão Redondo - Adolfo Pinheiro)?

Se sim, qual o prazo para entrega à Concessionária deste sistema.

RESPOSTA 62: Sim, no prazo de até 2020. A estação Adolfo Pinheiro já possui as novas telas do sistema.

QUESTÃO 63

Anexo IX – Volume II – 3.6.1.2 S/E Primária Bandeirantes:

A S/E Primária Bandeirantes é uma edificação composta de dois pavimentos, localizada próximo ao limite da faixa da linha de transmissão LTA Sul - Bandeirantes da Concessionária de energia, que opera atualmente em 88 kV, com previsão de operar futuramente em 138 kV.





007572

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

- A S/E Primária Bandeirantes apresenta a seguinte configuração, conforme ilustrado na Erro! Fonte de referência não encontrada. 3.6.1.2.

Esclarecer o erro material existente no primeiro subitem.

RESPOSTA 63: Onde se lê "3.6.1.2", leia-se: "3.6.1.1".

QUESTÃO 64

Anexo IX – Volume II – 3.6.4 Rede Aérea e Seccionadoras de Vias

Esclarecer se já foi ou se será instalada rede aérea nas linhas de manutenção do bloco A do Pátio Capão Redondo

RESPOSTA 64: Estão instaladas as redes aéreas em duas linhas de manutenção do bloco A do Pátio de Capão Redondo.

QUESTÃO 65

Anexo IX – Volume II – 3.6.6 Rota de Fuga

O sistema Rota de Fuga será instalado também nas estações e pátio do trecho operacional (Capão Redondo - Adolfo Pinheiro)?

Se sim, qual o prazo para entrega à Concessionária deste sistema.

RESPOSTA 65: O sistema Rota de Fuga não é aplicável para estações e vias de entrada e de estacionamento dos pátios. No trecho operacional (Capão Redondo/Adolfo Pinheiro) este sistema já está instalado e em funcionamento.

QUESTÃO 66

Anexo IX – Volume II – 3.6.6 Rota de Fuga

No CC5 e no CCO Vergueiro, serão fornecidos 2 servidores centrais (um por localidade) que concentram todos os dados recebidos dos servidores das estações novas e faz integração com o sistema existente do SCAP das outras linhas. Além disso, também é fornecido um servidor de Bilhete Único para tratamento de possíveis integrações com o SCAP existente.

Os servidores centrais do SCAP contém a base de dados e executam uma série de processos backend que permitem tanto a comunicação com os dispositivos de estação, como a parametrização e processamento das transações geradas pelos mesmos. Há também uma aplicação de IHM acessível por web, para ser utilizada nas estações de trabalho.

Erro Material nos dois parágrafos desta pagina, pois o texto apresentado refere-se ao sistema SCAP

RESPOSTA 66: O entendimento está correto.

QUESTÃO 67

Anexo IX – Volume II – 3.7.3 Ar Condicionado

O sistema de Ar Condicionado será instalado também nos ambientes





007573

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

necessários (Sala de Equipamentos Eletrônicos e Sala de Supervisão Operacional) das estações existentes (Trecho Capão Redondo - Adolfo Pinheiro) ?

RESPOSTA 67: No Trecho Capão Redondo/Largo Treze, o sistema não será instalado. Na Estação Adolfo Pinheiro, o sistema está instalado.

QUESTÃO 68

Anexo IX – Volume II – 3.7.4 Escadas Rolantes

Solicitamos informar quantas escadas rolantes serão instaladas por localidade

RESPOSTA 68: Os quantitativos estão descritos no Volume I do Anexo IX. Observamos que na Estação Borba Gato deve ser considerada a quantidade de 16 escadas rolantes, conforme desenhos constantes do Anexo IX, e não 19, conforme constou no descritivo – Volume I.

QUESTÃO 69

Anexo IX – Volume II – 3.7.5 Elevadores

Solicitamos informar quantos elevadores serão instalados por localidade

RESPOSTA 69: Os quantitativos dos elevadores das estações estão descritos no Volume I do Anexo IX. Observamos que: 1) O Pátio Guido Caloi conta com 8 elevadores, conforme desenhos, constantes do anexo referido. 2) para as estações Alto da Boa Vista e Moema além dos elevadores nas estações haverá elevador também nas salas técnicas.

QUESTÃO 70

Anexo IX – Volume II – 3.7.6 Monta Carga

Solicitamos informar quantos monta cargas serão instalados por localidade

RESPOSTA 70: Serão instalados 3 monta cargas no Pátio Guido Caloi, conforme desenhos constantes do Volume I do Anexo IX

QUESTÃO 71

Anexo IX – Volume II – 3.7.8 Detecção e Combate a Incêndio

O sistema Detecção e Combate à Incêndio será instalado também nas estações e pátio do trecho operacional (Capão Redondo - Adolfo Pinheiro) ? Se sim, qual o prazo para entrega à Concessionária deste sistema.

RESPOSTA 71: O sistema está instalado nas estações operacionais da Linha 5. No pátio Capão Redondo, o sistema está em implantação com previsão de conclusão no exercício de 2018.

QUESTÃO 72

Anexo IX – Volume II – 3.7.14 Portas de Plataforma – PSD

O sistema Detecção e Combate à Incêndio será instalado também nas





007574

C

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

estações e pátio do trecho operacional (Capão Redondo - Adolfo Pinheiro) ?
Se sim, qual o prazo para entrega à Concessionária deste sistema.

RESPOSTA 72: Vide resposta à questão 71.

QUESTÃO 73

Anexo X - 1.4 .IMPLEMENTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A implantação da Linha 17 – Ouro, está prevista para se dar em 3(três) Fases ou

Trechos, a saber:

Falta a descrição dos Trechos 2 e 3

RESPOSTA 73: Trata-se de erro material. Onde se lê: “3 (três) Fases ou Trechos, leia-se: “1 Trecho”.

QUESTÃO 74

1.6.4 Estação Morumbi-CPTM

Solicitamos disponibilizar os desenhos relativos à Estação Morumbi

RESPOSTA 74: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta considerando as estimativas de custos de operação e manutenção pela Proponente. A documentação recebida dos fornecedores da Linha 17 – Ouro será disponibilizada à futura concessionária, conforme previsto no item 1 do Anexo XII – Volume II - Recebimento de Edificações e Via Permanente.

Os desenhos e informações técnicas relativos a Estação Morumbi da Linha 17 encontram-se disponíveis no Edital de Concorrência do Metrô nº 40367213, podendo ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô – sic@metrosp.com.br

QUESTÃO 75

Anexo X - 1.6.5.1 - Sistema de Escadas Rolantes e Elevadores

Solicitamos o fornecimento das características técnicas, funcionais, quantidades e sobressalentes previstos para este sistema.

RESPOSTA 75: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta considerando as estimativas de custos de operação e manutenção pela Proponente. A documentação recebida dos fornecedores da Linha 17 – Ouro será disponibilizada à futura concessionária, conforme previsto no item 1 do Anexo XII – Volume II - Recebimento de Edificações e Via Permanente.





007575

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

As informações técnicas solicitadas encontram-se disponíveis no Edital de Concorrência do Metrô/Contrato nº 4006321301, podendo ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô – sic@metrosp.com.br

QUESTÃO 76

Anexo X - 1.6.5.2 - Sistema de Alimentação Elétrica e Auxiliares

Solicitamos o fornecimento das características técnicas, funcionais, quantidades e sobressalentes previstos para este sistema.

RESPOSTA 76: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta considerando as estimativas de custos de operação e manutenção pela Proponente. A documentação recebida dos fornecedores da Linha 17 – Ouro será disponibilizada à futura concessionária, conforme previsto no item 1 do Anexo XII – Volume II - Recebimento de Edificações e Via Permanente.

As informações técnicas solicitadas encontram-se disponíveis no Edital de Concorrência do Metrô/Contrato nº 4004321302, podendo ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô – sic@metrosp.com.br

QUESTÃO 77

Anexo X - 1.6.5.3 - Sistema de Telecomunicações

Solicitamos o fornecimento das características técnicas, funcionais, quantidades e sobressalentes previstos para este sistema.

RESPOSTA 77: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta considerando as estimativas de custos de operação e manutenção pela Proponente. A documentação recebida dos fornecedores da Linha 17 – Ouro será disponibilizada à futura concessionária, conforme previsto no item 1 do Anexo XII – Volume II - Recebimento de Edificações e Via Permanente.

As informações técnicas solicitadas encontram-se disponíveis no Edital de Concorrência do Metrô/Contrato nº 4005321301, podendo ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô – sic@metrosp.com.br

QUESTÃO 78

Anexo X - 3 - Implantação da Via Principal





007576

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Solicitamos o fornecimento das características técnicas, funcionais, projeto geométrico, quantidades e sobressalentes previstos para este sistema.

RESPOSTA 78: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta considerando as estimativas de custos de operação e manutenção pela Proponente. A documentação recebida dos fornecedores da Linha 17 – Ouro será disponibilizada à futura concessionária, conforme previsto no item 1 do Anexo XII – Volume II - Recebimento de Edificações e Via Permanente.

As informações técnicas e desenhos solicitadas encontram-se disponíveis no Edital de Concorrência do Metrô/Contrato nº 4220921301, podendo ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô – sic@metrosp.com.br

QUESTÃO 79

Anexo X - 6.1 - Sistema de Controle Centralizado

Solicitamos o fornecimento das características técnicas, funcionais, quantidades e sobressalentes previstos para este sistema.

RESPOSTA 79: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta considerando as estimativas de custos de operação e manutenção pela Proponente. A documentação recebida dos fornecedores da Linha 17 – Ouro será disponibilizada à futura concessionária, conforme previsto no item 1 do Anexo XII – Volume II - Recebimento de Edificações e Via Permanente.

As informações técnicas e desenhos solicitadas encontram-se disponíveis no Edital de Concorrência do Metrô/Contrato nº 4220921301, podendo ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô – sic@metrosp.com.br

QUESTÃO 80

Anexo X - 6.2 - Sistema de Sinalização

Solicitamos o fornecimento das características técnicas, funcionais, quantidades e sobressalentes previstos para este sistema.

RESPOSTA 80: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta considerando as estimativas de custos de operação e manutenção pela Proponente. A documentação recebida dos fornecedores da Linha 17 – Ouro será disponibilizada à futura concessionária, conforme previsto no item 1 do Anexo XII – Volume II - Recebimento de Edificações e Via Permanente.





007577 ©

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

As informações técnicas e desenhos solicitadas encontram-se disponíveis no Edital de Concorrência do Metrô/Contrato nº 4220921301, podendo ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô – sic@metrosp.com.br

QUESTÃO 81

Anexo X - 6.1 - Sistema de Portas de Plataforma

Solicitamos o fornecimento das características técnicas, funcionais, quantidades e sobressalentes previstos para este sistema.

RESPOSTA 81: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta considerando as estimativas de custos de operação e manutenção pela Proponente. A documentação recebida dos fornecedores da Linha 17 – Ouro será disponibilizada à futura concessionária, conforme previsto no item 1 do Anexo XII – Volume II - Recebimento de Edificações e Via Permanente.

As informações técnicas e desenhos solicitadas encontram-se disponíveis no Edital de Concorrência do Metrô/Contrato nº 4220921301, podendo ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô – sic@metrosp.com.br

QUESTÃO 82

Anexo X - 6.1 - Sistema de Captação de Energia pelo Trem

Solicitamos o fornecimento das características técnicas, funcionais, quantidades e sobressalentes previstos para este sistema.

RESPOSTA 82: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta considerando as estimativas de custos de operação e manutenção pela Proponente. A documentação recebida dos fornecedores da Linha 17 – Ouro será disponibilizada à futura concessionária, conforme previsto no item 1 do Anexo XII – Volume II - Recebimento de Edificações e Via Permanente.

As informações técnicas e desenhos solicitadas encontram-se disponíveis no Edital de Concorrência do Metrô/Contrato nº 4220921301, podendo ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô – sic@metrosp.com.br

QUESTÃO 83

Anexo X - 6.6 - Material Rodante





007578

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Solicitamos o fornecimento das características técnicas, funcionais, quantidades e sobressalentes previstos para este sistema.

RESPOSTA 83: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta considerando as estimativas de custos de operação e manutenção pela Proponente. A documentação recebida dos fornecedores da Linha 17 – Ouro será disponibilizada à futura concessionária, conforme previsto no item 1 do Anexo XII – Volume II - Recebimento de Edificações e Via Permanente.

As informações técnicas e desenhos solicitadas encontram-se disponíveis no Edital de Concorrência do Metrô/Contrato nº 4220921301, podendo ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô – sic@metrosp.com.br

QUESTÃO 84

Anexo X - 6 - Implantação de Sistemas

Está Previsto pelo Poder Concedente o fornecimento de Equipamentos de Manutenção (Máquina de Lavar Trens, Equipamento para troca de pneus etc) para o pátio Água Espraiada ? Se sim fornecer as características técnicas e funcionais e quantidades

RESPOSTA 84: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta considerando as estimativas de custos de operação e manutenção pela Proponente. A documentação recebida dos fornecedores da Linha 17 – Ouro será disponibilizada à futura concessionária, conforme previsto no item 1 do Anexo XII – Volume II - Recebimento de Edificações e Via Permanente.

As informações técnicas e desenhos solicitadas encontram-se disponíveis no Edital de Concorrência do Metrô/Contrato nº 4220921301, podendo ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô – sic@metrosp.com.br

QUESTÃO 85

Anexo X - 6 - Implantação de Sistemas

Está Previsto pelo Poder Concedente o fornecimento de Veículos de Via e Manutenção - Veículos Auxiliares?

Se sim fornecer as características técnicas e funcionais e quantidades

RESPOSTA 85: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta considerando as estimativas de custos de operação e manutenção pela Proponente. A documentação recebida dos fornecedores da Linha 17 – Ouro será disponibilizada à futura concessionária,





007579

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

conforme previsto no item 1 do Anexo XII – Volume II - Recebimento de Edificações e Via Permanente.

As informações técnicas e desenhos solicitadas encontram-se disponíveis no Edital de Concorrência do Metrô/Contrato nº 4220921301, podendo ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô – sic@metrosp.com.br

QUESTÃO 86

6.6 - Material Rodante

O contrato com o Consórcio CMI foi paralisado em DEZ/15 e, conforme detalhado em item 1.8.1, está sendo alvo de ação judicial, onde se propôs um acordo entre as partes, visando à continuidade das atividades. A justiça determinou uma perícia, antes de uma decisão final. As obras estão totalmente paralisadas

Erro Material : não existe o item 1.8.1 citado neste parágrafo

RESPOSTA 86: Erro material. Fica excluído do texto a expressão “conforme detalhado em item 1.8.1”.

QUESTÃO 87

ANEXO XI - Diretrizes para Transição Operacional e de Manutenção

2.1.3. A Concessionária, o METRÔ e o Poder Concedente adotarão as medidas necessárias à efetivação do recebimento dos bens inventariados, para seu reconhecimento e assunção da responsabilidade pela Concessionária e a devida assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, que deverá ocorrer nos últimos 30 (trinta) dias da FASE Pré-Operacional.

3.1.3 A Concessionária, o METRÔ e Poder Concedente adotarão as medidas necessárias à efetivação do recebimento dos bens inventariados, para a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, que deverá ocorrer nos últimos 60 (sessenta) dias da FASE Pré-Operacional, para reconhecimento dos bens e assunção da responsabilidade sobre os mesmos.

Esclarecer qual é o prazo estabelecido pois o item 3.1.3 - cita nos últimos 60 (sessenta) dias da Fase pré-operacional.

RESPOSTA 87: O prazo do item 3.1.3 está claro, ou seja últimos sessenta dias da Fase Pré-Operacional, e decorrerá do início e da dinâmica da Fase Pré-Operacional, que são passíveis de identificação nos termos das cláusulas 10.1, 10.6 e do Anexo XI.

QUESTÃO 88

ANEXO XII - VOLUME I – Recebimento de Sistemas e Material Rodante





SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Este anexo será utilizado para o recebimento da Linha 17 também?
Se não, esclarecer qual o documento a ser utilizado para recebimento da Linha 17

RESPOSTA 88: Sim.

QUESTÃO 89

O Anexo XXVI do Edital "Modelo de Proposta" determina que seja reconhecida a firma do subscritor da proposta econômica. Considerando que a proposta econômica é um documento sigiloso, nos termos do parágrafo 3º do artigo 3º da Lei de Licitações, e que o reconhecimento de firma da assinatura do seu subscritor a tornaria acessível a terceiros, podendo ensejar a devassa do sigilo da proposta comercial, o que, inclusive, configuraria crime previsto no artigo 94 da Lei nº 8.666/93, entendemos que tal exigência constou por equívoco do aludido anexo. De tal modo, gostaríamos de confirmar o entendimento de que não é necessário o reconhecimento de firma da proposta econômica e que tal exigência constou por engano no Anexo XXVI do Edital.

RESPOSTA 89: O entendimento está correto. Não há necessidade de reconhecimento de firma da proposta comercial.

QUESTÃO 90

Anexo XXVI - Modelo de Proposta
Erro Material : o item 2.3 não existe.

RESPOSTA 90: Onde se lê: "2.4", leia-se "2.3".

QUESTÃO 91

ANEXO XL Anexo 01 – Compromisso de Pagamento de Remuneração

O preenchimento do Anexo 01, requer dados que um Consórcio Licitante que ainda não se transformou em SPE não consegue preencher tais como: CNPJ, Inscrição Estadual e Inscrição Municipal, solicitamos esclarecer se este compromisso poderá ser prestado pelas Consorciadas individualmente ou pela Líder do Consórcio, ao invés da SPE.

RESPOSTA 91: O documento pode ser preenchido e assinado pela líder do consórcio, nos termos do item 13.3.3.1 ou ainda na forma do item 13.3.3.2, ambos do Edital.

QUESTÃO 92

Contrato - Cláusula 5.7

O texto da cláusula apresenta falha de impressão ao final da clausula onde se lê, "...", sendo regulada no termos do 0.". Entendemos que está faltando o





007581

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

número correto da clausula a que se faz remissão.

RESPOSTA 92: Onde se lê "0", leia-se "CAPÍTULO XI".

QUESTÃO 93

Contrato - Cláusula 8.1.2

O texto da cláusula apresenta falha de impressão ao final da clausula onde se lê, "...., de acordo com o procedimento previsto em 0.". Entendemos que está faltando o número correto do procedimento a que se faz remissão.

RESPOSTA 93: Onde se lê "0", leia-se "CAPÍTULO XI".

QUESTÃO 94

Contrato - Cláusula 8.1.3

O texto da cláusula apresenta falha de impressão ao final da clausula onde se lê, "...., aplicando-se as disposições descritas no 0.". Entendemos que está faltando o número correto do item a que se faz remissão.

RESPOSTA 94: Onde se lê "0", leia-se "CAPÍTULO XI".

Observações: a) Estes esclarecimentos contém 6 anexos que estão disponibilizados no DATAROOM da concessão no sítio eletrônico www.stm.sp.gov.br, sendo dois anexos da Questão 3, um anexo da Questão 4, um anexo da Questão 5 e dois anexos da Questão 6.

2º BLOCO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS DE 95 A 174

QUESTÃO 95

CAPITULO XII. GARANTIAS E SEGUROS - Cláusula 57. Garantia de Execução

A exigência da "Cláusula 57.8. A GARANTIA DE EXECUÇÃO deverá abranger todos os fatos ocorridos durante a sua vigência, ainda que o sinistro seja comunicado pelo PODER CONCEDENTE após a superação do termo final de vigência da GARANTIA DE EXECUÇÃO, devendo abranger as hipóteses de responsabilização do PODER CONCEDENTE" quando prestada na modalidade de seguro garantia, conforme permitido na Cláusula 57.4., fere os artigos 205 e 206 do código civil brasileiro:

"Seção IV

Dos Prazos da Prescrição

Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

Art. 206. Prescreve:





007582

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

§ 1º Em um ano:

...

II - a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo:

- a) para o segurado, no caso de seguro de responsabilidade civil, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuência do segurador;
- b) quanto aos demais seguros, da ciência do fato gerador da pretensão;"

Não é possível deixar em aberto o prazo de comunicação do sinistro conforme disposto na Cláusula, inviabilizando a obtenção da garantia nesta modalidade. Solicitamos adequar/alterar a exigência na forma da lei.

RESPOSTA 95: O entendimento não está correto. Não há incompatibilidade entre a cláusula 57.8 e a legislação vigente.

QUESTÃO 96

Cláusula 1.1 - Definição de PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NA LINHA 5: "A soma do total de PASSAGEIROS PAGANTES, PASSAGEIROS GRATUITOS e de TRANSFERÊNCIAS (entre linhas do sistema de transporte metroferroviário da RMSP) que utiliza o serviço de transporte da LINHA 5."

Entendemos que o conceito de PASSAGEIRO TRANSPORTADO NA LINHA 5 inclui os passageiros oriundos das linhas da EMTU nos terminais Capão Redondo e Campo Limpo, recebendo a Concessionária a TARIFA DE REMUNERAÇÃO por estes passageiros. Está correto nosso entendimento?

RESPOSTA 96: O entendimento está correto. Os passageiros oriundos das linhas da EMTU nos terminais Capão Redondo e Campo Limpo serão considerados PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NA LINHA 5, fazendo a CONCESSIONÁRIA jus ao recebimento da TARIFA DE REMUNERAÇÃO, desde que tais passageiros utilizem o serviço de transporte da LINHA 5, e se qualifiquem como PASSAGEIROS PAGANTES, PASSAGEIROS GRATUITOS ou de TRANSFERÊNCIAS (entre linhas do sistema de transporte metroferroviário da RMSP).

QUESTÃO 97

Cláusula 1.1 Definição de Linha 17 – Ouro

Na tabela consta a descrição da Linha 17 como sendo composta por oito estações elevadas, porém relaciona as estações Brooklin e Vila Paulista. Entendemos que a redação correta seria Estação Brooklin Paulista. Não existe a Estação Vila Paulista. Está correto o nosso entendimento?

RESPOSTA 97: O entendimento está correto. Erro material.





007583

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

QUESTÃO 98

Cláusula 5.8 A realização das atividades de operação e de manutenção de eventual expansão do SERVIÇO CONCEDIDO em trechos que se caracterizem como prolongamento das LINHAS objeto da CONCESSÃO será objeto de celebração de termo aditivo, no âmbito do qual será definido o mecanismo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, sendo obrigatória a operação do trecho expandido pela CONCESSIONÁRIA.

Entendemos que o mecanismo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro se refere às opções listadas na Cláusula 50.13 do contrato. O nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 98: O entendimento está correto.

QUESTÃO 99

Cláusula 10.3: "O prazo previsto na cláusula 10.1 também poderá ser prorrogado, por até 180 (cento e oitenta) dias, caso a OPERAÇÃO COMERCIAL DA LINHA 5 não possa ser iniciada após o transcurso do prazo originalmente previsto para conclusão da FASE PRÉ-OPERACIONAL, por razão de interesse público devidamente justificada."

Uma vez que existem previsões contratuais claras que disciplinam os mecanismos para atraso do início da OPERAÇÃO COMERCIAL DA LINHA 5, entendemos que o atraso de entrega do TRECHO NÃO OPERACIONAL não é justificativa para prorrogação do prazo informado na Cláusula 10.3. Está correto nosso entendimento? Quais poderiam ser as justificativas de interesse público para o respectivo atraso?

RESPOSTA 99: O entendimento não está correto. O prazo previsto na cláusula 10.1 também poderá ser prorrogado, por até 180 (cento e oitenta) dias, caso a OPERAÇÃO COMERCIAL DA LINHA 5 não possa ser iniciada após o transcurso do prazo originalmente previsto para conclusão da FASE PRÉ-OPERACIONAL, por razão de interesse público, devidamente justificada, o que pode incluir, exemplificadamente, a hipótese de atraso de entrega do TRECHO NÃO OPERACIONAL, caso se julgue prejudicial ao interesse público o início da OPERAÇÃO COMERCIAL DA LINHA 5 nestas condições.

QUESTÃO 100

Cláusula 14.7. O PODER CONCEDENTE, em decorrência de sua competência para fiscalizar a CONCESSÃO, poderá exigir a implantação de medidas pela CONCESSIONÁRIA visando ao cumprimento de obrigações previstas neste CONTRATO ou nos ANEXOS, ou ao atendimento de INDICADORES DE DESEMPENHO originalmente previstos no CONTRATO,





007581

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

ou decorrentes dos processos de revisão contratual constantes da Cláusula 51 ou, ainda, de legislação ou de regulamentação vigente ou superveniente à DATA DE ASSINATURA deste CONTRATO, não ensejando qualquer direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, ressalvadas as hipóteses previstas na Cláusula 48.

Erro Material - "... ressalvadas as hipóteses previstas na Cláusula 47."

RESPOSTA 100: Erro material. Onde se lê, "Cláusula 48", leia-se "Cláusula 47".

QUESTÃO 101

Contrato Cláusula 16.8.1: "O sistema de gestão ambiental de que trata a Cláusula 16.8 deverá ser certificado por organismo certificador, credenciado pelo INMETRO, para sistema de gestão ambiental, a partir da OPERAÇÃO COMERCIAL das LINHAS, conforme previsto no ANEXO XV - CADERNO TÉCNICO DE LICENÇAS AMBIENTAIS DAS LINHAS."

Item 30 do Anexo XXI: "Deixar de disponibilizar o certificado de conformidade com a ISO 14001, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da conclusão da FASE IV, ou deixar de mantê-lo válido durante todo o período de CONCESSÃO."

Questão 1 - Entendemos que o prazo para certificação do sistema de Gestão Ambiental é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da conclusão da FASE III. Está correto nosso entendimento?

Questão 2 - A redação correta para o Item 30 do Anexo XXI seria: "Deixar de disponibilizar o certificado de conformidade com a ISO 14001, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da conclusão da FASE III, ou deixar de mantê-lo válido durante todo o período de CONCESSÃO" Está correto o nosso entendimento?

RESPOSTA 101: Questão 1. O entendimento está correto. Questão 2: O entendimento está correto, onde se lê, "FASE IV", leia-se "FASE III".

QUESTÃO 102

Cláusula 22.16.2 - Receitas Acessórias: "O desconto de que trata a Cláusula 22.16.1 ocorrerá em periodicidade anual, a partir do terceiro ano de vigência da CONCESSÃO, no 5º (quinto) dia útil do mês de maio de cada ano da CONCESSÃO."

Entendemos que a periodicidade da aferição do encontro de contas de que trata a Cláusula 22.16.1 também será anual. Está correto nosso





007585

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

entendimento?

RESPOSTA 102: O entendimento está correto.

QUESTÃO 103

Cláusula 39.1 (xx) - Direitos e Obrigações do Poder Concedente: "arbitrar eventual cobrança de valores e regulamentar as interfaces decorrentes de futura expansão do SISTEMA METROFERROVIÁRIO a partir das estações operadas pela CONCESSIONÁRIA, sendo defeso, salvo por motivo técnico insuperável, que esta negue ou embarace o compartilhamento da infraestrutura existente com terceiros"

Na hipótese desta cláusula, resta salvaguarda à Concessionária eventual pleito de recomposição da equação econômico-financeira do Contrato. Está correto nosso entendimento?

RESPOSTA 103: O entendimento não está correto. O arbitramento de valores pelo Poder Concedente, previsto na Cláusula 39.1 (xx), tem como objetivo assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato na hipótese de compartilhamento de infraestrutura com terceiros, sendo tal arbitramento realizado com observância do devido processo legal e do contraditório, com a participação da Concessionária, podendo esta se valer dos mecanismos contratuais de solução de controvérsias, na hipótese de discordância com a decisão do Poder Concedente.

QUESTÃO 104

53.3 O PODER CONCEDENTE poderá, independentemente de concordância por parte da CONCESSIONÁRIA, realizar investimentos que poderiam ser caracterizados como INVESTIMENTOS ADICIONAIS, nos termos do CONTRATO, por si, por outras entidades do ESTADO, ou mediante contratações de terceiros, desde que técnica e economicamente seja mais vantajoso ao interesse público, sem que disto decorra qualquer direito à CONCESSIONÁRIA, respeitando as diretrizes de convivência previstas na Cláusula 9 e no ANEXO XVI – DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA.

Entendemos que em qualquer situação o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro será assegurado à Concessionária. Assim, em havendo desequilíbrio, mesmo na hipótese prevista na Cláusula 53.3, a Concessionária fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 104: O entendimento está correto. Mesmo na hipótese prevista na Cláusula 53.3, caso da realização dos investimentos decorra desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, conforme previsto no Capítulo X, poderá a





007586 P

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Concessionária pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

QUESTÃO 105

54.1. Caberá à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas no CONTRATO, em especial na Cláusula 40 e na Cláusula 46: (xvii) arcar com danos e impactos ambientais ou de mobilidade urbana decorrentes da execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, ainda que não tenham sido considerados quando da mensuração do reequilíbrio econômico-financeiro correspondente;

Entendemos que o fato de que eventuais danos e impactos ambientais ou de mobilidade urbana que não tenham sido previamente identificados diligentemente pela Concessionária ou pelo Poder Concedente e considerados no momento da celebração do Termo Aditivo, não impede que possam ser reequilibrados posteriormente, nos termos do Contrato de Concessão. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 105: O entendimento não está correto. As partes se vincularão os termos fixados no termo aditivo, inclusive com relação à matriz de risco prevista nas Cláusulas 54 e 55, ou, se o caso, à matriz de risco a ser pactuada naquela oportunidade.

QUESTÃO 106

Cláusula 63.6. É vedada a contratação, pela CONCESSIONÁRIA, de qualquer terceiro que tenha figurado como LICITANTE na LICITAÇÃO, que tenha sido desabilitado, desclassificado ou vencido na LICITAÇÃO.

Entendemos que a aquisição de peças sobressalentes e serviços junto a fabricantes de sistemas críticos e exclusivos das Linhas 5 e 17, tais como empresas detentoras de patentes ou operacionalizados através de softwares fechados e/ou dedicados, não se enquadram na vedação dessa cláusula. Está correto o nosso entendimento?

RESPOSTA 106: O entendimento está correto, desde que demonstrada a exclusividade no momento da solicitação prévia de aprovação da contratação de terceiro, a ser feita pela Concessionária, ao Poder Concedente, conforme o caso concreto.

QUESTÃO 107

74.9.1. O não recolhimento de qualquer multa aplicada, quando impossível sua compensação com valores devidos pelo PODER CONCEDENTE, nos termos e prazo fixados pelo PODER CONCEDENTE, caracterizará falta grave, e poderá ensejar a intervenção na CONCESSIONÁRIA, além de implicar a incidência de correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao





007587

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

mês, calculado pro rata die, podendo o PODER CONCEDENTE executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO.

Entendemos que a intervenção na Concessão somente poderá ser instaurada quando esgotados todos os procedimentos de recebimento dos valores devidos ao Poder Concedente, inclusive o acionamento da Garantia de Execução do Contrato. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 107: O entendimento está correto, nos termos da Cláusula 57.3 do Contrato de Concessão.

QUESTÃO 108

Anexo I - 2.3. Cabe à CONCESSIONÁRIA fornecer um Sistema de Controle de Acesso que, a partir de dados de controle dos bloqueios das estações, disponibilize ao PODER CONCEDENTE, em tempo real, os dados referentes às entradas e transferências efetivamente havidas, assim como a identificação do título de transporte utilizado.

Questão 1: Qual a definição detalhada de "identificação do título de transporte utilizado"?

Questão 2: Quais informações (por exemplo: se é um bilhete de gratuidade, ou vale transporte, ou bilhete Edmonson, número do bilhete, etc.) deverão ser enviadas ao Poder Concedente?"

RESPOSTA 108: Questão 1: É o tipo de bilhete utilizado para acesso ao sistema de transporte. Questão 2: Todas as informações existentes e processadas em cada transação deverão ser disponibilizadas, por exemplo, tipo de bilhete (BU, BOM, EDMONSON), carteira (bilhete de gratuidade ou vale transporte ou passe escolar, fidelidade etc), horário, estação, identificação do bloqueio, número do bilhete, etc., e outros, que na gestão do Contrato de Concessão, o Poder Concedente possa entender necessária.

QUESTÃO 109

Anexo I - 6. Gestão operacional:

6.1. A CONCESSIONÁRIA deverá prover e disponibilizar ao PODER CONCEDENTE um sistema informatizado que permita a visualização, emissão periódica de relatórios e o tratamento de dados que permitam a extração de relatórios pré-definidos ou customizados, de acordo com as possíveis demandas, com o que possa se ter a seu dispor, minimamente, informações ou imagens sobre: [...]

6.2. Especificamente para o Sistema de Arrecadação deverão ser disponibilizados os dados brutos, provenientes diretamente do sistema de arrecadação acerca da bilhetagem e da utilização dos bloqueios de entrada, saída e transferência.





007588

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

6.3. Neste caso o sistema a ser disponibilizado deverá ser homologado por entidade Reconhecida, a ser aprovada pelo PODER CONCEDENTE, sendo prerrogativa do PODER CONCEDENTE a realização de auditorias no sistema a qualquer tempo e sem prévio aviso.

Qual será o prazo da Concessionária para realizar a homologação do Sistema de Gestão Operacional no tocante aos dados de arrecadação, conforme item 6.3 do Anexo I?

RESPOSTA 109: Até o início da Operação Comercial da linha 5 pela Concessionária.

QUESTÃO 110

Anexo I - 7.4. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar ao PODER CONCEDENTE as imagens das câmeras do sistema de monitoramento, a título exclusivo de visualização em tempo real, ou por meio de gravações, quando solicitado.

Questão 1: Entendemos que a Concessionária não será obrigada a fornecer as imagens em tempo real, podendo optar por fornecer as gravações quando solicitado pelo Poder Concedente. Nosso entendimento está correto?

Questão 2: Caso a resposta da Questão anterior seja negativa:

2.1: Em qual endereço do PODER CONCEDENTE deverão ser fornecidas as imagens em tempo real?

2.2: Deverão ser fornecidas as imagens de quantas câmeras simultaneamente, em tempo real?

2.3: Em qual qualidade (resolução e frames por segundo) as imagens deverão ser fornecidas?"

RESPOSTA 110: Questão 1: O entendimento não está correto. A visualização em tempo real deverá ser disponibilizada ao Poder Concedente sempre que houver sistemas implantados pelo Poder Concedente que permitam tal disponibilização. O fornecimento de gravações deverá ocorrer quando os sistemas que possibilitam a disponibilização de visualização em tempo real não tiverem sido implantados pelo Poder Concedente. Questão 2.1. O endereço no qual deverão ser fornecidas as imagens em tempo real será informado após a assinatura do contrato de concessão, no município de São Paulo. Questão 2.2. Até o limite disponível no sistema. Questão 2.3. Em conformidade com a qualidade disponível no sistema.

QUESTÃO 111

Anexo I e IX - 6. Gestão operacional:

6.1. A CONCESSIONÁRIA deverá prover e disponibilizar ao PODER CONCEDENTE um sistema informatizado que permita a visualização, emissão periódica de relatórios e o tratamento de dados que permitam a extração de





007589

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

relatórios pré-definidos ou customizados, de acordo com as possíveis demandas, com o que possa se ter a seu dispor, minimamente, informações ou imagens sobre:

- Intervalo programado e real durante todo o período operacional;
- Tempo de percurso programado e real;
- Viagens programadas e viagens diárias realizadas, por faixa horária;
- Entradas/transferências de usuários por estação, por intervalo de tempo;
- [...]
- Ocorrências que venham a afetar a segurança operacional conforme conceituação da COMPANHIA DO METRÔ ("COPESE");
- Imagens internas e externas das diversas dependências das instalações, estações, túneis, etc.;
- Controle de fluxo nos bloqueios de entrada, saída e transferência, nas dependências das estações túneis e outros modos de interligação entre a Linha concedida e os outros modais que com ela tenham interface;

Anexo IX, Volume 2:

3.4.10 Sistema de Informações Gerenciais – SIG

O SIG será responsável pela interface entre o SCC e a rede corporativa. Disponibiliza, para a rede corporativa, informações operacionais e de desempenho do sistema de transporte. Além disso, transfere, para o SCC, informações de programação de acesso, de Matriz Origem/Destino e parâmetros operacionais.

Questão 1: Analisando os itens em questão entendemos que o sistema citado no item 6.1 do Anexo I é o SIG - Sistema de Informações Gerenciais citado no Anexo IX, Volume 2. Nosso entendimento está correto? Questão 2: Caso a resposta da Questão anterior seja afirmativa, sendo o SIG o mesmo sistema do item 6.1 do Anexo I e, sendo o fornecimento do SIG de responsabilidade do Metrô, entendemos que a Concessionária receberá do Metrô o sistema de Gestão Operacional citado no referido item 6.1. Nosso entendimento está correto? Questão 3: Caso a resposta da Questão 1 seja negativa, qual o prazo limite para que a Concessionária coloque em operação o sistema citado no item 6.1 do Anexo I? Questão 4: Entendemos que o prazo respondido na Questão 3 acima deverá iniciar após o fornecimento do escopo completo de todos os sistemas e de todas as estações, ou seja, em até 24 meses após a emissão do Termo de Entrega Parcial do último Trecho em Implantação e/ou Termo de Conclusão do último Trecho em Implantação, conforme Anexo XVIII. Nosso entendimento está correto? Questão 5: Caso a resposta da Questão anterior seja negativa, entendemos que deverão existir etapas de implantação do sistema citado no item 6.1, conforme forem entregues os sistemas e equipamentos do trecho em implantação à Concessionária, não podendo a Concessionária ser responsabilizada pelo não fornecimento de informações que não estiverem disponíveis por conta da não entrega, por parte do Metrô,





007590

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

de equipamentos e sistemas. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 111: Questões 1 e 2. O entendimento não está correto. Trata-se de sistemas diferentes. Questões 3 e 4. O sistema citado no item 6.1 do Anexo I deverá ser implantado até o início da Operação Comercial da Linha 5 pela Concessionária. Questão 5 - O entendimento não está correto. A disponibilização das informações ao Poder Concedente não deverá estar atrelada ao sistema citado no item 3.4.10 do Anexo IX Volume II (SIG). A concessionária deverá prover informações ao Poder Concedente de todos os sistemas que estiverem em operação.

QUESTÃO 112

Anexo I:

"9.4. Todas as dependências da CONCESSIONÁRIA deverão ter equipamentos que visem a segurança dos usuários, dos sistemas, das construções e dos empregados. Os equipamentos de segurança deverão ser mantidos em perfeitas condições de utilização."

Anexo VII:

"6. Serviços de Manutenção e conservação

6.1. Terminal Capão Redondo

6.1.1. Manutenção em equipamentos como caixas d'água, coberturas, gradis, sanitários, iluminação, bombas e controladores de nível;

6.1.2. Limpeza e jardinagem;

6.1.3. Vigilância e segurança patrimonial."

Anexo VII:

7.2. Manutenção Parcial em instalações e equipamentos que tem interface com Terminais da SPtrans.

7.2.1. Terminal JOÃO DIAS (conjugado à estação Giovani Gronchi).

A manutenção é realizada nos equipamentos e instalações dos acessos (Norte e Sul) e passarela da estação Giovani Gronchi que atendem também ao terminal, e nos Elevadores de Deficientes nº 02 e 07 e as Escadas Rolantes nº 03 e 04 que estão nas dependências do terminal;

Anexo XLI:

5.4. As atividades relacionadas à manutenção e à conservação de todos os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, que deverão ser prestadas em conformidade com as especificações e com os padrões definidos neste CONTRATO e seus ANEXOS, especialmente no ANEXO IV – DIRETRIZES DE MANUTENÇÃO MANDATÓRIAS DAS LINHAS, no ANEXO V – INDICADORES DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DAS LINHAS, e no ANEXO III - REGULAMENTO DA CONCESSÃO, incluindo os terminais de integração intermodal associados à LINHA 5, nos termos do ANEXO VII – DESCRIÇÃO FÍSICO-OPERACIONAL DOS TERMINAIS DE INTEGRAÇÃO INTERMODAL, são de exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.





007591

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Tendo em vista a solicitação de equipamentos que visem a segurança dos usuários, dos sistemas, das construções e dos empregados nas dependências da Concessionária; a solicitação de vigilância e segurança patrimonial dos terminais de Capão redondo, Campo Limpo, Guido Caloi; e a manutenção nos equipamentos e instalações dos acessos (norte e sul) e passarela da estação Giovani Gronchi nas dependências do terminal João Dias:

Questão 1: As integrações com os terminais de integração intermodal possuem equipamentos de monitoração eletrônica (câmeras) e equipamentos de segurança perimetral? Questão 2: A integração da estação Giovani Gronchi com o terminal João Dias possui equipamentos de monitoração eletrônica (câmeras) e equipamentos de segurança perimetral? Questão 3: Caso as localidades acima possuam os equipamentos citados, a Concessionária será responsável pela manutenção e revitalização destes equipamentos? Questão 4: Caso as localidades das Questões 1 e 2 não possuam os equipamentos citados, a Concessionária será responsável pela implantação desses equipamentos, atendendo aos itens 9.4 do Anexo I e 6.1.3 do Anexo VII? Questão 5: Caso a resposta da Questão anterior seja afirmativa, qual projeto ou diretrizes de quantidades deverão ser utilizadas pela Concessionária para realizar a implantação dos equipamentos de monitoração e equipamentos de segurança perimetral?"

RESPOSTA 112: Questões 1 e 2: A passarela do Terminal João Dias possui equipamentos de comunicação para segurança. Questão 3: Sim, conforme Anexo VII. Questão 4 e 5: O desenvolvimento de projeto e a instalação de equipamentos adicionais fica a critério da Concessionária.

QUESTÃO 113

Anexo II - 1. INTERVALO ENTRE TRENS (INT)

Mensalmente deverá ser calculada a média aritmética dos indicadores obtidos diariamente, com arredondamento de duas casas decimais (MITV), cujo valor resultante deverá ser utilizado para obtenção do valor de INT. Diferentemente dos indicadores de acidentes (IAL), crimes (ICL) e reclamações (IRG) descritos neste mesmo anexo, o indicador de Intervalo entre Trens (INT) não prevê na sua fórmula de cálculo a utilização da média móvel dos últimos 12 meses como forma de diluição dos eventos pontuais, o que faz com que qualquer desvio pontual representativo impacte diretamente na receita tarifária da Concessionária. É sabido que para linhas de superfície ou elevadas, expostas a intempéries, como é o caso do trecho atualmente em operação da Linha 5 e será o caso de todo o trecho da Linha 17, principalmente nos meses de maior incidência de chuvas e por questões de segurança relacionadas a aderência, que ocorrem desvios representativos entre os tempos programados e realizados. Questão 1: Dessa forma é possível considerar a média móvel





007592

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

dos últimos 12 meses neste indicador, assim como é feito para os indicadores IAL, ICL e IRG? Questão 2: Em caso negativo, haverá algum tipo de mitigação para os dias em que ocorrerem intempéries na linha? Questão 3: Quais foram os últimos valores atingidos mensalmente para este indicador na Linha 5?

RESPOSTA 113: Questão 1: Não é possível. Questão 2: Não haverá qualquer espécie de mitigação para os dias em que ocorrerem intempéries na linha, observando-se que o desempenho do sistema CBTC não é afetado pela chuva. Questão 3: Não é possível utilizar os dados históricos de aferição deste indicador na Linha 5, pois não se refere ao sistema CBTC.

QUESTÃO 114

ANEXO II 2. TEMPO MÉDIO DE PERCURSO NOS PICOS (TMP)

Mensalmente deverá ser calculada a média aritmética dos indicadores obtidos diariamente, com arredondamento de duas casas decimais (MTP), cujo valor resultante deverá ser utilizado para obtenção do valor de TMP.

Diferentemente dos indicadores de acidentes (IAL), crimes (ICL) e reclamações (IRG) descritos neste mesmo anexo, o indicador de Tempo Médio de Percurso (TMP) não prevê na sua fórmula de cálculo a utilização da média móvel dos últimos 12 meses como forma de diluição de eventos pontuais, o que faz com que qualquer desvio pontual representativo impacte diretamente na receita tarifária da Concessionária. É sabido que para linhas de superfície ou elevadas, expostas a intempéries, como é o caso do trecho atualmente em operação da Linha 5 e será o caso de todo o trecho da Linha 17, principalmente nos meses de maior incidência de chuvas e por questões de segurança relacionadas a aderência, que ocorrem desvios representativos entre os tempos programados e realizados. Questão 1: Dessa forma, é possível considerar a média móvel dos últimos 12 meses neste indicador como já existente nos indicadores IAL, ICL e IRG ? Questão 2: Em caso negativo, haverá algum tipo de mitigação para os dias em que ocorrerem intempéries na linha? Questão 3: Quais foram os últimos valores atingidos mensalmente para este indicador na Linha 5?

RESPOSTA 114: Questão 1: Não é possível. Questão 2: Não haverá qualquer espécie de mitigação para os dias em que ocorrerem intempéries na linha, observando-se que o desempenho do sistema CBTC não é afetado pela chuva. Questão 3: Não é possível utilizar os dados históricos de aferição deste indicador na Linha 5, pois não se refere ao sistema CBTC.

QUESTÃO 115

Anexo II - 3. CUMPRIMENTO DA OFERTA PROGRAMADA (ICO)

Mensalmente deverá ser calculada a média aritmética dos indicadores obtidos diariamente, com arredondamento de duas casa decimais (MCo), cujo valor





007593

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

resultante deverá ser utilizado para obtenção de ICO.

Diferentemente dos indicadores de acidentes (IAL), crimes (ICL) e reclamações (IRG) descritos neste mesmo anexo, o indicador de Cumprimento da Oferta Programada (ICO) não prevê na sua fórmula de cálculo a utilização da média móvel dos últimos 12 meses como forma de diluição de eventos pontuais, o que faz com que qualquer desvio pontual representativo impacte diretamente na receita tarifária da Concessionária. É sabido que para linhas de superfície ou elevadas, expostas a intempéries, como é o caso do trecho atualmente em operação da Linha 5 e será o caso de todo o trecho da Linha 17, principalmente nos meses de maior incidência de chuvas e por questões de segurança relacionadas a aderência, que ocorrem desvios representativos entre os tempos programados e realizados. Questão 1: Dessa forma, é possível considerar a média móvel dos últimos 12 meses neste indicador como já existente nos indicadores IAL, ICL e IRG ? Questão 2: Em caso negativo, haverá algum tipo de mitigação para os dias em que ocorrerem intempéries na linha? Questão 3: Quais foram os últimos valores atingidos mensalmente para este indicador na Linha 5?

RESPOSTA 115: Questão 1: Não é possível. Questão 2: Não haverá qualquer espécie de mitigação para os dias em que ocorrerem intempéries na linha, observando-se que o desempenho do sistema CBTC não é afetado pela chuva. Questão 3: Não é possível utilizar os dados históricos de aferição deste indicador na Linha 5, pois não se refere ao sistema CBTC.

QUESTÃO 116

Anexo II - 6. RECLAMAÇÕES GERAIS DA LINHA (IRG)

As reclamações gerais serão obtidas, dentre outros, a partir das encaminhadas à Ouvidoria da Concessionária, e aos SACs da Secretaria, do Metrô e da Concessionária. O termo "dentre outros" no texto referente a origem das reclamações não explicita quais serão as fontes consideradas para o indicador IRG. Quais serão as fontes consideradas além das já citadas?

RESPOSTA 116: As reclamações a serem consideradas no indicador são as obtidas por meio dos canais de comunicação hoje existentes e quaisquer outros que vierem a ser criados.

QUESTÃO 117

Anexo IV -

Todos os ativos deverão ser mantidos pela Concessionária de maneira que reste pelo menos 5 anos de vida útil após o término da Concessão. Os Planos de Manutenção deverão ser cumpridos e as renovações eventualmente necessárias efetuadas. Os sobressalentes necessários para 5 anos deverão ser revertidos ao Poder Concedente no término da Concessão.





007504

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Entendemos que Concessionária receberá do Poder Concedente, quando do início da execução do Contrato, sobressalentes suficientes para 5 anos de operação, conforme condição prevista para o fim da Concessão. Nosso entendimento está correto ?

RESPOSTA 117: O entendimento não está correto. Deve ser observado o disposto no item 22.2 do Anexo VIII.

QUESTÃO 118

Anexo V –

Indicadores dos Serviços de Manutenção das Linhas

A CONCESSIONÁRIA deverá possuir um sistema informatizado para gestão de manutenção da linha 5 - Lilás e linha 17 - Ouro, onde todas as atividades devem ser registradas em banco de dados que permita resgatar os dados a qualquer momento e se constituam como histórico dos ativos concedidos

Questão 1: Entendemos que todos os ativos a serem gerenciados pelo sistema informatizado de manutenção já foram mapeados e este mapeamento será entregue para a Concessionária, não sendo responsabilidade da Concessionária o levantamento destes em campo desses ativos. Nosso entendimento está correto?

Questão 2: Qual o quantitativo e a natureza dos ativos que serão gerenciados pelo sistema informatizado para gestão de manutenção?"

RESPOSTA 118: Questão 1: O entendimento está correto, para todos os ativos das estações do trecho de Capão Redondo a Adolfo Pinheiro. Questão 2: Conforme indicado no Anexo XIII para o trecho de Capão Redondo a Adolfo Pinheiro.

QUESTÃO 119

ANEXO IV

Providenciar todos os recursos adicionais necessários à manutenção dos sistemas, equipamentos, instalações e estruturas (documentação técnica, treinamento, sobressalentes, ferramentas, dispositivos especiais);

A Concessionária receberá do Poder Concedente, as ferramentas especiais e as licenças de software de cada sistema, inclusive dos já em operação pelo Metrô? Quais são as ferramentas especiais previstas para fornecimento nos contratos de implantação das Linhas 5 e 17?

RESPOSTA 119: A Concessionária receberá as ferramentas especiais e as licenças de software existentes. Para o trecho em implantação, na Linha 5, serão disponibilizadas as ferramentas especiais necessárias à manutenção, de





007595

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

acordo com o previsto nos contratos de fornecimento, cuja listagem será entregue após a assinatura do Contrato de Concessão. Para a Linha 17, a relação será disponibilizada por ocasião da entrega dos sistemas.

QUESTÃO 120

Anexo IV

Na Fase Pré-Operacional será entregue à CONCESSIONÁRIA a relação com as datas das últimas manutenções realizadas em cada sistema, equipamento e instalação do trecho Capão Redondo – Adolfo Pinheiro da Linha 5 – Lilás (HISTÓRICO DAS MANUTENÇÕES).

Para que a Concessionária possa desenvolver e submeter ao Poder Concedente um planejamento das manutenções futuras nos sistemas, equipamentos e instalações até então operados pelo Metrô é necessário conhecer além da data da última manutenção realizada, as estratégias de manutenção praticadas e quando foi realizada a manutenção de maior nível, exemplo: determinado sistema tem a estratégia de manutenção mensal, trimestral, anual e bienal e a última manutenção bienal foi realizada em outubro de 2016. O histórico será fornecido nestas condições?

RESPOSTA 120: Quanto à estratégia de manutenção, a Concessionária deverá se orientar pelo manual do fabricante. Serão fornecidas as datas de todas as últimas manutenções efetuadas de todos os níveis.

QUESTÃO 121

ANEXO IV

O PODER CONCEDENTE entregará para a CONCESSIONÁRIA toda documentação recebida dos fornecedores das Linhas 5 – Lilás e 17 – Ouro e, a partir dessa documentação, a CONCESSIONÁRIA deverá:

- Providenciar todos os recursos adicionais necessários à manutenção dos sistemas, equipamentos, instalações e estruturas (documentação técnica, treinamento, sobressalentes, ferramentas, dispositivos especiais);
- Elaborar Manuais de Manutenção

Questão 1: Entendemos que todos os dispositivos especiais para as atividades de manutenção deverão ser fornecidos pelo Poder Concedente, pois já foram recebidos pelo Metrô quando da implantação dos sistemas e equipamentos de seus fornecedores”. É correto esse entendimento?

Questão 2: Como a Concessionária não irá fornecer nenhum sistema/equipamento, entendemos que os Manuais de Manutenção de Campo, de Oficina e os Manuais de Software dos sistemas e equipamentos farão parte do escopo da documentação a ser fornecida pelo Poder





007596

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Concedente. A partir desses documentos, a Concessionária irá elaborar seus Planos de Manutenção, conforme recomendações dos fabricantes dos equipamentos. É correto esse entendimento?"

RESPOSTA 121: Questão 1: O entendimento está parcialmente correto. Será entregue à Concessionária os dispositivos especiais existentes que foram recebidos dos fornecedores do Metrô. Questão 2: O entendimento está parcialmente correto. Será entregue à Concessionária os documentos recebidos pelos fornecedores do Metrô. Quanto à elaboração do Plano de Manutenção, deverão ser necessariamente observadas, também, as diretrizes constantes do Anexo IV - Diretrizes de Manutenção Mandatórias das Linhas 5 - Lilás e 17 – Ouro.

QUESTÃO 122

CAPITULO XII. GARANTIAS E SEGUROS - Cláusula 57. Garantia de Execução

A exigência da "Cláusula 57.8. A GARANTIA DE EXECUÇÃO deverá abranger todos os fatos ocorridos durante a sua vigência....., seus prepostos ou subcontratados, incluindo, mas não se limitando, a danos ambientais, responsabilidade civil, fiscal e trabalhista, penalidades regulatórias, dentre outros." contempla as coberturas para danos ambientais e responsabilidade civil, porém as mesmas não fazem parte da modalidade de seguro garantia, a qual é regida pela circular SUSEP 477/2013 e prevê todas as coberturas possíveis para este ramo. As coberturas de danos ambientais e de responsabilidade civil se encontram em outro ramo securitário (seguro de responsabilidade civil com cobertura específica para danos ambientais) que o próprio item 58.4.2 da minuta do contrato requer a contratação de seguro específico de responsabilidade civil, inclusive com cobertura de poluição súbita (que faz parte da cobertura de danos ambientais). Ou seja, além do impedimento do próprio seguro garantia em apresentar tais coberturas, o contrato já estará segurado perante tais possíveis danos, mediante seguro característico e previsto no item 58.4.2.

Solicitamos adequar/alterar a exigência para possibilitar seu atendimento.

RESPOSTA 122: A regulação do setor em vigor será observada, sendo vedada a inclusão de qualquer condicionante ou rito para a execução da apólice além das estritamente legais e emanadas do órgão regulador brasileiro competente.

QUESTÃO 123

ANEXO V

Indicadores dos Serviços de Manutenção das Linhas





007597

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2018

Para precisão temporal e a formação de histórico condizente com a realidade dos eventos, a CONCESSIONÁRIA deverá prever para os equipamentos de campo, processos de telemetria que iniciem os registros de dados, no Sistema Informatizado de Gestão de Manutenção, no momento em que os desvios, que fazem parte dos critérios de avaliação dos serviços de manutenção, se manifestem.

Deverá existir um sistema para gestão de estoque dos materiais utilizados pela manutenção de modo a gerir a disponibilidade destes materiais para os serviços de manutenção?

RESPOSTA 123: Cabe a Concessionária a decisão de uso de algum sistema de gestão de estoque para controle de disponibilidade para os serviços de manutenção. No encerramento do Contrato de Concessão, a Concessionária deverá disponibilizar todas as informações e condições de apuração destas ao Poder Concedente.

QUESTÃO 124

ANEXO V

INDICADORES DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DAS LINHAS

Para precisão temporal e a formação de histórico condizente com a realidade dos eventos, a CONCESSIONÁRIA deverá prever para os equipamentos de campo, processos de telemetria que iniciem o registro de dados, no Sistema Informatizado de Gestão de Manutenção, no momento em que os desvios, que fazem parte dos critérios de avaliação dos serviços de manutenção, se manifestem.

Todos os equipamentos, tanto nas estações em operação quanto nas novas, estarão equipados com hardware e software necessários à aquisição dos dados dos eventos de falha na granulometria prevista para os critérios de estação indisponível?

Neste contexto, como serão obtidas automaticamente e em tempo real as seguintes informações?

- mais de 10% das áreas de circulação de usuários com falha no Sistema Multimídia;
- mais de 10% das áreas de circulação de usuários sem iluminação;
- Falta de um extintor de incêndio, extintor descarregado, fora da validade, sem lacre ou que apresente qualquer outro aspecto que implique não atendimento à legislação vigente;
- Áreas de circulação de usuários com irregularidades, oferecendo risco de acidentes;
- Lavatórios, vasos sanitários, mictórios, ralos, canaletas, torneiras, registros e tubulações com vazamento ou entupimento e goteiras, em áreas de acesso





007598

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

e/ou utilização pública;

- Elementos danificados;
- Bancos, lixeiras, cinzeiros e porta-maca danificados;
- Pisos, degraus, tampos e grelhas danificados;
- Revestimentos de parede e teto danificados;
- Estrutura, suporte, pintura de placas danificados, faixas de limite (ambulantes, fila de embarque, borda de plataforma) e marcos luminosos danificados;
- Pichação em equipamentos ou instalações localizados em áreas públicas de acesso, circulação ou permanência de usuários.

RESPOSTA 124: Nem todos os equipamentos das estações, vias e trens estarão equipados para fornecer, em tempo real, dados a respeito de desvios funcionais, que devem ser informados ao Sistema de Gestão da Manutenção. Isso deve acontecer tanto no trecho Capão Redondo – Adolfo Pinheiro como no trecho atualmente em implantação. A Concessionária deve prever processos de informação de desvios dos equipamentos mais importantes e que resultem em falhas urgentes em níveis de detalhe acordados com a CMCP, obedecendo as limitações dos equipamentos e dos canais de comunicação.

QUESTÃO 125

ANEXO V

INDICADORES DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DAS LINHAS

Para precisão temporal e a formação de histórico condizente com a realidade dos eventos, a CONCESSIONÁRIA deverá prever para os equipamentos de campo, processos de telemetria que iniciem o registro de dados, no Sistema Informatizado de Gestão de Manutenção, no momento em que os desvios, que fazem parte dos critérios de avaliação dos serviços de manutenção, se manifestem.

Haverá nos trens solução técnica necessária à aquisição dos dados dos eventos de falha na granulometria prevista para os critérios de trem disponível? Neste contexto, como serão obtidas automaticamente e em tempo real as seguintes informações?

Uma ou mais folhas de porta sem sinalização luminosa e/ou sonora de fechamento iminente;

Controles inoperantes; Instrumentos inoperantes; Cheiro de queimado; Ruídos anormais sob a caixa;

Anormalidades que impeçam o acesso aos controles do trem; Vidros e janela quebrados ou riscados, apenas em casos onde houver a menção a palavras de baixo calão, ofensas e que atentem à moral e costumes;

Para-brisa quebrado;

Equipamento de Audição Pública inoperante;

Falhas nos engates que impeçam o acoplamento e desacoplamento com outro





007599

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

trem;
Engates intermediários danificados;
Duas ou mais luminárias de emergência apagadas no mesmo carro;
Anormalidades de tração como trancos em frenagem ou aceleração;
Calo acentuado em rodéis;
Trepidações e ruídos anormais;
Ar condicionado ou ventilação do carro inoperante;
Falta de um extintor de incêndio, extintor descarregado, fora da validade, sem lacre ou que apresente qualquer outro aspecto que implique não atendimento à legislação vigente;
Pichação interna ou externa;
Falta de bancos, painéis de acabamento ou corrimãos;
Número de bancos destinados a uso preferencial inferior ao exigido pela legislação
Bancos destinados a uso preferencial com pintura em desacordo com as normas vigentes e falta de sinalização;
Mais de 10% da área de um carro com piso danificado ou solto;
Saliências ou falhas de acabamento que ofereçam risco de acidente com usuários.
Deterioração acentuada dos aspectos de acabamento e pintura de painéis, bancos e consoles.

RESPOSTA 125: Nem todos os equipamentos das estações, vias e trens estarão equipados para fornecer, em tempo real, dados a respeito de desvios funcionais, que devem ser informados ao Sistema de Gestão da Manutenção. Isso deve acontecer tanto no trecho Capão Redondo – Adolfo Pinheiro como no trecho atualmente em implantação. A Concessionária deve prever processos de informação de desvios dos equipamentos mais importantes e que resultem em falhas urgentes em níveis de detalhe acordados com a CMCP, obedecendo as limitações dos equipamentos e dos canais de comunicação.

QUESTÃO 126

ANEXO V

Definições - Item C) PLANO DE MANUTENÇÃO - é o resultado de planejamento de manutenção com o objetivo de garantir o desempenho especificado dos equipamentos e, no caso de equipamentos de Sinalização, garantir também a segurança. Deverá ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA, em até 90 (noventa) dias, contado da data de assinatura do contrato.

A minuta do Contrato prevê no seu item 6.11. o prazo de até 75 (setenta e cinco) dias, contados da DATA DE ASSINATURA deste CONTRATO, para a apresentação do PLANO DE MANUTENÇÃO. Qual será o prazo, 75 ou 90





007600

C

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

dias?

RESPOSTA 126: O Prazo é de 75, e onde se lê: 90 dias no item "c" do Anexo V, leia-se: 75 dias.

QUESTÃO 127

ANEXO V

1.4. Disponibilidade das Informações Operacionais (MON) - Disponibilidade das informações operacionais da Linha 5 – Lilás e Linha 17 - Ouro no Centro de Controle do Metrô e no Poder Concedente

Questão 1: A disponibilidade exigida de 99,98%, seguindo os critérios de cálculo deste indicador, permite uma indisponibilidade máxima no mês de aproximadamente 8 minutos, porém não está descrito neste item a definição de indisponibilidade para este sistema. Manutenções programadas nos softwares ou hardwares seriam consideradas como indisponibilidade? Questão 2: Indisponibilidades no sistema de transmissão e dados, link de internet ou outro meio para o transito das informações serão consideradas como indisponibilidade? Questão 3: Qual será o local para a disponibilização de informações no Poder Concedente? Questão 4: Qual infraestrutura (incluindo software e hardware) será disponibilizada pelo Poder Concedente?

RESPOSTA 127: Questão 1: As manutenções programadas, informadas previamente ao Poder Concedente, não serão consideradas no cálculo da indisponibilidade. Questão 2: As indisponibilidades no sistema de transmissão de dados serão consideradas se o problema for devido a falha do equipamento de responsabilidade da Concessionária. Questão 3: As informações deverão ser disponibilizadas na CMCP. Questão 4: A Concessionária deverá utilizar a infraestrutura do STD (Sistema de Transmissão de Dados) e complementá-la, se necessário, para disponibilizar as informações para a CMCP.

QUESTÃO 128

ANEXO V

1.5. Fator Multiplicativo de Confiabilidade de Dados (FC)

Procedimento de cálculo: O indicador FC será apurado mensalmente, podendo variar de zero a um, com notação científica de 2 casas decimais, conforme abaixo:

$$FC = (N - NNOK + 1) / (N + COP + 1)$$

N = número de visitas de inspeção ou de auditoria no mês a critério do PODER CONCEDENTE.

NNOK = número de visitas onde se constatar que:

- a) o trem em operação não atendia aos critérios de Trem Disponível e/ou,
- b) a estação em operação não atendia aos critérios de Estação Disponível e/ou,





007601

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

c) a atividade programada de manutenção contida no Plano de Manutenção não foi cumprida e/ou,

d) há ou houve ocorrência que contribuiu para perda da condição de Trem Disponível ou Estação Disponível ou contribuiu para diminuição da disponibilidade do Sistema de Sinalização, Sistema de Comunicação Usuário Centro de Controle e Sistema de Ventilação Principal e que não teve seu registro efetuado no Sistema de Gestão de Manutenção como Ocorrência Urgente.

O objetivo do Indicador FC (Fator Multiplicativo de Confiabilidade de Dados), conforme mencionado no Anexo V, é "medir a confiabilidade dos dados obtidos do Sistema de Gestão de Manutenção no tocante à execução de manutenção preventiva programada, registro de ocorrências urgentes e cumprimento aos critérios de Trem Disponível e Estação Disponível". Entende-se, portanto, que ele monitora exclusivamente a assertividade dos registros no sistema de gestão da manutenção, fonte de informação para o cálculo dos demais indicadores. Na definição de "NNOK (visita não ok)", os itens "a" e "b" classificam como "não ok" aquelas em que se constatarem que o trem ou a estação não atendam os critérios de disponibilidade, definição que conflita com as tolerâncias previstas para os indicadores de Operacionalidade de Estações (EST) e de Manutenção do Material Rodante (MRO).

Assim, entendemos que se, durante a visita, for constatado evento que configure Estação Indisponível ou Trem Indisponível, com o devido registro do evento no sistema de gestão da manutenção, esta visita NÃO será classificada como "não ok". Está correto nosso entendimento?

RESPOSTA 128: Durante as visitas de inspeção, as estações serão inspecionadas conforme os itens dos critérios de estação disponível, constantes no Anexo V. Caso seja constatada alguma não conformidade relativa aos itens previstos, será verificado no Sistema de Gestão da Manutenção se aquela não conformidade constatada possui Ocorrência Urgente aberta. Em casos de risco aos usuários nas áreas de circulação pública, além do registro de ocorrência urgente, será verificado se o local está devidamente isolado ou se o risco foi contornado até a solução definitiva. Em caso negativo, a visita será considerada como "NNOK". Os trens a serem inspecionados, obrigatoriamente, têm que estar disponíveis para a operação. Se encontrada uma não conformidade que torna o trem indisponível, conforme Anexo V, entende-se que o trem não deveria estar liberado para a operação, e a visita será considerada "NNOK".

QUESTÃO 129

ANEXO VIII

11. SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES

Radiocomunicação VHF Motorola - Quantidade: 3 - Estações CPL, GGR e





007602

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

LTR

Questão 1: Cada uma das três estações citadas, CPL, GCR e LTR, possui uma estação rádio base transmissora?

Questão 2: Qual a tecnologia do sistema de radiocomunicação VHF existente?

Questão 3: Qual a banda de frequência licenciada perante a ANATEL?

Questão 4: Qual a quantidade de canais de voz licenciada perante a ANATEL?

Questão 5: A banda de frequência está licenciada perante a ANATEL até quando?

Questão 6: Qual a quantidade de rádios portáteis existentes?

Questão 7: Qual a quantidade de rádios fixos existentes?

Questão 8: Em quais localidades estão instalados os rádios fixos existentes?

Questão 9: Serão entregues rádios embarcados no material rodante existente? Se sim, quantos?

Questão 10: Serão entregues rádios móveis nos veículos auxiliares? Se sim, quantos veículos auxiliares possuem rádios móveis?

Questão 11: Qual o meio de transmissão de sinal RF no trecho de túnel existente?

RESPOSTA 129: Questão 1: Sim. Questão 2: Analógica. Questão 3: VHF - 148 a 174 MHz. Questão 4: 3 canais, sendo que 2 canais são compartilhados com a Linha 3. Questão 5: Janeiro de 2018. Questão 6: 146 transceptores portáteis. Questão 7: 6 rádios fixos. Questão 8: Estações CPL, GGR e LTR. Questão 9: Sim, 68 rádios, sendo 2 por trem. Questão 10: Sim, 8 rádios. Questão 11: Cabo fendido na entrada do túnel de LTR até parte do trecho entre LTR até APN. Ressalta-se que as comunicações via rádio VHF serão substituídas pelo sistema SCMVD em implantação.

QUESTÃO 130**ANEXO VIII****11. SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES****Sonorização APEL****6 Estações CPR, CPL, VBE, GGR, STA, LTR**

Questão 1: O SMM existente no trecho entre as Estações Capão Redondo e Largo Treze, bem como no Pátio Capão Redondo, atende aos requisitos técnicos de segurança de sistemas de evacuação por voz, conforme exigências das Normas EN 54, NFPA 72, ISO 7240 parte 24, NBR 17240 e IT 19/04 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo? Se sim, atende qual (is) norma (s)?

Questão 2: Caso a resposta da Questão anterior seja negativa, a Concessionária será obrigada a adequar as normas vigentes o SMM existente no trecho entre as Estações Capão Redondo e Largo Treze, bem como no Pátio Capão Redondo?





007603

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

RESPOSTA 130: Questão 1: Não atende. Questão 2: Não, o SMM em modernização no trecho Capão Redondo e Largo Treze atenderá os requisitos de funcionalidade de comunicação da IT 19/04 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo. Para o Pátio Capão Redondo, não é aplicável.

QUESTÃO 131

ANEXO VIII

22. INFRAESTRUTURA DOS ALMOXARIFADOS E SOBRESSALENTES

Questão 1 - Informar a listagem de sobressalentes para os fornecimentos relativos ao trecho e sistemas em implementação.

Questão 2 - Neste item estão relacionados conjuntos porta-paletes, porta barras, conjunto de rack's, conjunto porta chapas e escaninhos nos diversos locais de armazenagem. Esses materiais serão disponibilizados à Concessionária?

RESPOSTA 131: Questão 1: Para o trecho em implantação, na Linha 5, serão disponibilizados sobressalentes, de acordo com o previsto nos contratos de fornecimento, cuja listagem será entregue após a assinatura do Contrato de Concessão. Para a Linha 17, a relação será disponibilizada por ocasião da entrega dos sistemas. Questão 2 - Sim, conforme item 22.1 do Anexo VII.

QUESTÃO 132

ANEXO VIII

Itens de Giro usados na Linha 5 - Lilás

Questão 1: Podemos considerar que todos os materiais fornecidos estarão ok para uso? Questão 2: Os quantitativos relacionam os materiais que estão em reparo (externo/interno)?

RESPOSTA 132: Questão 1: Sim. Questão 2: Não.

QUESTÃO 133

ANEXOS VIII e IX

Anexo VIII:

11. SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES

Sonorização APEL

6 Estações

CPR, CPL, VBE, GGR, STA, LTR

Anexo IX, Volume 2:

1. INTRODUÇÃO

Neste documento são apresentadas as principais características dos sistemas e do material rodante em implantação na Linha 5 – Lilás, assim como as





007604

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

diretrizes técnicas que devem ser obedecidas pela CONCESSIONÁRIA na contratação de novos serviços e/ou fornecimentos para o empreendimento. Essas diretrizes tem o objetivo de garantir a compatibilidade de novos equipamentos e sistemas com os padrões de qualidade, conforto e segurança que serão oferecidos aos usuários.

Qualquer alteração em equipamentos e sistemas que não esteja contemplada e/ou venha a conflitar com os requisitos deste documento deve ser objeto de aprovação pelo PODER CONCEDENTE.

As diretrizes técnicas definidas neste documento são mandatórias e devem ser cumpridas pela CONCESSIONÁRIA.

[...]

3.5.7 Sistema de Multimídia – SMM

[...]

O SMM da Linha 5 – Lilás em operação no trecho entre as estações Capão Redondo e Largo Treze, bem como no Pátio Capão Redondo, será integrado com o Sistema em implantação.

No item 11 do Anexo VIII, no tocante ao SMM, não está descrita a entrega do mesmo no Pátio Capão Redondo. Entretanto, no Anexo IX, item 3.5.7, está afirmado que o Pátio Capão Redondo possui um SMM. Entendemos que o Pátio Capão Redondo será entregue com um SMM local funcional e operante. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 133: O Poder Concedente se responsabilizará pela modernização do sistema de relógios e implantação do sistema de sonorização nos blocos no Pátio Capão Redondo.

QUESTÃO 134

ANEXO IX

Volume 1 - Obras Civis

3.1 - ESTAÇÕES

Questão 1: Qual o tipo de cancela para acessibilidade universal e volume especiais será instalado na estação Brooklin e demais estações da linha 5?

Questão 2: Dentro do detalhamento da quantidade de bloqueios das novas estações, entendemos que a quantidade de bloqueios que serão instalados é a quantidade admitida em cada estação. Nosso entendimento está correto?

Questão 3: Caso a resposta da Questão anterior seja negativa, qual a quantidade de bloqueios que será instalada em cada uma das novas estações do trecho não operacional atual?

RESPOSTA 134: Questão 1 - Serão instaladas cancelas de acionamento manual para acessibilidade universal e acesso de volumes especiais. Questão 2 e 3: O entendimento não está correto. Conforme Anexo IX, Volume I, serão





007605

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

instalados bloqueios nas quantidades apresentadas nos projetos de acabamento (série B3) de cada estação. Serão previstas também bases reserva para instalação futura de novos bloqueios. Em caso de eventual necessidade identificada, devido ao aumento de demanda, os novos bloqueios ficam a cargo da Concessionária.

QUESTÃO 135

ANEXO IX

Volume 2:

3.3.1 Arquitetura Básica do Sistema de Sinalização CBTC

A arquitetura das redes de comunicação do Sistema CBTC CITYFLO 650 é apresentada na figura 3.3.2 e tem os seguintes componentes principais:

Sistema de Sinalização CBTC ao lado da via, com os subsistemas de processamento principais: ATP Regional (RATP) e ATO Regional (RATO);

Controladores de objeto OCS gerenciados pelo RATP;

Sistema de Transmissão de Dados (DTS);

Sistema de Transmissão de Rádio (TWC), com base em banda de 2.4 GHz com antenas de Linha de Visada Direta (Line-of-Sight) em áreas abertas e no túnel;

3.5.5 Sistema de Comunicações Móveis de Voz e Dados – SCMVD

3.5.5.2 Características Técnicas e Funcionais

[...]

Os roteadores sem fio utilizam tecnologia Wi-Fi em conformidade com padrão IEEE 802.11b/g.

Questão 1: Uma vez que o Sistema de Sinalização CBTC irá operar em 2.4 GHz (ISM) e o SCMVD irá operar utilizando o padrão IEEE 802.11b/g, que também opera em 2.4 GHz (ISM), como será a estratégia de separação de banda entre os dois sistemas de modo a garantir a integridade de ambos?

RESPOSTA 135: Os dois sistemas operam em caráter secundário. O sistema de rádio do CBTC utiliza protocolo proprietário, com espalhamento espectral e utiliza canais distintos daqueles utilizados pelo SCMVD.

QUESTÃO 136

ANEXO IX

Volume 2:

3.4.4 Sistema de Controle de Fluxo de Passageiros – SFP

O SFP, por meio das informações enviadas pelo SCAP, registrará a lotação nas plataformas das estações, dado este a ser utilizado na regulação pelo SCT.

Como é realizada a integração entre o SCAP e o SFP?





007606

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

RESPOSTA 136: A integração será feita por meio de rede, protegida por firewall.

QUESTÃO 137

ANEXO IX

Volume 2:

3.5.2 Sistema de Controle de Arrecadação e Passageiros – SCAP

Questão 1: O software do SCAP em implantação na linha 5 foi um desenvolvimento específico para o Metrô e seu código-fonte será disponibilizado para a Concessionária ou será um produto de Mercado? Caso seja um produto de mercado, qual a modalidade de licenciamento? Haverá custo de manutenção ou necessidade de investimentos recorrentes (por exemplo: mensal ou anual) para o referido sistema?

Questão 2: O novo software SCAP em implantação será implantado também nas estações do trecho operacional atual, de forma que todas as estações da linha utilizem o mesmo software?

Questão 3: Caso a resposta da Questão anterior seja negativa, haverá integração entre o software do SCAP existente e o novo software do SCAP em implantação?"

RESPOSTA 137: Questão 1: O Software do SCAP foi desenvolvido para o Metrô, baseado no software próprio do fornecedor. Será fornecido aplicativo que possibilita a nova codificação de Bilhetes Edmonson. Não será fornecido código fonte. Questão 2: Não, o software do novo SCAP não será implantado nas estações do trecho Capão Redondo a Largo Treze. Questão 3: Haverá integração entre os softwares via Servidor Central.

QUESTÃO 138

ANEXO IX

Volume 2:


3.5.2 - Sistema de Controle de Arrecadação e Passageiros - SCAP

Questão 1: Entendemos que as estações possuirão bloqueios do tipo PNE (para acessibilidade universal). Nosso entendimento está correto?

Questão 2: Caso não existam os bloqueios do tipo PNE, como será o processo de controle de acesso e a aferição de quantidade de passageiros PNE transportados para fim de arrecadação?

RESPOSTA 138: Questão 1: O entendimento não está correto. Os bloqueios são do tipo tripé. Questão 2: O processo de acesso e controle se dará por meio



007607 

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

de funcionário a serviço, que registra no bloqueio a viagem do usuário, e libera a passagem pela cancela lateral.

QUESTÃO 139

ANEXO IX

Volume 2:

3.5.2 Sistema de Controle de Arrecadação e Passageiros – SCAP

3.5.2.2 Características Técnicas e Funcionais

[...]

No CC5 e no CCO Vergueiro, serão fornecidos 2 servidores centrais (um por localidade) que concentrarão todos os dados recebidos dos servidores das estações novas e faz integração com o sistema existente do SCAP das outras linhas. Além disso, também é fornecido um servidor de Bilhete Único para tratamento de possíveis integrações com o SCAP existente.

Questão 1: Entendemos que a manutenção do servidor central do CCO Vergueiro não será de responsabilidade da Concessionária da linha 5. Nosso entendimento está correto? Questão 2: Caso a resposta do item anterior seja negativa, qual o fabricante, modelo, configuração e há quanto tempo está em operação o servidor central instalado no CCO Vergueiro? Questão 3: Entendemos que a manutenção do servidor do Servidor de Bilhete Único não será de responsabilidade da Concessionária da linha 5. Nosso entendimento está correto? Questão 4: Caso a resposta do item anterior seja negativa, qual o fabricante, modelo, configuração e há quanto tempo está em operação o servidor de bilhete único?

RESPOSTA 139: Questões 1 e 3: O entendimento não está correto. A manutenção será de responsabilidade da Concessionária. Questões 2 e 4: O servidor está em processo de instalação. A documentação técnica do equipamento consta de anexo desta questão.

QUESTÃO 140

ANEXO IX

3.5.6 Sistema de Monitoração Eletrônica – SME

3.5.6.2 Características Técnicas e Funcionais

No CC5 é alocado um cliente de monitoração que possui acesso a todas as imagens das câmeras que compõem o sistema, auxiliando no monitoramento e segurança dos usuários da Linha 5 - Lilás. Dentro de uma mesma localidade, os equipamentos são conectados à Rede TCP/IP através dos periféricos fornecidos pelo SCF, enquanto a comunicação entre localidades ocorre através do STD.

Questão 1: O CC5 será entregue com um sistema de projeção imagens do tipo videowall? Questão 2: O CC5 será entregue com quantas posições operacionais?





007608

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

RESPOSTA 140: Questão 1: Sim. Existirá um videowall 2x5 e um videowall 2x2, que apresentarão as informações de tráfego da via e dos Pátios Guido Caloi e Capão Redondo. Questão 2: Serão 9 (nove) postos no CC5.

QUESTÃO 141

ANEXO IX

Volume 2:

3.6.5 Sistema de Baixa Tensão

A alimentação de emergência, com característica "No-break", será constituída por um carregador de baterias com dois retificadores e duas baterias, que receberá a alimentação em 460 Vca, retificará para 125 Vcc e, através do quadro de distribuição de corrente contínua QDCC, alimentará os equipamentos da estação. Há, também, o Conjunto Inversor / Chave Estática para cargas de sinalização e demais cargas vitais, tais como equipamentos de sinalização e controle de movimentação dos trens.

Questão 1: Quais sistemas de telecomunicação possuirão alimentação de emergência? Questão 2: Qual é a autonomia do sistema de alimentação de emergência?

RESPOSTA 141: Questão 1: O STD, o SCL, o SCA e as cargas de controle (microcomputadores) do SCAP, do SMM, do SCMVD e do SME. Questão 2: O sistema é projetado para autonomia de até 2h (duas horas).

QUESTÃO 142

ANEXO IX

Volume 2:

3.5.2.2 Características Técnicas e Funcionais:

Nas estações Santa Cruz e Chácara Klabin existirão contadores de fluxos responsáveis pela contagem de usuários nas transferências entre as Linhas 1 e 5, bem como entre as Linhas 2 e 5. As informações relacionadas à contagem serão disponibilizadas no CC5 e CCO Vergueiro.

Questão 1: Quais os tipos de contadores de fluxo serão instalados nas estações Santo Amaro, Campo Belo, Santa Cruz e Chácara Klabin? Questão 2: Quais as especificações técnicas detalhadas dos contadores de fluxo que serão instalados Santo Amaro, Campo Belo, Santa Cruz e Chácara Klabin? Questão 3: Qual a acurácia dos contadores de fluxo que serão instalados nas estações Santo Amaro, Campo Belo, Santa Cruz e Chácara Klabin? Questão 4: Qual a quantidade de contadores de fluxo que serão instalados nas estações Santo Amaro, Campo Belo, Santa Cruz e Chácara Klabin?

RESPOSTA 142: Questão 1: Contador de fluxo de passageiros (DCE) tipo totem nas estações Santa Cruz e Chácara Klabin, com portinhola na estação Campo Belo e de tripé na Estação Santo Amaro. Questão 2: Os contadores de





007609

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

fluxo para Santa Cruz e Chácara Klabin estão em processo de contratação. O desenho do contador da Estação Campo Belo segue como anexo desta questão. Os contadores de fluxo em uso em Santo Amaro são bloqueios do sistema da estação que foram modificados para somente contar o fluxo de passageiros, não funcionando como os bloqueios normais da estação. Questão 3. A acurácia dos contadores da Estação Santo Amaro é igual a do sistema de bloqueios, de 99,9%. A acurácia dos contadores das estações Santa Cruz, Chácara Klabin e Campo Belo é de 97%. Questão 4: Os contadores de fluxo da Estação Santo Amaro totalizam 7 bloqueios. Serão instaladas, na Estação Campo Belo, duas linhas com 9 DCE's (Dispositivo de Contagem Eletrônica) em cada uma, totalizando 18 DCE's. Os contadores das estações Santa Cruz e Chácara Klabin totalizam 55.

QUESTÃO 143

ANEXO IX

Anexo IX, Volume 2:

3.5.3.2 Características Técnicas e Funcionais

Os switches de distribuição da RLCT serão Layer 3, full duplex em todas as interfaces, com capacidade de configuração de VLANs, estando alocados nas salas técnicas e conectados ao STD por interfaces Gigabit Ethernet via fibra ótica monomodo.

Os switches de borda da RLCT são Layer 2, full duplex em todas as interfaces, com capacidade de configuração de VLANs, estando alocados tanto em salas técnicas quanto em outras áreas das diferentes localidades, de acordo com as necessidades requeridas, e estão conectados aos switches de distribuição também por interfaces Gigabit Ethernet, via fibra ótica monomodo.

Questão 1: Entendemos que serão instalados novos switches layer 3 e layer 2 em toda a linha, tanto nas novas localidades do trecho em implantação quanto nas localidades do trecho operacional atual. Nosso entendimento está correto?

Questão 2: Caso a resposta do item anterior seja negativa, o SCF implantado no trecho operacional atual atende as mesmas diretrizes técnicas, possui as mesmas funcionalidades e atende os mesmos requisitos operacionais do SCF em implantação nas demais localidades da linha 5, conforme características descritas no Anexo IX, Volume 2, item 3.5.3? Questão 3: Caso a resposta da Questão 2 seja negativa, a Concessionária será obrigada a realizar investimentos no SCF instalado no trecho operacional atual para adequar este às características descritas no Anexo IX, Volume 2, item 3.5.3, conforme exigido no item 1 do Anexo IX, Volume 2?

RESPOSTA 143: Questão 1: Sim, o entendimento está correto. Questão 2: Não aplicável. Questão 3: Não aplicável.





007610 @

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

QUESTÃO 144

ANEXO IX

Anexo IX, Volume 2:

3.5.3.2 Características Técnicas e Funcionais

Para a Telefonia, é utilizado um sistema baseado em Telefonia VoIP. O Sistema contempla duas Centrais Telefônicas, uma em cada Pátio, que apresentam as seguintes funcionalidades: Implementação baseada em software, apresentando modularidade e flexibilidade de configuração e instalação; Protocolo de sinalização SIP; Conexão ao switch de borda por interface Fast Ethernet; Conexão à rede das Concessionárias de Telecomunicações, Operadoras de Telefonia; Gerenciamento e autenticação dos aparelhos telefônicos IP, intercomunicadores e softphones.

O Sistema prevê os seguintes elementos:

- Gateways IP-ATA para atendimento aos ramais analógicos;
- Softphones, que correspondem a ramais IP das Centrais Telefônicas VoIP, instalados nas IHMs do CC5 e nos TPDs pertencentes ao SCMVD;
- Intercomunicadores analógicos, destinados aos elevadores e totens de acessibilidade.

Questão 1: Estão previstos gateways de sobrevivência da telefonia em cada uma das estações do trecho em implantação?

Questão 2: Estão previstos gateways de sobrevivência da telefonia em cada uma das estações do trecho operacional atual?

Questão 3: Está sendo prevista infraestrutura civil e bandejamento seco para acesso a Operadoras Públicas de Telefonia para o fornecimento de linhas convencionais até as salas técnicas das estações do trecho não operacional atual?

Questão 4: Está sendo prevista infraestrutura civil e bandejamento seco para acesso a Operadoras Públicas de Telefonia para o fornecimento de linhas convencionais até as salas técnicas das estações do trecho operacional atual?

Questão 5: Serão fornecidas quantas licenças para softphones?

Questão 6: Será fornecida URA (Unidade de Resposta Audível)?

Questão 7: Caso a resposta da Questão anterior seja afirmativa, qual o fabricante, modelo e características técnicas e há quanto tempo está em uso a URA existente?

Questão 8: Caso a resposta da Questão 1 seja negativa, a Concessionária deverá implantar uma URA e arcar com os custos operacionais?

Questão 9: Será fornecida infraestrutura para gravação de ramais IPs?

Questão 10: Caso a resposta do item anterior seja afirmativa, quais ramais serão gravados?

RESPOSTA 144: Questões 1 e 2 – Sim, estão previstos gateways de contingência da telefonia em cada uma das estações do trecho em implantação e do trecho operacional atual, cujo sistema de telefonia será composto por 2





007611

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

servidores duplicados (1 no PCR e outro em PGC) interligados via STD. Questões 3 e 4 – Sim, está sendo prevista infraestrutura civil e bandejamento seco para acesso a Operadoras Públicas de Telefonia para o fornecimento de linhas convencionais até as salas técnicas em cada estação do trecho operacional atual e não operacional atual. Haverá DG de telefonia pública que é interligado ao bandejamento da estação. Questão 5 – Não são necessárias licenças, uma vez que se trata de software livre Asterix. Questões 6 e 7: Esta função estará disponível através do aplicativo nas centrais telefônicas. Questão 8: Não aplicável. Questões 9 – Sim, o sistema em implantação permite gravação de ramais. Questão 10: É possível gravar qualquer ramal respeitando-se o limite de armazenamento do servidor.

QUESTÃO 145

ANEXO IX

Volume 2:

3.5.5 Sistema de Comunicações Móveis de Voz e Dados – SCMVD

3.5.5.1 Descrição Geral

O SCMVD é responsável por fornecer os serviços de comunicações móveis de voz e dados aos empregados a serviço nas dependências da Linha 5, bem como os serviços de comunicações terra-trem de voz e dados aos equipamentos embarcados nos trens desta Linha.

Entendemos que um sistema de comunicação de voz aplicado em modais que transportem um grande número de passageiros deve atender as exigências de um sistema de missão crítica, possuindo no mínimo características como imunidade a interferências externas, garantia de disponibilidade mínima de 99% para todo o sistema, canais exclusivos para tráfego de voz, projeção de canalização licenciada e exclusiva e robustez dos equipamentos móveis. Diante do exposto, e considerando pelo item 3.5.5.1 do Anexo IX, Volume 2 que o SCMVD será utilizado como sistema de comunicação de voz operacional, como serão garantidos os itens abaixo?

- 1) Imunidade a interferências externas (uma vez que o SCMVD irá operar em 2.4 GHz (ISM), estará suscetível a interferências de roteadores WIFI de terceiros, pontos de WIFI gratuito e outras fontes de interferência que operem em 2.4 GHz).
- 2) Disponibilidade de 99% do sistema.
- 3) Funcionalidade do tipo "aperte para falar", que garante rapidez na operação dos rádios de mão/TPDs.
- 4) Criptografia fim a fim.
- 5) Robustez e grau de proteção IP 54.
- 6) Substituição de bateria dos terminais portáteis (possibilitando a operação contínua do TPD através da troca da bateria dos terminais)





007612

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

RESPOSTA 145: O entendimento não está correto. O sistema de comunicação de voz, baseado em equipamentos que operam na frequência do WiFi, está conforme descrito no anexo do edital. Não é aplicável sistema de comunicação de voz de "Missão Crítica", porque a comunicação de voz, nesta aplicação, é utilizada como apoio operacional. A segurança na movimentação dos trens está no sistema de sinalização (CBTC) e não depende da comunicação de voz.

QUESTÃO 146

ANEXO IX

Anexo IX, Volume 2:

3.5.6 Sistema de Monitoração Eletrônica – SME

[...]

O SME no trecho entre as estações Capão Redondo e Largo Treze, bem como no Pátio Capão Redondo, será integrado com o Sistema em implantação.

Questão 1: Qual a quantidade de câmeras que será implantada no Pátio Guido Caloi?

Questão 2: Qual a quantidade de câmeras que será implantada nas estações e demais localidades entre o trecho Alto da Boa Vista e Chácara Klabin, exceto nas subestações existentes nesse trecho?

RESPOSTA 146: Questões 1 e 2: O sistema está em fase de implantação e as quantidades para cada localidade estão sendo dimensionadas para atender as especificações técnicas qualitativas descritas no Anexo IX.

QUESTÃO 147

ANEXO IX e XVIII

Anexo IX, Volume 2:

3.5.6 Sistema de Monitoração Eletrônica – SME

3.5.6.1 Descrição Geral

O SME funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, realizando a monitoração através de câmeras distribuídas nas localidades a fim de permitir a visualização das estações, das subestações, dos túneis, das saídas de emergência e dos pátios.

Anexo XVIII

3.2.1.1. Sistema de Monitoração Eletrônica (SME)

Período de armazenamento das imagens de pelo menos 7 dias corridos, 24h/dia nas estações e 4 dias corridos, 24h/dia nos trens da Frota P;

Questão 1: O Anexo XVIII detalha o tempo de armazenamento das imagens do SME dentro das condições mínimas de operação, entretanto no Anexo IX não está detalhado o tempo de armazenamento da solução que está sendo implantada no trecho em implantação. Qual será o tempo de armazenamento das imagens do SME em condições normais após a entrega definitiva da





007613

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2018

solução em implantação? Serão os mesmos das condições mínimas? O tempo de armazenamento está baseado em qual qualidade de imagem (resolução e quadros por segundo)? Questão 2: O SME implantado entre as estações Capão Redondo e Largo Treze, bem como Pátio Capão Redondo, possui o mesmo período de armazenamento do SME em implantação, em condições normais após a entrega definitiva deste último?

RESPOSTA 147: Questão 1: Armazenamento de imagens = 30 dias, resolução 704 x 480 x 30 fps. Questão 2: Sim.

QUESTÃO 148

ANEXO IX

Anexo IX, Volume 2:

3.5.7 Sistema de Multimídia – SMM

[...]

O SMM da Linha 5 – Lilás em operação no trecho entre as estações Capão Redondo e Largo Treze, bem como no Pátio Capão Redondo, será integrado com o Sistema em implantação.

Questão 1: O SMM em implantação atende aos requisitos técnicos de segurança de sistemas de evacuação por voz, conforme exigências das Normas EN 54, NFPA 72, ISO 7240 parte 24, NBR 17240 e IT 19/04 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo? Se sim, atende qual (is) norma (s)?

Questão 2: Qual o nível de integração que o SMM em implantação terá com o SMM em operação no trecho entre as estações Capão Redondo e Largo Treze?

Questão 3: O SMM em implantação será integrado no SMM do trecho entre as estações Capão Redondo e Largo Treze de forma que no CC5 o Operador utilize apenas um TGM e um único microfone para falar em toda a linha 5?

RESPOSTA 148: Questão 1: O SMM atende aos requisitos da IT 19/04 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo. Questões 2 e 3: O SMM de cada estação não tem integração entre si. A integração para emissão de mensagens é via CC5.

QUESTÃO 149

ANEXO X

1.6.5.3 SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES

Este fornecimento foi contratado com o seguinte escopo: ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO, FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO MÓVEL DE VOZ E DADOS PARA A LINHA 17 – OURO E DEMAIS SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES E CONTROLE PARA O TRECHO JARDIM AEROPORTO - MORUMBI (CPTM) DA LINHA 17 – OURO





007614

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

O fornecimento inclui: Para o trecho Estação Vila Paulista (exclusive) – Estação Morumbi /CPTM, compreendendo as estações Jardim Aeroporto, Congonhas, Brooklin Paulista, Vereador José Diniz, Campo Belo, Vila Cordeiro, Chucri Zaidan e Morumbi / CPTM e o Pátio Água Espreaiada:

Multimídia – SMM (Cronometria, Sonorização e Multimídia)

Comunicação Fixa – SCF (Telefonia e Rede Local)

Comunicação Móvel – SCM

[...]

Para toda a Linha 17 – Ouro, compreendendo os 3(três) trechos:

Comunicação Móvel de Voz e Dados – SCMVD

6.2 SISTEMA DE SINALIZAÇÃO

[...]

O Sistema de Sinalização deve ser concebido com tecnologia "CBTC – Communications Based Train Control", conforme o conjunto de normas IEEE 1474, e seus equipamentos serão distribuídos nas estações, Centro de Controle Operacional, vias, pátios e a bordo dos trens.

Questão 1: O anexo X cita o fornecimento do SCM para a linha 17, mas o anexo IX, Volume 2 não cita o fornecimento do SCM para a linha 5. Qual a razão dessa diferença de fornecimento entre as linhas?

Questão 2: Qual será a frequência de operação do Sistema de Sinalização CBTC da Linha 17?

Questão 3: Qual será a frequência de operação do SCMVD da Linha 17?

Questão 4: Casos os dois sistemas acima operem na mesma frequência, como será a estratégia de separação de banda entre os dois sistemas de modo a garantir a integridade de ambos?

RESPOSTA 149: Questão 1: As duas linhas terão o fornecimento do SCMVD, porém o SCM será instalado somente na Linha 17-Ouro. Questão 2: Não está definida. O projeto está em desenvolvimento pelo fornecedor do Metrô. Questão 3: A frequência de operação do SCMVD é: WI-FI em 2.4 GHz e o Rádio (VHF) Terra/Trem (RF) em 5.8 GHz. Questão 4: Prejudicada em razão das respostas 2 e 3.

QUESTÃO 150

Anexo X

1.6.5.1 SISTEMA DE ESCADAS ROLANTES E ELEVADORES

Neste item é relacionado a quantidade de escadas rolantes e elevadores, porém estes quantitativos divergem dos apresentados nos itens 4.1 e 4.4 do mesmo documento. Qual informação é válida?





007615

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

RESPOSTA 150: As duas informações estão corretas. O que se destaca é que a do subitem 1.6.5.1 é a quantidade contratada pelo Metrô com o fornecedor das escadas e elevadores, contemplando 3 acessos. A informação do subitem 4.1 é a quantidade total de escadas e elevadores, já considerando a redução de um dos acessos daquela Estação Congonhas que, originalmente disporia de 3 acessos e, após revisão dos projetos, permanecerá com apenas 2 acessos, conforme previsto no Edital da Concessão. A previsão era de 15 escadas rolantes e 5 elevadores no projeto básico. Pelo Projeto Executivo serão instaladas 13 escadas rolantes e 4 elevadores na estação Congonhas.

QUESTÃO 151

Anexo XI

2.2. CONTRATOS DE SERVIÇOS ASSOCIADOS À OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

2.2.1. A CMSP mantém contratos com terceiros referente à prestação de serviços contínuos e específicos associados à operação e manutenção dos trens e estações. O Metrô manterá os contratos ativos até o último dia do prazo estabelecido para a FASE Pré-Operacional.

Os contratos descritos em tal apêndice veiculam obrigações que se estenderiam durante o prazo do Contrato de Concessão.

Entendemos que tais contratos não fazem parte do escopo da concessão, sendo todos eles de única e exclusiva responsabilidade do Poder Concedente, não cabendo à Concessionária a assunção de quaisquer obrigações relativas a tais contratos, inclusive aquelas relativas a pagamentos de verbas rescisórias e eventuais indenizações. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 151: O entendimento está correto. O Metrô manterá os contratos ativos até o último dia do prazo estabelecido para a Fase Pré-Operacional, devendo a Concessionária providenciar novos contratos para a execução dos serviços necessários. As obrigações decorrentes de eventuais rescisões serão de responsabilidade do Poder Concedente.

QUESTÃO 152

ANEXO XI

2.3. TREINAMENTO TÉCNICO OPERACIONAL – Transferência de Conhecimento

2.3.4.3. O cronograma de execução desta etapa deverá ser acordado entre as equipes da gerência de Operações da CMSP e da concessionária, respeitando os prazos de cada sistema e, quando houver, o sequenciamento obrigatório da execução. Nesse período, serão realizados os subsídios teóricos e subsídios práticos, nos ativos do trecho operacional. Também nesse período os





007616

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

multiplicadores/instrutores da CONCESSIONÁRIA poderão acompanhar as atividades de operação desenvolvidas pelas equipes do Metrô nos ativos do trecho operacional. / 3.3.3.3. Respeitando o prazo definido a Concessionária poderá propor cronograma de execução dos treinamentos. Nesse período, serão realizados os treinamentos teóricos e treinamentos práticos, nos ativos do trecho operacional. Também nesse período os multiplicadores/instrutores da Concessionária poderão acompanhar as atividades de manutenção desenvolvidas pelas equipes do Metrô nos ativos do trecho operacional.

O Metrô irá disponibilizar os instrutores por 30 dias ininterruptos? 24h/dia? Se não, qual regime de trabalho dos instrutores?

RESPOSTA 152: A carga horária está definida no Anexo XI do Contrato de Concessão e poderá ser ajustada ao longo dos 30 dias.

QUESTÃO 153

ANEXO XI

2.4. Treinamento Aplicado pela Concessionária

2.4.2. Esta atividade ocorrerá durante o prazo de 60 (sessenta) dias, nesta etapa a Concessionária treinará seu pessoal operativo envolvendo todas as atividades necessárias à operação. Como parte prática do treinamento a Concessionária poderá utilizar, se não houver outra alternativa (simuladores, etc), demonstrações de operação dos sistemas e equipamentos, para tanto, deverá programar acesso para treinamento junto à CMSP.

A Concessionária poderá utilizar o simulador de trens do Metrô existente para treinar seus operadores?

RESPOSTA 153: O simulador não faz parte do escopo da concessão.

QUESTÃO 154

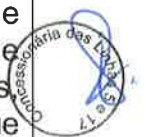
ANEXO XI

3. TRANSIÇÃO DA MANUTENÇÃO - TRECHO OPERACIONAL

3.1. Entrega dos Ativos e Outros Recursos

3.1.1. O Poder Concedente, por intermédio do METRÔ providenciará inventário, de todas as instalações físicas, equipamentos, sistemas e material rodante: pátio, subestações, via permanente, sinalização, Centro de Controle Operacional, material rodante, sobressalentes, veículos especiais de manutenção e equipamentos de manutenção, ferramentas especiais, softwares específicos e documentação de projeto e manutenção, etc. que serão entregues à Concessionária, por meio de Termo Provisório de Entrega.

Questão 1: No momento da entrega dos ativos durante a transição operacional, os ativos serão entregues em uma listagem ou estruturados em





007617

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

uma hierarquia?

Questão 2: Caso a entrega seja em uma hierarquia, qual o critério utilizado na estruturação: técnico, funcional ou de localização?

Questão 3: Caso a entrega seja em uma hierarquia, qual o número de nível máximo desta hierarquia?

Questão 4: Caso a entrega seja em uma hierarquia, qual nível da hierarquia representará Equipamentos e Subequipamentos?

Questão 5: O Sistema Informatizado de Gestão da Manutenção deverá gerir e controlar a garantia dos equipamentos e suas localizações?

Questão 6: Caso o controle de garantia seja sistêmico, haverá alguma exigência específica dentro deste processo?

RESPOSTA 154: Questões 1 a 4: Não há hierarquia. Questões 5 e 6: A critério da Concessionária.

QUESTÃO 155**ANEXO XI****3.4. TREINAMENTO EM CAMPO** – Treinamento Aplicado pela Concessionária

3.4.4. Neste período a Concessionária toma conhecimento da “Carteira de Serviços” atual e insere no seu sistema informatizado de gestão de manutenção, no último dia deste período.

Considerando que o sistema de manutenção recebe, no último dia deste período a "carteira de serviços", em que momento a Concessionária receberá a lista completa de equipamentos para controle de manutenção, eventuais planos de manutenção existentes ou recomendados, sistemas e sub sistemas, estrutura de arborização, serialização e etc., para que essas informações façam parte da implantação do sistema informatizado para gestão de manutenção?

RESPOSTA 155: O Anexo VIII já apresenta e relaciona a situação atual da linha, com todos os seus equipamentos, sistemas e subsistemas, etc. A listagem do inventário para o controle de manutenção será disponibilizada no período da Transferência de Conhecimento, constante do item 10.6 da minuta de Contrato de Concessão. Não serão disponibilizados outros documentos. A carteira de serviços será entregue ao final do período de transição.

QUESTÃO 156**ANEXO XI****Apêndice II - Contratos de Serviços**

Existem contratos específicos listados neste apêndice com previsão de implementação para os anos de 2017 em diante, cujos valores são muito





007618

P

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2018

relevantes para a avaliação do negócio. Alguns exemplos:

- o Item 47 - Barreiras Acústicas complementares (R\$ 4,040 Milhões);
- o Item 51 - Adequação das Salas Operacionais (R\$ 2,978 Milhões);
- o Item 55 - Modernização do Piso das Estações (R\$ 5,280 Milhões);
- o Item 59 - Execução de Sanitários Públicos em Área Paga (R\$ 2,080 Milhões);
- o Itens 64 e 95 - Serviços de Adequação Civil para atender a legislação trabalhista (R\$ 2,112 Milhões + 1,142 Milhões);
- o Item 70 - Aquisição de Sistemas de Fixação e Apoio dos Trilhos (R\$ 9,000 Milhões);
- o Item 71 - Dispositivos de Redução de Atrito das agulhas (R\$ 6,000 Milhões);
- o Item 73 - Readequação da Jiga de Testes Módulos Frota F (R\$ 2,000 Milhões);
- o Item 79 - Elaboração e Implantação do sistema de monitoramento de terras (R\$ 3,000 Milhões);
- o Item 85 - Fornecimento e Instalação de Novos Elevadores (R\$ 2,400 Milhões);
- o Item 103 - Maquinas, Equipamentos, Instrumentos, Dispositivos, Ferramentas e Mobiliários necessários ao Pátio Guido Caloi (R\$ 17,000 Milhões);
- o Itens 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109 e 110 - Veículos Diversos (R\$ 9,790 Milhões);
- o Item 111 - Modernização 8 Trens - Frota F (R\$ 24,000 Milhões);
- o Item 112 - Fabricação de Conjuntos ATC (R\$ 20,000 Milhões);
- o Item 113 - Execução de Serviços de Contenção nos Taludes (R\$ 1,392 Milhões).

Questão 1: Esses Contratos se encontram vigentes?

Questão 2: Como se tratam de contratos que envolvem requalificação, adequação e modernização dos ativos existentes entendemos que a execução dos mesmos continuará a cargo do Poder Concedente após a assunção da operação pela Concessionária. Nosso entendimento está correto? Em caso negativo, em que condições a Concessionária deverá assumir cada um deles?

Questão 3: Para os contratos que ainda não estejam vigentes, no caso de assunção pela Concessionária de sua implementação, entendemos que os mesmos serão considerados Investimentos Adicionais nos termos da cláusula 52 do Contrato.

Está correto o nosso entendimento?

RESPOSTA 156: Questão 1, 2 e 3: O entendimento não está correto. Os contratos de Serviços, listados nas páginas 14 e 15 do Apêndice 2 - Contratos de Serviços, estão em vigor e se manterão enquanto o Metrô for o responsável pela Operação Comercial da Linha 5. A Concessionária deverá adotar providências cabíveis para a continuidade dos serviços sem interrupção e a





007619

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

seu critério. As listagens constantes das páginas 16 a 19 são apenas planejamento feito pelo Metrô, ou seja, trata-se de contratos não celebrados e que não serão contratados pelo Metrô e/ou Poder Concedente. Os serviços ali relacionados devem ser avaliados pela concessionária e constar do seu planejamento, se for o caso, não sendo considerados investimentos adicionais quando pertinentes ao escopo original do contrato, necessários para manter a atualidade dos serviços, ou para atender às obrigações de desempenho estabelecidas no contrato.

QUESTÃO 157

Anexo XI

RELAÇÃO DE REPASSES PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DA LINHA 5 LILÁS

Não está relacionado na tabela treinamento o Sistema de Media Tensão. Tal sistema será contemplados no treinamento? Qual a carga horária a ser considerada?

RESPOSTA 157: Está contemplado no treinamento de Alta e Baixa Tensão, conforme item 3.3.3.4 do Anexo XI.

QUESTÃO 158

Anexo XI

RELAÇÃO DE REPASSES PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DA LINHA 5 LILÁS

Não está relacionado na tabela treinamento dos Veículos de Manutenção de Via, como trem esmerilhador, trator de manobras, etc. Tais equipamentos serão contemplados no treinamento? Qual a carga horária a ser considerada?

RESPOSTA 158: Está contemplado no treinamento de Via Permanente, conforme item 3.3.3.4 do Anexo XI.

QUESTÃO 159

Anexo XI

RELAÇÃO DE REPASSES PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DA LINHA 5 LILÁS

Não está relacionado na tabela treinamento do Torno Rodeiro e Máquina de Lavar Trens. Tais equipamentos serão contemplados no treinamento? Qual a carga horária a ser considerada?

RESPOSTA 159: Está contemplado no treinamento de Auxiliares, conforme item 3.3.3.4 do Anexo XI.





007620

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

QUESTÃO 160

Anexo XI

APÊNDICE 2 – Contratos de Serviços - pagina 15 - nota 3 (rodapé)

Não foram informados os valores médios atuais de consumo de energia (Ponta e Fora de Ponta), bem como de demanda contratada (Ponta e Fora de Ponta)

RESPOSTA 160: A título de referência, segue abaixo planilha com valores de consumo de energia elétrica (kwh) da Linha 5 em 2016.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (kWh) DA LINHA 5 Ano 2016

Mês	Tração - Comercial	Auxiliares - Comercial	Tração - Fora da Comercial	Auxiliares - Fora da Comercial	Perdas	TOTAL
jan	1.919.063,5	591.421,0	144.694,0	147.855,3	70.075,9	2.873.109,6
fev	1.830.137,2	613.504,1	135.920,3	153.375,8	68.323,5	2.801.260,8
mar	1.931.686,3	582.567,9	151.531,7	145.642,0	70.285,8	2.881.713,6
abr	1.839.685,2	626.868,5	152.922,7	156.717,1	69.404,9	2.845.598,4
mai	1.697.882,9	536.608,8	132.509,6	134.152,4	62.528,9	2.563.682,4
jun	1.573.600,3	597.840,3	121.100,4	149.460,2	61.050,1	2.503.051,2
jul	1.735.872,7	570.082,8	136.042,8	142.520,7	64.613,1	2.649.132,0
ago	1.793.463,7	558.751,6	139.644,1	139.687,9	65.788,8	2.697.336,0
set	1.802.805,5	548.888,9	143.206,8	137.222,2	65.803,2	2.697.926,4
out	1.887.510,2	533.399,0	146.527,6	133.349,7	67.519,8	2.768.306,4
nov	1.703.085,1	587.929,6	144.829,2	146.982,3	64.570,7	2.647.396,8
dez	1.919.633,9	611.333,2	125.681,8	152.833,3	70.237,1	2.879.719,2
TOTAL	21.634.426,5	6.959.195,7	1.674.611,0	1.739.798,9	800.201,8	32.808.232,8





007621

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

QUESTÃO 161

ANEXO XII - VOLUME II

5.3 Documentação

O data book das obras civis serão entregues na assinatura do TERMO DE CONCLUSÃO pelas partes?

RESPOSTA 161: Nos termos do item 7 do Anexo IX, após a formalização do contrato de concessão serão disponibilizados pelo Poder Concedente à Concessionária todos os documentos técnicos e os projetos executivos das obras em sua última revisão ou no status de "as built", à medida que forem sendo concluídos, conforme o item 7 do Volume I do Anexo IX - Projetos das edificações e obras da Linha 5 - Lilás - Trecho Adolfo Pinheiro (exclusive) / Chácara Klabin.

QUESTÃO 162

Anexo XIII

Apêndice do Anexo XIII

A relação de sobressalentes dos trens da CAF apresentada: Questão 1: é a relação definitiva? Questão 2: Será complementada? Questão 3: Quando será disponibilizada?

RESPOSTA 162: Conforme indicado no anexo respectivo: Questão 1: Sim. Questão 2 e 3: Não.

QUESTÃO 163

ANEXO XVIII

3. DESENVOLVIMENTO (Parte I)

6. DESENVOLVIMENTO (Parte II)

É possível que algumas instalações de obras civis ou sistemas não estejam completamente comissionados no momento da entrega para a concessionária. Neste caso, serão entregues as instalações de obras civis que garantam a operação comercial plena, sendo que os sistemas poderão ser entregues nas condições mínimas de operação descritas neste relatório, condições estas que garantem a segurança dos usuários, empregados e instalações, bem como o desempenho necessário para a operação comercial.

Conforme estabelecido neste Anexo, o Poder Concedente terá 24 meses, no caso da Linha 5 e 36 meses, no caso da Linha 17.

Questão 1: Como serão aplicados os indicadores de desempenho (IQS e IQM) visto que os sistemas neste período ainda não estarão instalados na sua plenitude?

Questão 2: Qual é o prazo para implementação de todos dos sistemas que estão sofrendo modernização no trecho Capão Redondo - Adolfo Pinheiro?





007622

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

RESPOSTA 163: Questão 1: Os indicadores serão aplicados em sua plenitude, pois conforme descrito no Anexo referido, as condições de entrega garantirão o desempenho necessário para a operação comercial, bem como a segurança dos usuários, empregados e instalações. Questão 2: Todos os sistemas que estão sendo modernizados no trecho Capão Redondo - Adolfo Pinheiro serão implantados até o final de 2020.

QUESTÃO 164

ANEXO XVIII

3.1. Premissas (Parte I)

6.1. Premissas (Parte II)

Será disponibilizado para a Concessionária o detalhamento do processo para emissão das análises de segurança dos sistemas de Portas de Plataforma, Trens e Sinalização, bem como seus certificados, antes do início da operação comercial de cada trecho?

RESPOSTA 164: O detalhamento do processo não será disponibilizado. Antes do início da operação comercial, o Metrô entregará a documentação de análise de segurança e/ou certificações de segurança entregues pelos fornecedores dos respectivos sistemas.

QUESTÃO 165

ANEXO XIII

B- QUADRO RESUMO DE GARANTIAS TÉCNICAS DE CONTRATOS DE FORNECIMENTOS DE SISTEMAS – LINHA 5 - LILÁS, C- QUADRO RESUMO DE GARANTIAS TÉCNICAS DE CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE MATERIAL RODANTE, SISTEMAS E INFRAESTRUTURA DA LINHA 17 – OURO e D- QUADRO RESUMO DE GARANTIAS TÉCNICAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EDIFICAÇÕES DA LINHA 5 - LILÁS

Nosso entendimento é que no momento de emissão do TAP - Termo de Aceitação Provisória estabelecido no Anexo XII, também será iniciada a garantia dos itens descritos nos quadros B, C e D, está correto o entendimento?

RESPOSTA 165: O entendimento está correto.

QUESTÃO 166

ANEXO XVIII

3.2.1.3. Sistema de Comunicações Móveis de Voz e Dados (SCMVD), subitem - Função de voz dos trens para comunicação com o CC5 e terminais portáteis;





007623

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Para a função de voz dos trens esclarecer se o que está sendo disponibilizado é a comunicação entre trem/CC5 ou se é o PA/intercomunicador dos trens ?

RESPOSTA 166: As funções de comunicações de voz entre CC5 e trem são: (i) Chamada geral, grupo e seletivo; (ii) PA do CC5 para o salão de passageiros via operador do trem; e (iii) Intercomunicador do trem chama CC5.

QUESTÃO 167

ANEXO XVIII

3.2. Estações e Vias

3.2.3. Sistemas de Alimentação Elétrica (SAL)

3.2.3.1. Sistema de Tração

Esclarecer qual nível de funcionalidade do sistema de intertripping nas condições mínimas de operação

RESPOSTA 167: O pedido de esclarecimento é genérico, impossibilitando sua resposta.

QUESTÃO 168

ANEXO XVIII

3.2. Estações e Vias

3.2.3. Sistemas de Alimentação Elétrica (SAL)

3.2.3.1. Sistema de Tração

Esclarecer qual nível de funcionalidade do sistema de proteção das linhas de 22kV nas condições mínimas de operação

RESPOSTA 168: O pedido de esclarecimento é genérico, impossibilitando sua resposta.

QUESTÃO 169

ANEXO XVIII

3.2.1.4. Sistema de Controle Local (SCL)

- Comandos na SSO para os sistemas necessários ao atendimento das exigências do COBOM para a obtenção do AVCB.

6.2.1.4. Sistema de Controle Local (SCL)

- Comandos na SSO para os sistemas necessários ao atendimento das exigências do COBOM para a obtenção do AVCB.

Esclarecer quais serão os comandos disponibilizados no SCL para o atendimento das exigências do COBOM para a obtenção do AVCB





007624

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

RESPOSTA 169: O SCL, para as estações novas da Linha 5, deve controlar e supervisionar os subsistemas de energia elétrica, equipamentos auxiliares e fluxo de passageiros.

QUESTÃO 170

ANEXO XVIII

Os sistemas e funcionalidades não listados neste relatório não são considerados essenciais para a operação comercial nos trechos, e, portanto, serão implantados e disponibilizados em até 24 meses após a assinatura do contrato.

Não foram relacionados as funcionalidades que estarão disponíveis para os seguintes sistemas essenciais para a operação:

Questão 1: SPDA – Sistema de proteção contra descargas atmosféricas

Questão 2: PSD - Portas de plataforma

Questão 3: Rota de fuga

RESPOSTA 170: Questão 1: O sistema SPDA é previsto onde necessário, conforme desenvolvimento do projeto civil, sendo executado durante a obra, conforme projetos específicos. Questão 2: Quanto às portas de plataforma, este sistema não é considerado essencial à operação, pois há a presença de operador na cabine do trem.

Questão 3: Quanto à rota de fuga, embora não listado no Anexo XVIII, é considerado essencial para a operação e será instalado conforme item 3.6.6 do Anexo IX, Volume II.

QUESTÃO 171

ANEXO XVIII

3.2. Estações e Vias

3.2.1. Sistemas de Telecomunicações

3.2.1.2. Sistema de Comunicações Fixas (SCF)

Os intercomunicadores dos elevadores existentes dentro das cabines estarão habilitados?

RESPOSTA 171: Sim.

QUESTÃO 172

ANEXO XVIII

3.2. Estações e Vias

3.2.1. Sistemas de Telecomunicações

3.2.1.3. Sistema de Comunicações Móveis de Voz e Dados (SCMVD)

Esclarecer como ocorrerá a operação do SCMVD do novo trecho





007625

Q

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

conjuntamente à operação do sistema atual de radio (VHF)

RESPOSTA 172: O SCMVD terá cobertura em todo trecho operacional e possibilitará chamadas por grupo seletivo e geral. Não haverá operação conjunta com VHF.

QUESTÃO 173

ANEXO XVIII

3.2. Estações e Vias

3.2.1. Sistemas de Telecomunicações

3.2.1.3. Sistema de Comunicações Móveis de Voz e Dados (SCMVD)

Quantos terminais portáteis serão fornecidos nesta fase para as equipes de atendimento e manutenção?

RESPOSTA 173: Serão fornecidos 500 TPD's.

QUESTÃO 174

Anexo XIX

Áreas remanescentes

Fará parte do escopo da Concessionária receber formalmente as áreas remanescentes?

RESPOSTA 174: As Áreas Remanescentes integram os Bens Integrantes da Concessão, e serão transferidas à Concessionária juntamente com a Infraestrutura Existente.

Observações: a) Estes esclarecimentos contém 2 anexos que estão disponibilizados no DATAROOM da concessão no sítio eletrônico www.stm.sp.gov.br, correspondentes as Questões 139 e 142.

3º BLOCO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS DE 175 A 269

QUESTÃO 175

Anexo V –

Indicadores dos Serviços de Manutenção das Linhas

Para precisão temporal e a formação de histórico condizente com a realidade dos eventos, a CONCESSIONÁRIA deverá prever para os equipamentos de campo, processos de telemetria que iniciem os registros de dados, no Sistema Informatizado de Gestão de Manutenção, no momento em que os desvios, que fazem parte dos critérios de avaliação dos serviços de manutenção, se manifestem.





007626

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Questão 1: Entendemos que deverá existir uma integração entre o sistema informatizado de gestão de manutenção e o sistema supervisor (SCADA), de forma que ao superar os limites de alarme estabelecidos para os sistemas e equipamentos monitorados pelo SCADA, será gerado automaticamente o registro do evento no sistema de gestão da manutenção. Nosso entendimento está correto?

Questão 2: a) Todos equipamentos de campo terão sistema de telemetria? b) Dos equipamentos monitorados, todos possuem o mesmo grau de criticidade ou podem ser submetidos a uma classificação ABC? Como seria esta classificação?

Questão 3: Quais são os processos de telemetria dos equipamentos de campo monitorados?

Questão 4: Os sistemas de telemetria possuem a funcionalidade de integração com outros sistemas?

Questão 5: Qual o tempo exigido entre o envio dos dados pela telemetria e a atualização destes dados no Sistema de Manutenção?"

RESPOSTA 175: Questão 1: O entendimento não está correto. Entendemos que é uma funcionalidade que deve ser implementada pela Concessionária, por sua conta e risco, visando à apuração dos resultados dos indicadores.

Questões 2, 3, 4 e 5: Nem todos os equipamentos das estações, vias e trens estarão equipados para fornecer, em tempo real, dados a respeito de desvios funcionais, que devem ser informados ao Sistema de Gestão da Manutenção. Isso deve acontecer tanto no trecho Capão Redondo – Adolfo Pinheiro como no trecho atualmente em implantação. A Concessionária deve prever processos de informação de desvios dos equipamentos mais importantes e que resultem em falhas urgentes em níveis de detalhe acordados com a CMCP, obedecendo as limitações dos equipamentos e dos canais de comunicação.

QUESTÃO 176

Edital - Item 8.10: "Ao final da VISITA TÉCNICA será fornecido ao interessado o Atestado de VISITA TÉCNICA, conforme a minuta constante do ANEXO XXVIII, que fará parte do ENVELOPE contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO."

Apesar de ser facultada a realização da visita técnica aos Licitantes interessados, gostaríamos que nos fosse esclarecida a justificativa de se ter um Atestado para tanto, haja vista que uma simples declaração já supriria tal solicitação.





007627

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

RESPOSTA 176 – A exigência de atestado de visita técnica tem como objetivo viabilizar a comprovação de que a visita técnica foi, de fato, realizada pelo Licitante interessado, o que não ocorreria pela declaração produzida unilateralmente pelo Licitante.

QUESTÃO 177

Edital - Item 12.2.4: "Declaração de instituição financeira ou de assessoria financeira, nacional ou estrangeira, atestando, conforme modelo constante do ANEXO XXXV, que: (...);" e Item 12.2.4.1: "A LICITANTE deverá demonstrar de forma inequívoca, por meio de documento (atestados, declarações e outros), a experiência da instituição financeira, ou da assessoria financeira, na estruturação financeira de empreendimentos e, em especial, na área de infraestrutura, na modalidade de "project finance" ou outras formas de mobilização de recursos de longo prazo, envolvendo ao menos R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) de investimentos".

Ora, referida exigência não encontra guarida na legislação atinente à matéria e, portanto, sua previsão no Edital, e consequente obrigatoriedade, perfaz-se ilegal (nesse sentido tem sido, inclusive, o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de SP). Assim, haja vista que não há qualquer previsão legal quanto à exigência de referida declaração, quando da apresentação da Proposta Comercial, tal exigência deveria ser excluída desse certame. Caso assim não entendam, pediríamos a justificativa de respectivo Item, bem como a pertinência de sua manutenção para esse certame.

RESPOSTA 177 – Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Edital. Não há qualquer incompatibilidade entre a exigência do documento constante do item 12.2.4 do Edital e a legislação vigente, sendo necessária a declaração de instituição financeira, ou de assessoria financeira, quanto à exequibilidade econômico-financeira da Proposta Comercial, para assegurar que a Proposta da Licitante foi analisada, por ente especializado, sob o ponto de vista de sua sustentabilidade econômico-financeira e financiabilidade.

QUESTÃO 178

Contrato - Cláusula 5.1, (vi) a operação e a manutenção de eventual expansão do SERVIÇO CONCEDIDO em trechos que se caracterizem como prolongamento das LINHAS objeto da CONCESSÃO, sendo que a execução das obras civis necessárias à expansão, bem como a aquisição de equipamentos, sistemas e material rodante indispensáveis à operação do SERVIÇO CONCEDIDO, poderão ficar a cargo da CONCESSIONÁRIA, mediante celebração de termo aditivo a este CONTRATO, desde que a





007628

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

execução de tais INVESTIMENTOS ADICIONAIS pela CONCESSIONÁRIA seja essencial para a compatibilização do prolongamento das LINHAS com trechos, equipamentos ou sistemas já existentes, ou importe em manifesta vantagem ao interesse público em decorrência da comprovação de redução de interfaces, de mitigação de riscos, de ganho de eficiência ou de minimização de perdas.

As cláusulas em referência prevê que a concessionária é responsável pela manutenção e operação de eventual expansão do SERVIÇO CONCEDIDO em trechos que se caracterizem como prolongamento das LINHAS objeto da Concessão, sem que, contudo, seja assegurado o direito de reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária pela ampliação de encargos com manutenção e operação de linhas comerciais que não integravam o escopo da Concessão. É importante destacar que, de forma adequada, o Contrato prevê que as obras e adequações necessárias em futuras expansões são passíveis de reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, não havendo fundamentos legais para a exclusão dos custos de manutenção e operação do processo de reequilíbrio decorrente da expansão não prevista das linhas. Nesse sentido, deveria haver um ajuste na redação dessas Cláusulas para que se passem a constar, de modo claro e objetivo, tais previsões. Caso ainda assim não entendam pertinente, gostaríamos que nos fosse melhor esclarecido, então, a opção pela manutenção acerca da exclusão de tais custos do respectivo processo de reequilíbrio contratual, como já mencionado.

RESPOSTA 178: A interpretação da Cláusula 5.1.(vi) não está correta. O contrato prevê, na Cláusula 5.8, que a realização das atividades de operação e de manutenção de eventual expansão do Serviço Concedido em trechos que se caracterizem como prolongamento das Linhas objeto da Concessão será objeto de celebração de termo aditivo, no âmbito do qual será definido o mecanismo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, no qual serão considerados todos os impactos econômico-financeiros, sobre a Concessão, das novas atividades, incluindo-se eventual ampliação de encargos com manutenção e operação de linhas comerciais que não integravam o escopo da Concessão.

QUESTÃO 179

Contrato - Item 6.11: "A CONCESSIONÁRIA deverá, com base nas diretrizes constantes do ANEXO IV – DIRETRIZES DE MANUTENÇÃO MANDATÓRIAS DAS LINHAS, do ANEXO III – REGULAMENTO DA CONCESSÃO, e demais condições estabelecidas neste CONTRATO, elaborar e submeter à aprovação do PODER CONCEDENTE, no prazo de até 75 (setenta e cinco) dias, contado





007629

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

da DATA DE ASSINATURA deste CONTRATO, o PLANO DE MANUTENÇÃO, o qual terá o mesmo rito de aprovação previsto nas Cláusulas 6.2 e 6.3."

Para o atendimento do disposto é necessário conhecer previamente as informações referentes aos trens: planos de manutenção executados; conteúdos das operações dos Planos executados; quilometragem da frota por trem/mês; lista de sobressalentes a receber; softwares; lista de ferramentas especiais; protocolos de comunicação. Dessa forma, solicitamos o envio de estas informações.

RESPOSTA 179: As informações referentes aos trens constam dos Anexos VIII e IX. Quanto à estratégia de manutenção, a Concessionária deverá se orientar pelo manual do fabricante. Serão fornecidas as datas de todas as últimas manutenções efetuadas de todos os níveis. A Concessionária receberá as ferramentas especiais e as licenças de software existentes. Para o trecho atualmente em implantação, na Linha 5, serão disponibilizadas as ferramentas especiais necessárias à manutenção, de acordo com o previsto nos contratos de fornecimento, cuja listagem será entregue após a assinatura do Contrato de Concessão. Para a Linha 17, a relação será disponibilizada por ocasião da entrega dos sistemas.

QUESTÃO 180

Contrato - Cláusula 9.4: "Em até 10 (dez) dias, contados da DATA DE ASSINATURA, será constituído o COMITÊ DE TRANSIÇÃO, composto pelos seguintes membros: 2 (dois) representantes da CMCP, 2 (dois) representantes do METRÔ e 4 (quatro) representantes da CONCESSIONÁRIA, para tratamento de interfaces, estabelecimento de regras de convivência e acompanhamento de todas as FASES mencionadas na Cláusula 9.1."; e Cláusula 9.4.5: "Na hipótese de empate nas deliberações do COMITÊ DE TRANSIÇÃO, a decisão será tomada de acordo com o posicionamento adotado pelos representantes da CMCP, ou, no caso de divergência entre estes, por decisão do Coordenador da CMCP, após parecer circunstanciado devidamente fundamentado".

Nos termos dessa Cláusula, será constituído um COMITÊ DE TRANSIÇÃO, composto por 2 (dois) representantes da CMCP, 2 (dois) representantes do METRÔ e 4 (quatro) representantes da CONCESSIONÁRIA.

Por se tratar de uma comissão que, dentre outras atribuições, possui uma função deliberativa, com efeito vinculativo, o fato de haver um número par de membros pode levar a impasses na solução dos temas de difícil resolução. Para casos de impasse, na forma da cláusula 9.4.5, as decisões serão tomadas pela CMCP, cujos membros são eleitos pelo Secretário dos





007630

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Transportes Metropolitanos e cujos atos são sempre por ele homologados. Assim, ainda que haja uma equidade quanto ao número de membros designados pelo Poder Concedente e pela Concessionária, a solução de impasses unilateralmente pela CMCP se mostra anti-isonômica, o que contraria a própria razão de ser desta Comissão. Recomendamos, portanto, um ajuste na redação dessas Cláusulas de modo que se preveja que esta Comissão, sempre que houver um impasse não solucionado em determinado prazo, contrate um terceiro independente, especialista no tema da controvérsia, para edição de parecer, que vincule às Partes até a solução final do conflito, na forma do Contrato. Caso assim não entendam, pediríamos a justificativa de respectivo Item, bem como a pertinência de sua manutenção nesse certame.

RESPOSTA 180: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Edital. A manutenção da sistemática de deliberação do Comitê de Transição é pertinente para assegurar a mais adequada transição sob a ótica do interesse público, devendo as decisões do Comitê de Transição ser implementadas imediatamente pela Concessionária (Cláusula 9.4.7), à qual é garantida, para preservação de seus direitos, a prerrogativa de apresentar ressalvas em quaisquer deliberações do Comitê de Transição (Cláusula 9.4.6), e de defender sua irresignação, quanto a estas ressalvas, pelos mecanismos de solução de controvérsias previstos no Contrato (Cláusula 9.4.7).

QUESTÃO 181

Contrato - Cláusula 10.7.3: "Para fins de contratação do AUDITOR INDEPENDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, para prévia homologação do PODER CONCEDENTE, no prazo de até 10 (dez) dias contados da DATA DE ASSINATURA do CONTRATO, ao menos 3 (três) empresas ou consórcios de empresas que reúnam as condições mínimas de qualificação para atuar como AUDITOR INDEPENDENTE, na forma estabelecida na Cláusula 10.7.6."

Do modo como consta do Contrato, a forma de escolha do Auditor Independente deixa, a cargo do Poder Concedente, a escolha final da entidade, o que traz uma insegurança jurídica ao Contrato, sobretudo dentre as prerrogativas e funções deste auditor, que será determinante na definição de temas importantes e complexos, como a transferência de bens. Recomendamos, assim, que a contratação seja feita por meio de escolha conjunta da entidade, tal como ocorre para eleição do terceiro árbitro no procedimento arbitral, e com regras claras que garantam a neutralidade e independência do auditor, havendo necessidade de ajustes nas redações dessas Cláusulas para que se prevejam tal regramento. Caso assim não entendam, pediríamos a justificativa de respectivo Item, bem como a





007631

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

pertinência de sua manutenção, tal como está, nesse certame.

RESPOSTA 181: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. A sistemática de contratação do auditor independente segue a experiência exitosa de outros contratos de concessão do Estado de São Paulo, assegurando-se, com a apresentação de alternativas pela Concessionária e a homologação pelo Poder Concedente, as condições de neutralidade e independência do auditor, bem como o respeito ao princípio da impessoalidade.

QUESTÃO 182

Contrato - Cláusula 11 - TRANSFERÊNCIA E ASSUNÇÃO, PELA CONCESSIONÁRIA, DO TRECHO NÃO OPERACIONAL E DA INFRAESTRUTURA EM IMPLANTAÇÃO

Essa Cláusula traz os procedimentos para transferência e assunção, pela Concessionária, da infraestrutura e dos serviços de operação e manutenção no trecho em implantação. Faz-se imprescindível, entretanto, que o Poder Concedente forneça à Concessionária garantias quanto ao perfeito funcionamento desses bens, assim como exige da Concessionária quando da reversão, bem como quanto às licenças, passivos ambientais e custos operacionais máximos da infraestrutura entregue, o que não verificamos, de modo expresso, quando da leitura às cláusulas contratuais pertinentes. Sendo assim, mister se faz um ajuste na redação de referidas Cláusulas para que constem, de modo claro e objetivo, referidas previsões. Caso assim não entendam, permanecendo a redação tal como consta, gostaríamos que nos fosse esclarecido como serão procedidas referidas garantias.

RESPOSTA 182: A interpretação da Cláusula 11 não está correta. O Contrato de Concessão contém cláusulas expressas sobre a alocação das responsabilidades e dos riscos de cada uma das Partes, inclusive com relação ao funcionamento dos bens transferidos à Concessionária, à obtenção e manutenção das licenças e alvarás necessários à prestação dos Serviços Concedidos, aos passivos ambientais anteriores e posteriores ao início da Operação Comercial pela Concessionária, e às variações dos custos de operação e manutenção dos Bens Integrantes da Concessão.

QUESTÃO 183

Contrato - Cláusula 12.1.3.4: "Eventuais objeções, pelo PODER CONCEDENTE, em relação ao início da OPERAÇÃO COMERCIAL DA LINHA 5, fundamentado em quaisquer dos relatórios técnicos mencionados na Cláusula 12.1.3.12, não implicará em qualquer direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro por parte da CONCESSIONÁRIA, salvo se for comprovada, pela CONCESSIONÁRIA, a inexistência de qualquer obstáculo





007632

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

ou impedimento ao início da OPERAÇÃO COMERCIAL, com plena segurança aos USUÁRIOS, ou se o obstáculo ou impedimento ao início da OPERAÇÃO COMERCIAL, com plena segurança aos USUÁRIOS, decorrer de fato imputável ao PODER CONCEDENTE ou a outras entidades da Administração Indireta do Estado de São Paulo, aplicando-se o disposto na Cláusula 10.3."

Do modo como disposto nessa Cláusula, não restam claras e expressas, objetivamente, dentre as excludentes citadas, as hipóteses em que o óbice decorrer de fatos alheios à Concessionária ou de eventos de caso fortuito ou força maior. Assim, gostaríamos que nos fosse esclarecido se, nesses casos (fatos alheios à Concessionária ou eventos de caso fortuito ou força maior), haverá exclusão de responsabilidade da Concessionária. Se sim, tal Cláusula deveria ser redigida/ajustada para que se preveja tal determinação de modo expresse. Caso não, como se procederá, contratualmente?

RESPOSTA 183: As hipóteses em que haverá reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em favor da Concessionária, em razão de objeções do Poder Concedente ao início da operação comercial da Linha 5, quando da decisão a que se refere a Cláusula 12.1.3.2, são apenas as expostas na Cláusula 12.1.3.4, a saber: (i) comprovação, pela Concessionária, da inexistência de qualquer obstáculo ou impedimento ao início da Operação Comercial, com plena segurança aos Usuários; ou (ii) se o obstáculo ou impedimento ao início da Operação Comercial, com plena segurança aos Usuários, decorrer de fato imputável ao Poder Concedente ou a outras entidades da Administração Indireta do Estado de São Paulo. Nas demais hipóteses, não haverá qualquer reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em favor da Concessionária.

QUESTÃO 184

Contrato - Cláusula 15 - "PROPRIEDADE DO PROJETO, DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E DOS DIREITOS RELATIVOS ÀS LINHAS"; Cláusula 53.6.1: "O ressarcimento previsto na Cláusula 53.6 é condicionado à cessão dos direitos autorais de todo o material produzido pela CONCESSIONÁRIA na elaboração do requerimento ou em seu aprofundamento, em benefício do PODER CONCEDENTE." e Cláusula 54.1: "Caberá à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas no CONTRATO, em especial na Cláusula 40 e na Cláusula 46: (...) (xiii): disponibilizar, para acervo do PODER CONCEDENTE, o original de todos os projetos, planos, plantas e outros documentos, de qualquer natureza, referentes à execução de INVESTIMENTOS ADICIONAIS;"

A Cláusula 15, que trata de propriedade intelectual é demasiadamente ampla e obriga a Concessionária a transmitir gratuitamente e em regime de





007633e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

exclusividade ao PODER CONCEDENTE os direitos de propriedade intelectual sobre os estudos e projetos elaborados para os fins específicos da CONCESSÃO, bem como os planos, plantas, documentos e outros materiais de qualquer natureza. Prevê, inclusive a abertura de código de todos os sistemas.

Além disso, as cláusulas 53.6.1 e 54.1, "e", (xiii), obrigam e condicionam a autorização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS à cessão total de propriedade intelectual sobre os mesmos. Estas previsões são abusivas e extrapolam a prática de mercado. Ademais, para as hipóteses em que a Concessionária realizar uma subcontratação, não poderá garantir a abertura de código de seus fornecedores, ainda que assim o pretenda, o que torna a obrigação inexecutável. Sugerimos, assim, que a redação de referidas Cláusulas sejam ajustadas, de modo a passar a se prever que tal obrigação esteja limitada à licença de uso e não à transferência da propriedade nem tampouco a abertura de códigos. Com isso, será plenamente viável que, quando da extinção do Contrato, o Poder Concedente tenha condições de prestar normalmente os serviços.

RESPOSTA 184: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. As obrigações previstas no Contrato de Concessão acerca da transferência dos direitos de propriedade contratual serão, naturalmente precificadas pelas licitantes, quando da elaboração de suas propostas comerciais, de modo que não há que se falar em gratuidade na concessão de tais direitos ao Poder Concedente, inclusive no âmbito da inclusão de Investimentos Adicionais no escopo da concessão, uma vez que o Contrato de Concessão, no âmbito da Cláusula 53.6.1, prevê expressamente o ressarcimento de custos para elaboração de projetos e outras informações a serem cedidas ao Poder Concedente.

QUESTÃO 185

Contrato - Cláusula 16.10.2: "Ainda na hipótese de o PODER CONCEDENTE delegar à CONCESSIONÁRIA a execução, total ou parcial, das atividades necessárias à obtenção das licenças de operação, os custos comprovadamente incorridos pela CONCESSIONÁRIA serão ressarcidos pelo PODER CONCEDENTE até o limite estabelecido no ato de delegação, que será calculado mediante pesquisa de mercado, com empresas atuantes no mercado." e Cláusula 16.11: "A CONCESSIONÁRIA será responsável pela adoção de todas as medidas necessárias à recuperação de eventuais passivos ambientais gerados após o início da OPERAÇÃO COMERCIAL, bem como, quando possível, aqueles gerados antes do início da OPERAÇÃO COMERCIAL que não foram identificados nas licenças ambientais e que sejam constatados durante a OPERAÇÃO COMERCIAL pela





007634

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

CONCESSIONÁRIA, sendo que: (i) os custos incorridos visando à recuperação de passivos ambientais anteriores à OPERAÇÃO COMERCIAL serão assumidos pelo PODER CONCEDENTE, e por ele ressarcidos à CONCESSIONÁRIA, no limite do preço de mercado oferecido por empresas do ramo, o qual será apurado pelo PODER CONCEDENTE, mediante pesquisa de mercado, com, ao menos, 3 (três) empresas atuantes no mercado;"

As cláusulas em comento trazem a prerrogativa de o Poder Concedente impor à Concessionária obrigações adicionais e, após, remunerá-la posteriormente, no limite do preço de mercado oferecido por empresas do ramo, o qual será apurado pelo PODER CONCEDENTE, mediante pesquisa de mercado, com, ao menos, 03 (três) empresas atuantes no mercado. A cláusula é totalmente abusiva, na medida em que impõe a concessionária a assunção de custos adicionais sem que ela possa se manifestar quanto a sua exequibilidade ou preço para, somente posteriormente, ressarcir-la do custo com base em pesquisa de mercado realizado unilateralmente pelo Poder Concedente. Assim, a redação dessas Cláusulas deverá ser ajustada, com a correspondente exclusão dessas prerrogativas, bem como com a previsão expressa no sentido de que a imputação de obrigações adicionais à Concessionária seja objeto de respectivo aditivo contratual e revisão da equação econômico-financeira do Contrato, na forma da lei de regência.

RESPOSTA 185: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. Os critérios de ressarcimento dos custos incorridos pela Concessionária com as atividades descritas na pergunta estão disciplinados nas Cláusulas 16.10.2 e 16.11.(i).

QUESTÃO 186

Contrato - "Cláusula 16.10.3: "O termo de delegação não poderá contemplar qualquer cláusula ou condição que, por qualquer meio, altere ou desnature os riscos e responsabilidades assumidos pelas PARTES no presente CONTRATO, devendo estabelecer a delimitação das atividades delegadas à CONCESSIONÁRIA, os preços unitários máximos de ressarcimento, e os prazos a serem observados pela CONCESSIONÁRIA na execução das atividades que lhe competirem."

Essa Cláusula prevê que, na hipótese do Poder Concedente delegar a obtenção da licença de operação dos trechos em implantação à Concessionária, os procedimentos de assunção de tal responsabilidade não poderão alterar a alocação de risco prevista originalmente no Contrato. Contudo, a assunção de obrigações em que a Concessionária desconhece as condições de execução e que podem demandar a execução de atividades





007635

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

excepcionais e, muitas vezes com risco agravado, podem demandar a alteração da alocação de risco prevista para tais atividades. Desta forma, recomendamos, que a redação seja ajustada passando a se prever que, exclusivamente em relação a serviços não previstos originalmente no Contrato, seja possível adequar a matriz de risco original, compatibilizando-a com o novo risco que venha a ser assumido pela Concessionária, em consonância com o quanto já previsto na Cláusula 53.7.1, do próprio Contrato.

RESPOSTA 186: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato.

QUESTÃO 187

Contrato - Cláusula 17.2: "O presente CONTRATO poderá ser prorrogado, excepcionalmente e a exclusivo critério do PODER CONCEDENTE, nas seguintes hipóteses, e desde que preservado o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste: (i) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, conforme a Cláusula 50.13, limitada a prorrogação, nesta hipótese, ao prazo adicional de 10 (dez) anos; (ii) para assegurar a continuidade da prestação do serviço público, nas hipóteses em que não se lograr, previamente ao encerramento do prazo de vigência da CONCESSÃO, a conclusão de novo processo licitatório para a concessão dos serviços."

Essa cláusula contratual prevê que o prazo da Concessão somente poderá ser prorrogado em casos excepcionais, como na hipótese de reequilíbrio e na hipótese de não ter sido concluído o processo licitatório para nova concessão.

Contudo, a teor do quanto previsto na Medida Provisória n.º 752/16, em muitas ocasiões a prorrogação do prazo da concessão pode ser medida de maior vantagem, que propiciará o melhor atendimento do interesse público vinculado à prestação do serviço público. Dessa forma, recomenda-se a previsão contratual acerca da possibilidade de prorrogação do prazo de vigência da Concessão por mais 20 (vinte) anos, desde que demonstrado o atendimento ao interesse público, em atendimento ao quanto estabelecido na Medida Provisória n.º 752/16.

RESPOSTA 187: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. A Medida Provisória nº 752/16, atual Lei Federal nº 13.448/2017, não é aplicável às contratações realizadas pelo Estado de São Paulo.

QUESTÃO 188

Contrato - Cláusula 20.5.2: "O atraso da OPERAÇÃO COMERCIAL da Estação Campo Belo e da LINHA 17, em relação às datas marcos previstas na Cláusula 13.1, não ensejará a aplicação de TARIFA DE REMUNERAÇÃO





007636

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

CONTINGENTE, sendo aplicada a TARIFA DE REMUNERAÇÃO definida na Cláusula 20.1."

Essa Cláusula prevê a ampliação ou redução da tarifa em caso, respectivamente, de atraso ou antecipação na entrega das estações das linhas 5 e 17 pelo Poder Concedente. Contudo, a cláusula 20.5.2 prevê que a antecipação ou atraso na entrega da estação Campo Belo pelo Poder Concedente não ensejará a aplicação do adicional tarifário. Considerando a necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, também em caso de atraso na conclusão da estação Campo Belo, sugerimos a alteração da redação dessa Cláusula para que seja igualmente prevista a incidência do adicional tarifário na situação ora descrita. Se não, pediríamos que nos fosse devidamente esclarecida a razão da manutenção da redação dessa Cláusula.

RESPOSTA 188: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. Na hipótese de atraso da operação comercial da Estação Campo Belo, não incidirá Tarifa de Remuneração Contingente, aplicando-se apenas o procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Cláusula 48 e da Cláusula 50.

QUESTÃO 189

Contrato - Cláusula 20.5.3 e seguintes: "A incidência da TARIFA DE REMUNERAÇÃO CONTINGENTE é um mecanismo de mitigação dos impactos econômico-financeiros do CONTRATO, devendo seu recebimento, pela CONCESSIONÁRIA, durante todo o período de sua aplicação, ser considerado na recomposição de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos da Cláusula 48 e da Cláusula 50" e Cláusula 20.5.3.1: "Caso haja incidência da TARIFA DE REMUNERAÇÃO CONTINGENTE por um período superior a 6 (seis) meses: (i) as PARTES iniciarão imediatamente o procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos da Cláusula 49 e da Cláusula 50, visando à apuração do valor eventualmente devido, considerando-se a contabilização dos valores auferidos em razão da aplicação da TARIFA DE REMUNERAÇÃO CONTINGENTE; e (ii) a CONCESSIONÁRIA poderá acionar o mecanismo de rescisão amigável do CONTRATO, nos termos da Cláusula 71.2, inciso (iii). Caso a CONCESSIONÁRIA não acione tal mecanismo, fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos da Cláusula 49 e Cláusula 50."

Essas cláusulas prevêm que a aplicação da TARIFA DE REMUNERAÇÃO CONTINGENTE se dará pelo prazo máximo de 6 (seis) meses, ocasião em que, persistindo o atraso na entrega da estação, deverá a Concessionária pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro pelas vias ordinárias previstas no





007637

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Contrato. Contudo, a necessidade de submissão de novo pedido de reequilíbrio, que poderá ter longa tramitação junto à Administração Pública e incertezas quanto ao seu pagamento não se mostra razoável. Dessa forma, deverá ser reajustada a redação dessas Cláusulas passando a prever que a **TARIFA DE REMUNERAÇÃO CONTINGENTE** seja aplicada enquanto perdurar o atraso na entrega das estações pelo **PODER CONCEDENTE**. Caso assim não entendam, gostaríamos que fosse devidamente esclarecido como se procederá nesses casos.

RESPOSTA 189: A interpretação da Cláusula 20.5.3.1 está equivocada. Não há nenhuma vedação contratual à aplicação da Tarifa de Remuneração Contingente por período superior a 06 (seis) meses, conforme previsto na própria Cláusula 20.5.3.1, mas apenas consequências contratuais que incidem após o transcurso deste período (previstas nos incisos (i) e (ii) da Cláusula 20.5.3.1). A aplicação da Tarifa de Remuneração Contingente perdurará até o início da Operação Comercial de ao menos uma das Estações Santa Cruz e/ou Chácara Klabin, conforme previsto na Cláusula 20.5.4, ainda que superado o período de 06 (seis) meses.

QUESTÃO 190

Contrato - Cláusula 20.5.5: "A **TARIFA DE REMUNERAÇÃO CONTINGENTE** será reajustada consoante as regras previstas na Cláusula 21. "

Essa Cláusula prevê que as **TARIFAS DE REMUNERAÇÃO CONTINGENTES** serão reajustadas consoante as regras previstas na Cláusula 21. Contudo, a Cláusula 21 prevê que o reajuste será aplicado em bases anuais, enquanto os marcos de entrega das estações são fixados com base em determinados meses específicos da Concessão. Dessa forma, a redação dessa Cláusula deverá ser revisitada, de modo a que se passe a prever que as **TARIFAS DE REMUNERAÇÃO CONTINGENTES** serão reajustadas, antes de sua aplicação, tendo, como marco inicial de reajuste, a data base de 01/02/2017 e, como marco final, o mês previsto para a conclusão de cada estação. Se não, gostaríamos que nos fosse esclarecido como se procederá nesses casos.

RESPOSTA 190: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. O valor da Tarifa de Remuneração Contingente, previsto na Cláusula 20.5.1, será reajustado nos mesmos termos e na mesma periodicidade em que reajustada a Tarifa de Remuneração, conforme as regras previstas na Cláusula 21.

QUESTÃO 191

Cláusula 20.6.2.2: "Caso o CMDtC seja igual ou inferior a 0,5 (zero vírgula cinco) por um período consecutivo igual ou maior a 3 (três) meses, por razões





007638

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

de responsabilidade comprovada e exclusiva da CONCESSIONÁRIA, incidirá penalidade, nos termos do CAPÍTULO XVII, além da possibilidade de decretação de caducidade da CONCESSÃO, nos termos da Cláusula 70.2, (vi)."

Essa Cláusula contratual prevê a possibilidade de aplicação de multa por força do descumprimento dos indicadores de desempenho. Contudo, o não atendimento dos indicadores já acarreta a penalização da Concessionária com desconto no valor tarifário. Dessa forma, a aplicação da penalidade em questão configura "bis in idem" refutado pelo ordenamento jurídico pátrio. Assim, essa Cláusula deverá ser excluída ou reajustada nesse sentido. Se não, gostaríamos que nos fosse esclarecida a razão pela sua manutenção.

RESPOSTA 191: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. O desconto da remuneração da Concessionária em razão do não-atendimento aos indicadores de desempenho não reflete penalização, mas remuneração em patamar inferior em razão da menor performance na prestação do serviço. A caracterização de Coeficiente de Mensuração de Desempenho da Concessão – CMD – inferior a 1 não caracteriza, por si só, infração contratual passível de penalização, ainda que reflita em desconto na remuneração. A infração contratual é caracterizada apenas nas hipóteses previstas na Cláusula 20.6.2.2 e no Anexo XXI – Penalidades.

QUESTÃO 192

Cláusula 20.7.6: "Os USUÁRIOS contabilizados nos equipamentos e dispositivos de contagem instalados na transferência da Estação Campo Belo serão desconsiderados para fins de aferição da RECEITA TARIFÁRIA devida à CONCESSIONÁRIA."

Não há justificativa para que tais passageiros sejam desconsiderados da apuração do montante de tarifa devida à Concessionária. Sendo assim, deverá ser excluída tal Cláusula ou reajustada passando a se prever a consideração de referidos passageiros, nesse sentido. Caso haja uma justificativa plausível para tanto, gostaríamos que nos fosse devidamente esclarecido.

RESPOSTA 192: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato.

QUESTÃO 193

Contrato - Cláusula 22.1.3: "Obedecida a legislação em vigor, é permitida a exploração de mídias publicitárias em material rodante e nas estações, sendo facultado ao PODER CONCEDENTE ocupar até 5% (cinco por cento) do espaço disponível, conforme critérios mercadológicos definidos pela





007639

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

CONCESSIONÁRIA, para veiculação de publicidade institucional, sendo a CONCESSIONÁRIA responsável pela instalação do material publicitário fornecido pelo PODER CONCEDENTE."

Essa Cláusula prevê que a Concessionária é responsável pela instalação de mídias publicitárias solicitadas pelo Poder Concedente, sem, contudo, haver qualquer previsão de ressarcimento pelos custos decorrentes de tal instalação. Considerando a imprevisibilidade das solicitações formuladas pelo Poder Concedente e os custos a elas associados, faz-se necessário que tais valores sejam ressarcidos à Concessionária, havendo a necessidade de previsão nesse sentido, no Contrato. Se não, gostaríamos que nos fosse esclarecido como se procederá nesses casos.

RESPOSTA 193: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. Não haverá qualquer ressarcimento adicional para a instalação do material publicitário fornecido pelo Poder Concedente nos termos da Cláusula 22.1.3, uma vez que a prestação desses serviços já faz parte do escopo das obrigações originais do Contrato de Concessão, e, portanto, precificadas pelas licitantes no momento da elaboração de suas propostas comerciais. Além disso, não há que se falar em imprevisibilidade, uma vez que o próprio contrato prevê, na Cláusula 22.13, que a instalação de mídias publicitárias somente ocorrerá em, no máximo 5% do espaço disponível, conforme critérios mercadológicos definidos pela própria Concessionária.

QUESTÃO 194

Contrato - Cláusula 22.1.3: "Obedecida a legislação em vigor, é permitida a exploração de mídias publicitárias em material rodante e nas estações, sendo facultado ao PODER CONCEDENTE ocupar até 5% (cinco por cento) do espaço disponível, conforme critérios mercadológicos definidos pela CONCESSIONÁRIA, para veiculação de publicidade institucional, sendo a CONCESSIONÁRIA responsável pela instalação do material publicitário fornecido pelo PODER CONCEDENTE."

Essa Cláusula prevê que a Concessionária é responsável pela instalação de mídias publicitárias solicitadas pelo Poder Concedente, sem, contudo, haver qualquer previsão de ressarcimento pelos custos decorrentes de tal instalação. Considerando a imprevisibilidade das solicitações formuladas pelo Poder Concedente e os custos a elas associados, faz-se necessário que tais valores sejam ressarcidos à Concessionária, havendo a necessidade de previsão nesse sentido, no Contrato. Se não, gostaríamos que nos fosse esclarecido como se procederá nesses casos.

RESPOSTA 194: Questão repetida – vide resposta a questão 194.





007640

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

QUESTÃO 195

Contrato - Cláusula 29.6.1: "As conclusões alcançadas pela COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO possuem caráter meramente informativo e opinativo, não vinculando o PODER CONCEDENTE para a lavratura do TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO."

Essa Cláusula prevê que as conclusões alcançadas pela Comissão possuem caráter meramente informativo e opinativo, não vinculando o Poder Concedente para a lavratura do Termo Provisório de Devolução. Ocorre que tais conclusões devem ser vinculativas até eventual decisão arbitral sobre o tema. Isto porque, do modo como consta redigida, essa cláusula se mostra abusiva posto que pode gerar obrigações adicionais à Concessionária sem antes haver a devida submissão aos meios contratuais de solução de conflitos. Assim, a redação dessa Cláusula deve ser ajustada para que se passe a prever que as conclusões da Comissão sejam vinculativas até eventual decisão arbitral sobre o tema.

RESPOSTA 195: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. A lavratura do Termo Provisório de Devolução é de responsabilidade de autoridade do Poder Concedente que não integrará a Comissão de Desmobilização. A Concessionária poderá se manifestar no relatório final da Comissão de Desmobilização, que será considerado quando da elaboração do Termo Provisório de Devolução, nos termos previstos na Cláusula 29.7 do Contrato, bem como manifestar-se, e apresentar suas razões técnicas, em caráter de recurso, caso discorde da decisão adotada pelo Poder Concedente no Termo Provisório de Devolução, observada a Cláusula 29.7 do Contrato.

QUESTÃO 196

Contrato - Cláusula 34.4: "Enquanto não estiver completa a integralização, nos termos da Cláusula 34.1, os acionistas da SPE são solidariamente responsáveis, independentemente da proporção das ações subscritas por cada um, perante o PODER CONCEDENTE, por obrigações da CONCESSIONÁRIA nos termos deste CONTRATO, até o limite do valor da parcela faltante para integralização."

Nos termos dessa Cláusula, enquanto não estiver completa a integralização, os acionistas da SPE são solidariamente responsáveis, até o limite do valor da parcela faltante para integralização. Esta obrigação, entretanto, está legalmente adstrita a sociedades limitadas, por força do art. 1.052, do Código Civil. Assim, a previsão contratual, para uma sociedade anônima, é ilegal. Desse modo, deverá essa Cláusula deverá ser excluída, sob pena de ilegalidade.





007641

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

RESPOSTA 196: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. Não há qualquer incompatibilidade entre a Cláusula 34.4 e a legislação vigente. A solidariedade entre devedores, conforme o artigo 265 do Código Civil, pode resultar tanto da lei quanto da vontade das partes, sendo a Cláusula 34.4 do Contrato representativa desta última hipótese.

QUESTÃO 197

Contrato - "Cláusula 36.1: Dependem de prévia anuência do PODER CONCEDENTE, sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste CONTRATO e na legislação e regulação aplicável, os seguintes atos eventualmente praticados pela CONCESSIONÁRIA, sob pena de aplicação das sanções previstas no ANEXO XXI – PENALIDADES e neste CONTRATO, inclusive podendo ensejar a decretação da caducidade da CONCESSÃO: (...) (iv) criação de subsidiárias, inclusive para exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS;"

A Cláusula em questão estabelece que a exploração de receitas acessórias é condicionada à prévia anuência do Poder Concedente. Contudo, não há justificativa plausível para a imposição de tal anuência na medida em que a exploração de tais receitas é executada por conta e risco da Concessionária. Dessa forma, caso o Poder Concedente venha a rejeitar o plano de exploração da Concessionária, haverá injustificada redução de receitas projetadas pela Concessionária em sua proposta, sem que esta possa de qualquer forma, opor-se à determinação do Poder Concedente ou, até mesmo, pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro da contratação. Assim, deverá haver a exclusão da necessidade de prévia aprovação para exploração de receitas acessórias.

RESPOSTA 197: A interpretação indicada para a Cláusula 36.1.(iv) é equivocada. A Cláusula 36.1.(iv) não exige prévia anuência do Poder Concedente para a exploração de Receitas Acessórias, mas exige esta prévia anuência tão somente para a criação de subsidiárias da SPE, ainda que para a exploração de Receitas Acessórias.

QUESTÃO 198

Contrato - Cláusula 36.1: "Dependem de prévia anuência do PODER CONCEDENTE, sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste CONTRATO e na legislação e regulação aplicável, os seguintes atos eventualmente praticados pela CONCESSIONÁRIA, sob pena de aplicação das sanções previstas no ANEXO XXI – PENALIDADES e neste CONTRATO, inclusive podendo ensejar a decretação da caducidade da CONCESSÃO: (...) (vi) contratação ou alteração na cobertura de seguros, na seguradora contratada e/ou nas garantias contratadas pela CONCESSIONÁRIA e





007642C

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

relacionadas ao presente CONTRATO, mesmo aquelas cuja contratação seja decorrente do quanto estabelecido em sede do procedimento das REVISÕES ORDINÁRIAS, nos termos da Cláusula 58;"

Essa Cláusula estabelece que a contratação de seguros, bem como sua alteração, dependem de prévia anuência do Poder Concedente. Tal cláusula contradiz o que estabelece a própria cláusula 58.9, do Contrato, que prevê que as condições de contratação dos seguros (valor de cobertura, coberturas incluídas, dentre outros) serão fixadas com exclusividade pela Concessionária. Dessa forma, deverá haver a exclusão da necessidade de prévia autorização para a contratação de seguros, em compatibilidade com as disposições contratuais existentes.

RESPOSTA 198: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. Não há qualquer contradição entre a Cláusula 36.1.(vi) e a Cláusula 58.9, já que esta última apenas atribui à Concessionária o risco pela estipulação dos níveis de cobertura, valores segurados e níveis de franquia, não afastando a necessidade de anuência do Poder Concedente quanto à contratação ou alteração de quaisquer seguros ou garantias.

QUESTÃO 199

Contrato - "Cláusula 40.1.1: A responsabilidade da CONCESSIONÁRIA de que trata a Cláusula 40.1, (xiii), perdurará mesmo depois de encerrado o CONTRATO, podendo o PODER CONCEDENTE buscar o ressarcimento previsto na referida cláusula junto aos acionistas da CONCESSIONÁRIA, na forma da legislação societária, no caso de extinção da SPE."

Prevê esta Cláusula que a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA perdurará mesmo após encerrado o CONTRATO. Entretanto, o conceito de responsabilidade mesmo depois de encerrado o CONTRATO é demasiadamente amplo. A cláusula, assim, é ilegal, posto que extrapola os limites de responsabilidade definidos na Lei de Sociedades Anônimas. Portanto, deve haver a exclusão desta cláusula ou, se não, uma delimitação clara de seus limites de responsabilidade, bem como o prazo pelo qual responderão os acionistas pelos atos da SPE, sob pena de, se assim restar mantida sua redação, implicará em ilegalidade de sua previsão no Contrato.

RESPOSTA 199: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. A própria Cláusula 40.1.(xiii) estabelece os limites de responsabilidade da Concessionária e, no caso de extinção da SPE, de seus acionistas.

QUESTÃO 200

Contrato - Cláusula 46.1: "Constituem, dentre outros, riscos de engenharia e





007643 e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

de operação assumidos pela CONCESSIONÁRIA:" (...) (vii) atrasos e custos adicionais na execução de obras relacionados às interferências, tais como, fibra ótica, dutos de água e esgoto, dutos de gases, dutos de petróleo, vias de transmissão ou distribuição de energia, para as obras realizadas pela CONCESSIONÁRIA;"

O Contrato de Concessão estabelece que é risco da concessionária os atrasos relacionados às interferências, tais como, fibra ótica, dutos de água e esgoto, dutos de gases, dutos de petróleo, vias de transmissão ou distribuição de energia. Contudo, o risco com sujeições não previstas não pode ser atribuído exclusivamente a Concessionária, uma vez que não foram fornecidos os estudos sobre as interferências atualmente existentes nos bens vinculados à Concessão, tampouco será possível, em caso de assunção de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, identificar essas interfaces no momento de execução de obrigações adicionais. Sendo assim, deverá ser tal risco alocado ao Poder Concedente posto que possui maior capacidade de mitigação para tanto. Caso assim não entenda, solicita-se que seja esclarecido o real alcance dessa Cláusula.

RESPOSTA 200: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. A Cláusula 46.1.(vii) atribui à Concessionária os riscos de atrasos e custos adicionais na execução de obras relacionados às interferências, tais como, fibra ótica, dutos de água e esgoto, dutos de gases, dutos de petróleo, vias de transmissão ou distribuição de energia, para as obras que forem realizadas pela Concessionária ao longo da Concessão, por obrigação contratual ou por decisão da Concessionária. Quanto à alocação destes riscos para o caso de assunção de Investimentos Adicionais, aplica-se a disciplina da Cláusula 54.1.(xx).

QUESTÃO 201

Contrato - "Cláusula 46.2: ""Constituem, dentre outros, riscos econômico-financeiros assumidos pela CONCESSIONÁRIA:" (...) (vi) redução do valor total auferido a título de TARIFA DE REMUNERAÇÃO em razão da ausência de registro eletrônico de USUÁRIOS que tenham utilizado os serviços de transporte de passageiros prestados pela CONCESSIONÁRIA, inclusive em razão de falta de energia elétrica, atos de vandalismo, e outros eventos cujo risco tenha sido alocado à CONCESSIONÁRIA, nos termos deste CONTRATO, excepcionados somente os casos em que o risco de ocorrência do evento ensejador da ausência de registro eletrônico de USUÁRIOS seja exclusivamente atribuído ao PODER CONCEDENTE, nos termos deste CONTRATO;"

Deve-se atentar ao fato de que há incontáveis e imprevisíveis situações que





007644

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

podem impedir a contabilização eletrônica dos passageiros transportados, sem que tenha havido a culpa da Concessionária. Dessa forma, não se pode atribuir à Concessionária a responsabilização pelos eventos como a falta de fornecimento de energia elétrica e atos de vandalismo, posto que a Concessionária não pode coibi-los, em função da ausência de titularidade do Poder de Polícia, entre outros eventos que podem ensejar a indevida redução da arrecadação tarifária sem culpa da Concessionária. Em função do exposto, referida Cláusula deverá ser alterada para a Sendo assim, deverá ser tal risco alocado ao Poder Concedente posto que possui maior capacidade de mitigação para tanto ou, caso assim não entenda, alternativamente, deve restar previsto mecanismo de contabilização estimada de passageiros, por força de eventos não imputáveis à Concessionária.

RESPOSTA 201: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. A Cláusula 46.2.(vi) aloca à Concessionária o risco de redução do valor total auferido a título de Tarifa de Remuneração em razão da ausência de registro eletrônico de Usuários que tenham utilizado os serviços de transporte de passageiros prestados pela Concessionária, inclusive em razão de falta de energia elétrica, atos de vandalismo, e outros eventos cujo risco tenha sido alocado à Concessionária, excetuando-se apenas as hipóteses em que a ausência de registro eletrônico de Usuários decorra de evento cujo risco foi imputado contratualmente ao Poder Concedente.

QUESTÃO 202

Contrato - Cláusula 51.1.3: "Rever o valor da TARIFA DE REMUNERAÇÃO da CONCESSIONÁRIA, em observância ao artigo 9º, §9º, da Lei Federal n.º 12.587/2012, objetivando a transferência de parcela dos ganhos de eficiência e produtividade setoriais ao PODER CONCEDENTE, mediante aplicação de critérios objetivos, fixados pelo PODER CONCEDENTE, para avaliação dos ganhos de eficiência e produtividade, em processo administrativo no qual assegurada a participação da CONCESSIONÁRIA, sempre respeitando as condições de financiabilidade da CONCESSÃO."

Essa cláusula prevê a possibilidade de revisão ordinária da tarifa, objetivando a transferência de parcela dos ganhos de eficiência e produtividade da CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE. Contudo, não há maiores detalhamentos acerca dos critérios em que tal revisão será processada, sujeitando a Concessionária a risco incompatível com um projeto de longo prazo custeado, primordialmente, pelas tarifas cobradas. Dessa forma, deverá haver exclusão da cláusula em questão ou, alternativamente, a previsão de um limite percentual máximo de desconto a cada revisão.

RESPOSTA 202: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. A Cláusula 51.1.3 é compatível com o disposto no





007645

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

artigo 9º, §9º, da Lei Federal nº 12.587/2012, sendo a Tarifa de Remuneração revista quando for possível a identificação de ganhos de eficiência e produtividade setoriais, parcela dos quais deverá ser transferida ao Poder Concedente, mediante aplicação de critérios objetivos, assegurando-se a participação da Concessionária no procedimento de revisão contratual.

QUESTÃO 203

Contrato - Cláusula 52.6: "O PODER CONCEDENTE poderá, motivadamente, no exercício do poder de alteração unilateral do CONTRATO, determinar a execução de INVESTIMENTOS ADICIONAIS que sejam necessários à preservação do interesse público, adotando-se, no que cabível, o procedimento previsto neste CAPÍTULO XI, e assegurando-se o correspondente reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e a aplicação da Cláusula 71.2."

Essa Cláusula deverá ser ajustada/complementada para que reste expressamente previsto que, no caso de os INVESTIMENTOS ADICIONAIS a serem impostos pelo PODER CONCEDENTE, haverá obrigatoriedade de que o PODER CONCEDENTE submeta, previamente, à Concessionária os projetos, bem como demonstre a viabilidade dos mesmos face o acréscimo de demanda e tarifa projetados. Ademais, deve-se constar que, na hipótese de realização dos investimentos pelo Poder Concedente, por si, por outras entidades da Administração Indireta, ou mediante contratações de terceiros, o Poder Concedente deve assumir, expressa e integralmente, os riscos relacionados aos projetos, os riscos de demanda acional mínimo para cobertura dos custos operacionais e de manutenção, cumprimento do cronograma, danos decorrentes dos investimentos, responsabilidade civil da obra, limites de custo operacional, bem como de todo e qualquer risco relacionado a estes investimentos que gerem custos adicionais à Concessionária não remunerados por meio de tarifa mínima adicional. Se não, gostaríamos que nos fosse esclarecido como se procederá nesses casos.

RESPOSTA 203: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. O Contrato prevê detalhadamente a alocação dos riscos no contrato, dentre os quais o risco do Poder Concedente quanto a *"prejuízos ocasionados à CONCESSIONÁRIA e à operação das LINHAS em razão da realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS diretamente pelo PODER CONCEDENTE ou por entidades da Administração Indireta, ou, ainda, mediante a contratação de terceiros, nos termos da Cláusula 53.3"* (Cláusula 47.1.(x)), bem como o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses de *"modificação unilateral, imposta pelo PODER CONCEDENTE, das condições de execução do CONTRATO, desde que, como resultado direto*





007646

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

dessa modificação, verifique-se efetiva e substancial alteração dos custos ou da remuneração da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos" (Cláusula 49.6.(i)).

QUESTÃO 204

Contrato - "Cláusula 56.2: "A inclusão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, na forma prevista neste 0, importará na prévia análise de eventual necessidade e/ou capacidade de obtenção de financiamento(s) adicional(is) pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 71.2, inciso (i), bem como na eventual necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a qual poderá se dar concomitantemente à inclusão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS ou, excepcionalmente, em momento posterior, devendo-se considerar, necessariamente, a integralidade dos investimentos e custos de qualquer natureza, diretos e indiretos, inclusive de mobilização, incorridos pela CONCESSIONÁRIA."

Primeiramente, deve ser corrigida a menção ao Item "0", constante não apenas desta Cláusula como de outras no decorrer deste Contrato. A Cláusula 56.2 abre a possibilidade de, excepcionalmente, haver o reequilíbrio econômico-financeiro de obrigações não previstas em momento posterior à sua execução. Contudo, é necessário que esta Cláusula seja ajustada de tal modo que se preveja que tal excepcionalidade só venha a ser aplicada em caso de manifestação expressa e formal acerca da concordância, por parte da Concessionária, nesse sentido.

RESPOSTA 204: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. O Contrato não prevê a manifestação expressa e formal de concordância da Concessionária como condição para a inclusão de Investimentos Adicionais, ainda que o reequilíbrio econômico-financeiro ocorra, excepcionalmente, em momento posterior à execução dos Investimentos Adicionais.

QUESTÃO 205

Contrato - Cláusula 56.4: "Na hipótese de inclusão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, não se aplica o disposto na Cláusula 50.9, de forma que todos os custos com diligências e estudos necessários à plena instrução do pedido de reequilíbrio serão suportados pela CONCESSIONÁRIA, sendo o valor correspondente incorporado no cálculo do reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO."

Necessário deixar evidenciado e expresso, nessa Cláusula, que os custos somente serão suportados pela Concessionária quando a solicitação dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS tenha partido da própria Concessionária.





007647

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Sendo assim, deverá haver ajuste em sua redação para que se passe a prever tal condicionante.

RESPOSTA 205: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. A Cláusula 50.9 do Contrato não é aplicável à hipótese de inclusão de Investimentos Adicionais, independentemente de quem tenha sido o responsável pela solicitação de inclusão do Investimento Adicional, sendo todos os custos com diligências e estudos computados para a definição do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato correspondente à inclusão de Investimentos Adicionais, observando-se o disposto nas Cláusulas 53.4.1.2 e 53.6, nas hipóteses em que a realização dos Investimentos Adicionais não seja aprovada.

QUESTÃO 206

Contrato - Cláusula 57.8: "A GARANTIA DE EXECUÇÃO deverá abranger todos os fatos ocorridos durante a sua vigência, ainda que o sinistro seja comunicado pelo PODER CONCEDENTE após a superação do termo final de vigência da GARANTIA DE EXECUÇÃO, devendo abranger as hipóteses de responsabilização do PODER CONCEDENTE, ou de qualquer das entidades da Administração Indireta, por qualquer ato ou fato decorrente da atuação da CONCESSIONÁRIA, seus prepostos ou subcontratados, incluindo, mas não se limitando, a danos ambientais, responsabilidade civil, fiscal e trabalhista, penalidades regulatórias, dentre outros."

"Os artigos 205 e 206 do Código Civil brasileiro, assim dispõe:

"Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

Art. 206. Prescreve:

§ 1º Em um ano:

(...)

II - a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo:

- a) para o segurado, no caso de seguro de responsabilidade civil, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuência do segurador;
- b) quanto aos demais seguros, da ciência do fato gerador da pretensão;

No nosso entendimento, o Poder Concedente não poderia comunicar o sinistro, após o termo final de vigência da Garantia de Execução, haja vista que tal disposição fere os artigos 205 e 206 supramencionados. Está correto nosso entendimento?

RESPOSTA 206: O entendimento não está correto. Não há incompatibilidade entre a cláusula 57.8 e a legislação vigente.





007648

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

QUESTÃO 207

Contrato - "Cláusula 58.4.2: ""58.4.2. Seguro de Responsabilidade Civil, incluindo:

- (i) danos causados a terceiros;
- (ii) cobertura adicional para responsabilidade cruzada, considerando os bens do METRÔ e da CPTM existentes na área de influência das LINHAS;
- (iii) transporte de passageiros nos trens e permanência nas estações;
- (iv) acidentes envolvendo terceiros, ao longo da LINHAS, nas estações, bem como nas áreas externas e nas ÁREAS REMANESCENTES utilizadas nas atividades inerentes, acessórias ou complementares ao SERVIÇO CONCEDIDO, bem como na implementação de projetos associados e demais atividades envolvendo a exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS;
- (v) acidentes de trabalho para os empregados envolvidos, conforme legislação em vigor; e
- (vi) poluição súbita."

"Sobre as coberturas para danos ambientais e responsabilidade civil, as mesmas não fazem parte da modalidade de seguro garantia, a qual é regida pela circular SUSEP 477/2013 e prevê todas as coberturas possíveis para este ramo. Ademais, as coberturas de danos ambientais e de responsabilidade civil encontram abrigo em outro ramo securitário (seguro de responsabilidade civil com cobertura específica para danos ambientais). Argumento contínuo, destacamos que o próprio item 58.4.2 da minuta do contrato requer a contratação de seguro específico de responsabilidade civil, inclusive com cobertura de poluição súbita (que faz parte da cobertura de danos ambientais). Ou seja, além do impedimento do próprio seguro garantia em apresentar tais coberturas, reforço que o contrato já estará segurado perante tais possíveis danos, isto mediante seguro característico e previsto no item 58.4.2.

Neste contexto, solicitamos que seja avaliado e modificado na medida do possível as mencionadas cláusulas da minuta de contrato."

RESPOSTA 207: A regulação do setor em vigor será observada, sendo vedada a inclusão de qualquer condicionante ou rito para a execução da apólice além das estritamente legais e emanadas do órgão regulador brasileiro competente.

QUESTÃO 208

Contrato - Cláusula 64.3: "Na hipótese de substituição de qualquer dos subcontratados previstos na Cláusula 64.2, deverá haver a expressa não-objeção do PODER CONCEDENTE, sendo obrigatória a comprovação de que a nova empresa subcontratada também detenha as condições técnicas e financeiras suficientes para a perfeita execução do CONTRATO, nos termos da Cláusula 64.2.1."





SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Ora, a necessidade de aprovação prévia de toda e qualquer subcontratação, indistintamente, além de desnecessária, acaba por retirar, da Concessionária, sua liberdade de contratar, bem como reduz sua eficiência, de modo a trazer prejuízos à própria execução contratual. Complementarmente, o atraso na obtenção da não objeção poderá acarretar em descumprimento do cronograma, com a incidência das penalidades previstas contratualmente. Desse modo, é necessário ajustar a redação dessa Cláusula de modo que a necessidade de aprovação seja limitada ao escopo principal e que seja fixado um prazo máximo para a apresentação da não objeção, pelo Poder Concedente, bem como se passe a prever que essa não objeção somente não será concedida em caso de inequívoco e cabal descumprimento dos requisitos objetivos previstos na cláusula 64.3.

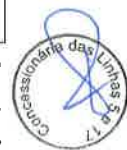
RESPOSTA 208: A interpretação apontada para a Cláusula 64.3 está equivocada. A Cláusula 64.3 não exige a aprovação prévia do Poder Concedente para toda e qualquer subcontratação, indistintamente, mas apenas para a subcontratação do escopo principal dos serviços necessários à realização dos Investimentos Adicionais, conforme previsto na Cláusula 64.2, bem como para a alteração dos subcontratados previstos na Cláusula 64.2. Para as demais subcontratações, que não se enquadrem na hipótese prevista na Cláusula 64.2, não será exigida qualquer autorização ou aprovação prévia do Poder Concedente, na contratação ou na substituição de subcontratado, aplicando-se, nesses casos, o disposto na Cláusula 63.2 do Contrato.

QUESTÃO 209

Contrato: Cláusula 67.3: "No caso de extinção da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE poderá, a depender do evento motivador da extinção do CONTRATO e conforme previsões deste CAPÍTULO: (...)".

Referida cláusula define as prerrogativas do Poder Concedente, "a depender do evento motivador da extinção do CONTRATO". Para evitar eventuais ilegalidades quando da aplicação desta cláusula, bem como para se garantir a devida segurança jurídica ao Contrato, é imprescindível que a cláusula seja revista e ajustada, a fim de restarem previstas as consequências de extinção caso a caso, de acordo com as razões da extinção, se decorrente do advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, falência ou extinção da SPE ou anulação.

RESPOSTA 209: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. De todo modo, não há qualquer ilegalidade na Cláusula 67.3, na medida em que a própria Cláusula 67.3 assegura que os poderes atribuídos ao Poder Concedente, arrolados em seus incisos, serão exercidos em conformidades com as previsões do Capítulo XVI – Extinção da





007650

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Concessão, o qual traz as peculiaridades aplicáveis para cada hipótese de extinção contratual.

QUESTÃO 210

Contrato - Cláusula 72.3: "Na hipótese de extinção da CONCESSIONÁRIA ou de qualquer de seus acionistas por decretação de falência fraudulenta ou dissolução da CONCESSIONÁRIA por deliberação de seus acionistas, aplicar-se-ão as mesmas disposições referentes à caducidade da CONCESSÃO, com instauração do devido processo administrativo para apuração do efetivo prejuízo e determinação das sanções aplicáveis."

Do modo como resta redigida, esta cláusula admite que, na hipótese de extinção de acionistas da SPE por decretação de falência fraudulenta, aplicar-se-ão as mesmas disposições referentes à caducidade da CONCESSÃO. Ocorre que tal previsão extrapola o quanto previsto no art. 38, da Lei Federal n.º 8.987/95 e, em função do princípio da legalidade administrativa merece ser, portanto, excluída.

RESPOSTA 210: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. Não há qualquer incompatibilidade entre a Cláusula 72.3 e a legislação vigente.

QUESTÃO 211

Cláusula 78 - ARBITRAGEM

A Cláusula 78 traz a arbitragem como meio de solução de conflitos. Entretanto, limita-se a arbitragem aos temas expressamente previstos na Cláusula 78.2, esvaziando-se o meio de solução de conflitos e limitando-o sem justificativa, trazendo uma insegurança jurídica à Concessão. Além disso, trata-se de compromisso arbitral "vazio", sem previsão expressa às regras que conduzirão tal arbitragem, o que pode levar a conflitos quando da necessidade de instituição de tribunal arbitral e a necessidade de as partes terem de recorrer ao judiciário para tanto. Com isso, a razão de ser da arbitragem pode restar frustrada. Para evitar conflitos adicionais aos já decorrentes da execução do objeto contratual pelas Partes, é imprescindível a exclusão da cláusula 78.2, bem como a previsão expressa com relação às regras da Arbitragem, tais como, minimamente, a Câmara Arbitral e regulamentos eleitos previamente, a divisão, desde a instauração, dos custos com a arbitragem, entre outros. Além disso, os honorários advocatícios devem ser também objeto de ressarcimento pela parte vencida. Por fim, é imprescindível que, por se tratar de um mecanismo externo e independente de solução de conflitos, a cláusula seja revista/ajustada para que seja garantido um procedimento arbitral neutro, excluído todas as disposições que dão ao Poder Concedente





007651

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

poderes na instauração ou condução do procedimento.

RESPOSTA 211: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. A Cláusula 78 disciplina as regras aplicáveis ao uso da via arbitral como mecanismo de solução de controvérsias, bem como seus limites e condições.

QUESTÃO 212

Contrato - N/A - Das implicações quando do não atendimento, pelo Poder Concedente, dos prazos contratuais.

O contrato traz em seu bojo diversos prazos a serem observados pela Concessionária e pelo Poder Concedente. Contudo, não há uma reciprocidade em relação às consequências pelo não atendimento dos prazos pelas Partes. Os prazos a serem cumpridos pelo Poder Concedente, em especial aqueles atinentes às aprovações de planos, projetos, entre outros, são meramente indicativos. Assim, deverá haver uma revisão das Cláusulas contratuais, nesse sentido, de modo a se prever, expressa e objetivamente, que, no caso de não atendimento de prazos pelo Poder Concedente, haverá a aprovação tácita dos planos, projetos e demais autorizações, bem como que tal risco seja expressamente alocado ao Poder Concedente, com a consequente revisão do Contrato.

RESPOSTA 212: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. O contrato disciplina os deveres e direitos de cada parte contratual, bem como as consequências para o descumprimento, quando existentes.

QUESTÃO 213

Contrato - N/A - Do limite de responsabilização das Partes

Em contratos como o presente, é imprescindível à segurança jurídica que sejam previstas cláusulas que limitem a responsabilidade das Partes em um percentual pré-definido, seja para responsabilidade civil, como para penalidades. Além disso, faz-se necessária a previsão expressa acerca de limitação em relação a responsabilidade por danos indiretos. Caso assim não se entenda, solicitamos que nos seja devidamente esclarecida a sua não previsão.

RESPOSTA 213: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. Não será reconhecida qualquer limitação de responsabilidade que não tenha sido expressamente prevista no Contrato, salvo quando decorrer diretamente da legislação vigente.





007652

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

QUESTÃO 214

Contrato - N/A - Da confidencialidade

Imprescindível que haja, nesse Contrato, previsão de Cláusula de confidencialidade, de modo a proteger a Concessionária e seus fornecedores nesse sentido. Caso assim não entenda pertinente, solicitamos que nos seja devidamente esclarecida a sua não previsão.

RESPOSTA 214: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. As hipóteses de confidencialidade e preservação de sigilo são as expressas no Contrato e na legislação vigente.

QUESTÃO 215

Anexo I, do Edital: Diretrizes Operacionais Mandatórias das Linhas - Item 2.8: "Quando por qualquer razão, sobrevier interrupção do serviço, a CONCESSIONÁRIA deverá proceder à devolução do título de transporte aos usuários. A devolução, em qualquer caso, será de títulos de transporte unitários."

Solicita-se detalhamento quanto a definição de "Interrupção do Serviço".

RESPOSTA 215: Qualquer interrupção na circulação de trens, mesmo que seja parcial.

QUESTÃO 216

Anexo I, do Edital: Diretrizes Operacionais Mandatórias das Linhas

Item 6.1: "A CONCESSIONÁRIA deverá prover e disponibilizar ao PODER CONCEDENTE um sistema informatizado que permita a visualização, emissão periódica de relatórios e o tratamento de dados que permitam a extração de relatórios pré-definidos ou customizados, de acordo com as possíveis demandas, com o que possa se ter a seu dispor, minimamente, informações ou imagens sobre: Intervalo programado e real durante todo o período operacional; Tempo de percurso programado e real; Viagens programadas e viagens diárias realizadas, por faixa horária; Entradas/transferências de usuários por estação, por intervalo de tempo; Falhas/ocorrências do sistema elétrico, sinalização, material rodante e demais equipamentos e suas respectivas atuações; Ocorrências com usuários; Interrupção de serviço acima de 3 intervalos entre trens (Incidente Notável); Consumo de energia elétrica; Índice de rejeição de títulos de transporte; Níveis de lotação dos trens por faixa horária; Ocorrências de segurança pública; Ocorrências de acidentes com usuários por local e faixa horária; Disponibilidade operacional diária da frota de trens; Ocorrências que venham a afetar a segurança operacional conforme conceituação da COMPANHIA DO METRÔ ("COPESE"); Imagens internas e





007653

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

externas das diversas dependências das instalações, estações, túneis, etc; Controle de fluxo nos bloqueios de entrada, saída e transferência, nas dependências das estações túneis e outros modos de interligação entre a Linha concedida e os outros modais que com ela tenham interface."

Questiona-se: a instalação do Sistema Informatizado encontra-se prevista no escopo do Contrato ? E a sua manutenção ?

RESPOSTA 216: A implantação e a manutenção do Sistema Informatizado é de total responsabilidade da Concessionária.

QUESTÃO 217

Anexo I, do Edital: "Diretrizes Operacionais Mandatórias das Linhas - Item 8.2: "A CONCESSIONÁRIA poderá adaptar a operação para graus de automação superiores GoA3 (DTO – Driverless Train Operation) ou GoA4 (UTO – Unattended Train Operation) por sua conta e risco."

Questiona-se:

Questão 1) Todos os custos decorrentes de um upgrad do GoA2 a GoA4 (como por exemplo: sistemas complementares, redundâncias de sistemas existentes etc.) ficarão a cargo da Concessionária?

Questão 2) No caso de serem necessárias obras civis para o upgrade do GoA2 a GoA4, os custos de tais atualizações também ficarão a cargo da Concessionária?

RESPOSTA 217: Questão 1 e 2: Todos os custos ficarão a cargo da Concessionária.

QUESTÃO 218

Anexo II, do Edital: Indicadores Para Monitoramento do Desempenho Operacional das Linhas - Item 8: "INDICADOR DE QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO (IQS). A avaliação da qualidade da operação prestada pela CONCESSIONÁRIA será determinada pelo Indicador de Qualidade do Serviço Prestado – IQS, o qual será calculado, a partir dos indicadores anteriormente apresentados, de acordo com a seguinte fórmula: $[IQS = (0,2 \times INT) + (0,2 \times TMP) + (0,05 \times ICO) + (0,1 \times IAL) + (0,1 \times ICL) + (0,1 \times IRG) + (0,25 \times ISU)]$

"Dispõe a Cláusula 38.2, do Contrato: "O IQS será calculado de acordo com a seguinte fórmula, para cada LINHA da CONCESSÃO: $[IQS = (0,2 \times INT) + (0,2 \times TMP) + (0,05 \times ICO) + (0,1 \times IAL) + (0,1 \times ICL) + (0,05 \times IRG) + (0,3 \times ISU)]$."

Verifica-se que a fórmula indicado no Item 8, do Anexo II, do Edital, diverge com a prevista na Cláusula 38.2, da minuta de Contrato. Sendo assim, requer-se o esclarecimento sobre qual formula deve ser considerada."





007654

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

RESPOSTA 218: Devem-se considerar os pesos indicados no Anexo II, de forma que o cálculo do IQS ocorrerá a partir da fórmula constante do item 8 do Anexo II:
$$IQS = (0,2 \times INT) + (0,2 \times TMP) + (0,05 \times ICO) + (0,1 \times IAL) + (0,1 \times ICL) + (0,1 \times IRG) + (0,25 \times ISU).$$

QUESTÃO 219

Anexo IV, do Edital: Diretrizes de Manutenção Mandatórias das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro - N/A - O PODER CONCEDENTE entregará para a CONCESSIONÁRIA toda documentação recebida dos fornecedores das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro e, a partir dessa documentação, a CONCESSIONÁRIA deverá: I. Providenciar todos os recursos adicionais necessários à manutenção dos sistemas, equipamentos, instalações e estruturas (documentação técnica, treinamento, sobressalentes, ferramentas, dispositivos especiais);

Em decorrência do exposto no referido Anexo, requer-se a disponibilização, para fins de análise prévia à composição da oferta, de toda a documentação.

RESPOSTA 219: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta considerando as estimativas de custos de operação e manutenção pela Proponente. A documentação recebida dos fornecedores das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro será disponibilizada à futura Concessionária, conforme previsto no item 18 do Anexo VIII - Descrição da Situação Atual da Linha 5 - Lilás no Trecho Capão Redondo/Adolfo Pinheiro e item 1 do Anexo XII - Volume II - Recebimento de Edificações e Via Permanente. Contudo, qualquer documento da implantação das linhas, pode ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô - sic@metrosp.com.br Além dos recursos que a Concessionária vai receber do Poder Concedente, deverá providenciar os demais recursos que julgar necessários.

QUESTÃO 220

Anexo IV, do Edital: Diretrizes de Manutenção Mandatórias das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro - N/A - A CONCESSIONÁRIA deverá possuir, no mínimo, os recursos e ferramentas de manutenção, abaixo listados: - Sobressalentes para todos os sistemas e equipamentos; - Ferramentas e dispositivos especiais, conforme requisitos de manutenção; - Ferramentas de Software requeridos pelos processos de manutenção; - Documentos de todos os protocolos de comunicação, abertos ou não; - Manuais e documentos relacionados e necessários ao desenvolvimento dos processos de manutenção; - Instrumentos mecânicos, eletromecânicos e eletrônicos requeridos pelos





007655

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

processos de manutenção; -Dispositivos de testes requeridos pelos processos de manutenção. -Veículos de manutenção requeridos pelos processos de manutenção -Equipamentos suporte requeridos pelos processos de manutenção.

"Entendemos que os recursos e ferramentas de manutenção, listados na referida disposição contratual, que a Concessionária deverá possuir, está atrelado ao que a Concessionária irá receber para as distintas frotas. Sendo assim, solicita-se esclarecimentos sobre o que será entregue à Concessionária."

RESPOSTA 220: O entendimento não está correto. A Concessionária deverá providenciar os recursos que considerar necessários, além dos recursos que vai receber do Poder Concedente, de acordo com os Anexos do Edital.

QUESTÃO 221

Anexo V, do Edital: Indicadores dos Serviços de Manutenção das Linhas - "Item 1.1: "Manutenção do Material Rodante (MRO) - Disponibilidade de trens para atendimento do Programa de Oferta de Trens nos picos e o desempenho do Material Rodante

Objetivo: Monitorar a disponibilização de trens nos horários de pico e o desempenho do Material Rodante. É um indicador mensal obtido da disponibilidade de trens para atendimento do Programa de Oferta de Trens (POT) nos picos (DISPMRO) e sua quilometragem média entre ocorrências urgentes (MKBO), dentro de faixas operacionalmente aceitáveis."

Considerando o disposto no Item mencionado, requer-se o fornecimento de informações sobre os Índices de Disponibilidade praticados pelo atual mantenedor (METRÔ/SP).

RESPOSTA 221: Disponibilidade de trens para atendimento nos picos da Linha 5 - Lilás em 2016 (número de trens disponíveis/número de trens programados x 100).

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
95.6	96.9	97.1	97.4	97.6	97.8	97.3	97.4	97.4	97.6	97.6	97.7

QUESTÃO 222

Anexo V, do Edital: Indicadores dos Serviços de Manutenção das Linhas - "Item 1.6: " Definição de Trem Disponível (...)

Não será considerado Trem Disponível caso este apresente qualquer um dos



007656 

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

sintomas abaixo:

(...)

Calo acentuado em rodeiros."

Requer-se esclarecimentos quanto ao significado do termo "Calo Acentuado".

RESPOSTA 222: É um desgaste significativo na roda, causado por deslizamento, patinação ou ovalização da mesma, cujas consequências impactam no conforto dos usuários e nos requisitos de segurança.

QUESTÃO 223

Anexo VIII, do Edital: Descrição da Situação Atual da Linha 5 - "N/A - "DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL DA LINHA 5 – LILÁS NO TRECHO CAPÃO REDONDO / ADOLFO PINHEIRO"

"Essa descrição contempla, no que tange ao Material Rodante: Lista de bens patrimoniais, Lista de itens de consumo, Lista de itens de Giro, Lista de ferramentas. Inobstante, para fins de elaboração da Proposta, requer-se, também, a disponibilização de informações e listas sobre: Sobressalentes e o seu estado de uso, Ferramentas de software, Protocolos de comunicação -Manuais de manutenção, e Dispositivos de testes."

RESPOSTA 223: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta considerando as estimativas de custos de operação e manutenção pela Proponente. A documentação recebida dos fornecedores da Linha 5 - Lilás será disponibilizada à futura Concessionária, conforme previsto no item 18 do Anexo VIII - Descrição da Situação Atual da Linha 5 – Lilás no Trecho Capão Redondo/Adolfo Pinheiro e item 1 do Anexo XII – Volume II - Recebimento de Edificações e Via Permanente. Contudo, qualquer documento da implantação das linhas, pode ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô – sic@metrosp.com.br Para o trecho em implantação, na Linha 5, serão disponibilizados sobressalentes, de acordo com o previsto nos contratos de fornecimento, cuja listagem será entregue após a assinatura do Contrato de Concessão.

QUESTÃO 224

Anexo VIII, do Edital: Descrição da Situação Atual da Linha 5 - Item 9: "SISTEMA DE SINALIZAÇÃO ATC"

Por gentileza informar sobre o Sistema de Sinalização ALSTOM instalado.





007657

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Entendemos que o sistema atual está sendo substituído por um novo sistema (Bombardier), nosso entendimento está correto? Se sim, qual status deste processo de substituição? Segunda questão: a manutenção desse Sistema de Sinalização ficará sob responsabilidade da Concessionária ?

RESPOSTA 224: Questão 1 – O entendimento está correto. A linha será entregue com o sistema CBTC (Bombardier) operando. Questão 2 – A manutenção deste sistema será de responsabilidade da Concessionária.

QUESTÃO 225

Anexo VIII, do Edital: Descrição da Situação Atual da Linha 5 - "Item 19: "HISTÓRICO DAS MANUTENÇÕES - Após a assinatura do contrato será entregue à concessionária a relação com as datas das últimas manutenções realizadas em cada sistema, equipamento e instalação do trecho Capão Redondo – Adolfo Pinheiro da Linha 5 – Lilás."

Para fins de elaboração de uma proposta vantajosa e competitiva, requer-se a entrega imediata da informação sobre os dados da manutenção de Material Rodante, incluindo informações técnicas sobre o conteúdo das operações a realizar, quilometragem percorrida mensalmente pelos trens, intervenções realizadas pelo atual mantenedor e histórico dos equipamentos embarcados.

RESPOSTA 225: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta considerando as estimativas de custos de operação e manutenção pela Proponente. Quanto à estratégia de manutenção, a Concessionária deverá se orientar pelo manual do fabricante. Serão fornecidas as datas de todas as últimas manutenções efetuadas de todos os níveis.

QUESTÃO 226

Anexo IX - Volume 2, do Edital: Sistemas e Material Rodante da Linha 5 - Item 3.3: "Sistema de Sinalização e Controle – SSC".

Atualmente, quais Estações possuem Portas de Plataforma instaladas? A instalação e o custo do Sistema de Portas de Plataforma no resto das Estações, ficarão a cargo da Concessionária? E sua manutenção ?

RESPOSTA 226: Atualmente somente a Estação Adolfo Pinheiro possui portas de plataforma instaladas. O fornecimento e a implantação do sistema de portas de plataforma nas demais estações ficarão a cargo do Poder Concedente. A manutenção e eventuais custos operacionais decorrentes da implantação do sistema de porta plataforma nas estações operacionais serão de responsabilidade da Concessionária.





007658

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

QUESTÃO 227

Anexo IX - Volume 2, do Edital: Sistemas e Material Rodante da Linha 5 - Item 3.4: "Sistema de Controle Centralizado – SCC".

Por gentileza informar sobre o progresso da migração do Sistema de Controle Centralizado – SCC.

RESPOSTA 227: O sistema está em implantação e será entregue conforme Anexo XVIII, item 3.2.6.

QUESTÃO 228

Anexo IX - Volume 2, do Edital: Sistemas e Material Rodante da Linha 5 - Item 3.7.14.2: "Descrição geral do sistema"

Relativamente a interface entre o Sistema de Portas de Plataforma: 1) Já foram contratadas? 2) Quem está implantando, a Bombardier ?

RESPOSTA 228: Questão 1 – A interface entre o sistema de portas de plataforma e o sistema de sinalização CBTC já foi contratada. Questão 2 – Sim.

QUESTÃO 229

Anexo VIII, do Edital: Descrição da Situação Atual da Linha 5 - Item 18 - "Os documentos de projeto dos sistemas, equipamentos e instalações da Linha 5 – Lilás, recebidos da CPTM, serão disponibilizados à Concessionária após a assinatura do contrato de concessão."; Item 19 - "Após a assinatura do contrato será entregue à concessionária a relação com as datas das últimas manutenções realizadas em cada sistema, equipamento e instalação do trecho Capão Redondo – Adolfo Pinheiro da Linha 5 – Lilás." e Item 20 - "Após a assinatura do contrato será entregue à concessionária a relação com os softwares e programas operacionais utilizados nos sistemas e equipamentos microprocessados do trecho Capão Redondo – Adolfo Pinheiro da Linha 5 – Lilás."

Ora, faz-se necessário disponibilizar tais projetos, histórico de manutenção e softwares anteriormente para que as licitantes tenham o adequado e necessário conhecimento acerca das instalações quando da elaboração de sua correspondente Proposta, na Licitação. Trata-se de vantagem até mesmo ao ente contratante, que verificará uma melhor adequação das Propostas à realidade do objeto da Concessão, facilitando seu julgamento objetivo quando da análise e verificação das Propostas apresentadas pelos Licitantes interessados.

RESPOSTA 229: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta. A documentação recebida dos fornecedores das Linhas 5 - Lilás e 17 – Ouro será disponibilizada à futura





007659

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

concessionária, conforme previsto no item 18 do Anexo VIII - Descrição da Situação Atual da Linha 5 – Lilás no Trecho Capão Redondo/Adolfo Pinheiro e item 1 do Anexo XII – Volume II - Recebimento de Edificações e Via Permanente. Contudo, qualquer documento da implantação das linhas, pode ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô – sic@metrosp.com.br.

QUESTÃO 230

Anexo XI, do Edital: Processo de Transição Operacional e da Manutenção - "Item 2.3.4.4: ""Os sistemas envolvidos estão listados na tabela a seguir: **RELAÇÃO DE REPASSES OPERACIONAIS DA LINHA 5 - LILÁS.**"

No que tange ao Sistema de Material Rodantes, a Tabela prevista no Item 2.3.4.4, do Anexo XI, do Edital, prevê uma carga horária para transferência de conhecimentos de 27 dias. O Item 1.2 do mesmo Anexo, prevê um treinamento técnico de 30 dias. O item 3.3.2.1.1, por sua vez, prevê que a transferência de conhecimento pelos instrutores durará 30 dias. Ante o exposto, requer-se esclarecimento quanto ao período correto para a transferência de conhecimentos e treinamento no que se refere ao Material Rodante.

RESPOSTA 230: A carga horária está definida no Anexo XI do Contrato de Concessão e poderá ser ajustada ao longo dos 30 dias.

QUESTÃO 231

Anexo XI, do Edital: Processo de Transição Operacional e da Manutenção - Item 3.3.2.1.1: "O Poder Concedente, por intermédio do METRÔ, entregará à Concessionária os manuais de manutenção dos fornecedores de propriedade do Metrô antes do início desta etapa, no prazo fixado. A transferência deste material poderá ser feita em documentos impressos, em mídia eletrônica ou ambos, conforme disponibilidade.

Para fins de elaboração da Proposta, requer-se a entrega dos Manuais de Manutenção dos fornecedores de propriedade do METRÔ referentes ao Material Rodantes, antes do prazo fixado.

RESPOSTA 231: Os documentos serão fornecidos, conforme previsto no Edital e seus Anexos.

QUESTÃO 232

Anexo XI, do Edital: Processo de Transição Operacional e da Manutenção - "Item 3.3.3.4: ""Os sistemas envolvidos estão listados na tabela a seguir: **RELAÇÃO DE REPASSES PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DA**





007660

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

LINHA 5 - LILÁS."

Requer-se a disponibilização de tabela análoga para a Linha 17.

RESPOSTA 232: A Linha 17 não está no processo de transição, já que não será operada, em momento algum, pelo Metrô.

QUESTÃO 233

Anexo XI, do Edital: Processo de Transição Operacional e da Manutenção - "N/A - Apêndice 2 - Contratos de Serviços:

(...)

Item 112 - Sistema ATC - Frota Geral - Fabricação de conjuntos ATC L5 – Local: L-5 – Contrato: Específico – Previsão: 2018-2019"

No que tange ao serviços previsto no Item 112 da referida Planilha, solicitamos esclarecimentos quanto a necessidade de realização de tal serviço.

RESPOSTA 233: Os serviços constantes do item 112 devem ser desconsiderados, trata-se de erro material, em razão da desativação do sistema ATC.

QUESTÃO 234

Anexo XXI, do Edital: Penalidades - N/A - Do limite de responsabilização das Penalidades

Imprescindível que haja, nesse Anexo, previsão acerca do limite de responsabilização das Partes, em um percentual pré-definido, sempre pautado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de modo que a Concessionária e o Poder Concedente tenham o necessário conhecimento acerca do "quantum" do limite de penalidade que poderá haver no caso de descumprimento das cláusulas contratuais, até para que não haja eventual abuso quando de sua aplicabilidade, nesse sentido. Caso assim não entendam pertinente, solicitamos que nos seja devidamente esclarecida a sua não previsão.

RESPOSTA 234: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. Não será reconhecida qualquer limitação de responsabilidade que não tenha sido expressamente prevista no Contrato, salvo quando decorrer diretamente da legislação vigente.

QUESTÃO 235

Edital - 11.16 A GARANTIA DE PROPOSTA, prestada em qualquer das modalidades previstas neste EDITAL, não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pela LICITANTE relativamente à





007661

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

participação nesta LICITAÇÃO e deverá obedecer ao regramento estabelecido no MANUAL DE PROCEDIMENTOS.

Entendemos que a vedação do item 11.16 não alcança as excludentes de responsabilidade típicas determinadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão que regula o mercado de seguros no Brasil. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 235: A regulação do setor em vigor será observada, sendo vedada a inclusão de qualquer condicionante ou rito para a execução da apólice além das estritamente legais e emanadas do órgão regulador brasileiro competente.

QUESTÃO 236

Edital e contrato - 16.2. Até 1 (um) dia útil antes da data prevista para assinatura do CONTRATO, a ADJUDICATÁRIA deverá comprovar ao PODER CONCEDENTE que: (ii) efetivou a GARANTIA DE EXECUÇÃO do CONTRATO, no valor mínimo de R\$ 55.618.380,80 (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e dezoito mil, trezentos e oitenta reais e oitenta centavos), data base de 01/02/2017, correspondente a 10% do valor estimado da RECEITA TARIFÁRIA bruta para o período de 12 (doze) meses de OPERAÇÃO COMERCIAL, nos termos e condições previstos no CONTRATO, o qual, para fins de apresentação, deverá ser atualizado para o primeiro dia do mês de assinatura do CONTRATO, por meio da aplicação da variação do IPC/FIPE ocorrida entre o mês anterior à data base e o mês anterior ao da assinatura do CONTRATO; 13.7.1 Junto com os demais DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO as declarações a seguir listadas devem ser apresentadas conforme o item 13.7.2 em papel timbrado e subscrito pelo respectivo representante legal, observadas as orientações constantes dos modelos anexos a este EDITAL, acompanhado dos documentos que demonstrem os seus poderes de representação: (x) declaração de compromisso de contratação da GARANTIA DE EXECUÇÃO, conforme o modelo apresentado no ANEXO XXXVIII, respeitados os valores mínimos exigidos no CONTRATO, na eventualidade de sagrar-se vencedora do certame; 57.2. A CONCESSIONÁRIA prestou garantia para o fiel cumprimento das obrigações contratuais no valor de R\$ [•] ([•]), na data base de [•], [valor mínimo de R\$ 55.618.380,80 (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e dezoito mil, trezentos e oitenta reais e oitenta centavos), na data-base de 01/02/2017, observada as condições do item 16.2, inciso (ii) do EDITAL], correspondente a 10% do valor estimado da RECEITA TARIFÁRIA bruta para o período de 12 (doze) meses de OPERAÇÃO COMERCIAL.

"O Edital determina que a ADJUDICATÁRIA (vencedora da licitação) contrate a GARANTIA DE EXECUÇÃO. O modelo previsto no Anexo XXXVIII exige que





007662

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

a LICITANTE se comprometa a contratar a GARANTIA DE EXECUÇÃO. No entanto, a Cláusula 57.2 do Contrato estabelece que a Concessionária prestou em seu nome a Garantia de Execução. Considerando que a Garantia de Execução tem por objetivo assegurar recursos ao Poder Público na hipótese da Concessionária incorrer em inadimplemento das suas obrigações contratuais, a Concessionária deve ser a responsável por contratar a Garantia de Execução e não a(s) sua(s) acionista(s) que participou(ram) da licitação. Dessa forma, entendemos que o item 16.2 do Edital, que exige que a ADJUCATÁRIA efetive a contratação da GARANTIA DE EXECUÇÃO, será integralmente atendido pela demonstração de que a GARANTIA DE EXECUÇÃO foi devidamente contratada pela Sociedade de Propósito Específico (Concessionária) constituída para assumir o objeto da Concessão. Nosso entendimento está correto?"

RESPOSTA 236: O entendimento está correto. A Garantia de Execução poderá ser contratada pela Sociedade de Propósito Específico (Concessionária) constituída para assumir o objeto da Concessão.

QUESTÃO 237

Edital e Anexo XL (Manual de Procedimentos) - "5.5.1. Todos os ENVELOPES devem ser apresentados em (02) duas vias encadernadas separadamente. 5.8. Todos os documentos devem ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas, ou cópia acompanhada do original para autenticação por membro da COMISSÃO. Capítulo 2 do Manual de Procedimento (Anexo XL): Todos os ENVELOPES devem ser entregues em uma via e uma cópia simples, conforme regramento estabelecido no EDITAL e de acordo com o detalhado no item "FORMA DOS DOCUMENTOS" a seguir".

Entendemos que apenas os documentos constantes da primeira via do envelope necessitam ser apresentados em original ou como cópia autenticada. Os documentos da segunda via do envelope poderão ser apresentados em cópia simples. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 237: O entendimento está correto.

QUESTÃO 238

Anexo XXI - Penalidades - Item 83 da tabela: Descumprir as obrigações tributárias e trabalhistas decorrentes de sua atividade, bem como aquelas previstas no Contrato.

Entendemos que a penalidade prevista no item 83 somente poderá ser aplicada após a decisão condenatória definitiva da Concessionária pelo descumprimento de obrigações tributárias e trabalhistas na instância competente por apreciar e julgar essas questões. A existência de eventual





007603

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

discussão judicial ou administrativa não autoriza o Poder Concedente a penalizar a Concessionária. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 238: O descumprimento contratual previsto no item 83 do Anexo XXI do Contrato independe do reconhecimento, pelo Poder Judiciário, do descumprimento de obrigações tributárias e trabalhistas. A identificação, pelo Poder Concedente, do descumprimento de obrigações tributárias e/ou trabalhistas, ensejará a abertura do correspondente procedimento administrativo sancionatório, no âmbito do qual a Concessionária poderá apresentar as razões pelas quais entenda, eventualmente, a obrigação como indevida, ou contestar o seu descumprimento.

QUESTÃO 239

Contrato - 5.8. A realização das atividades de operação e de manutenção de eventual expansão do SERVIÇO CONCEDIDO em trechos que se caracterizem como prolongamento das LINHAS objeto da CONCESSÃO será objeto de celebração de termo aditivo, no âmbito do qual será definido o mecanismo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, sendo obrigatória a operação do trecho expandido pela CONCESSIONÁRIA.

50.13. O PODER CONCEDENTE terá a prerrogativa de escolher, dentre as seguintes opções, ou outras que forem legalmente admitidas, a forma pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, buscando sempre assegurar a continuidade da prestação do SERVIÇO CONCEDIDO, e desde que assegurada a efetiva recomposição do desequilíbrio econômico-financeiro reconhecido:

- (i) alteração do prazo de CONCESSÃO;
- (ii) revisão da TARIFA DE REMUNERAÇÃO;
- (iii) alteração das obrigações previstas neste CONTRATO;
- (iv) alteração do percentual da OUTORGA VARIÁVEL ou do percentual devido em razão do exercício das atividades de gerenciamento e fiscalização do CONTRATO;
- (v) ressarcimento ou indenização à CONCESSIONÁRIA; ou
- (vi) combinação das modalidades anteriores, ou outras permitidas pela legislação, a critério do PODER CONCEDENTE.

50.13.1. Na escolha da medida destinada a implementar a recomposição do equilíbrio

econômico-financeiro, o PODER CONCEDENTE considerará a periodicidade e o montante dos pagamentos vencidos e vincendos a cargo da CONCESSIONÁRIA, relativo aos contratos de financiamento celebrados por esta para a execução do objeto





007684

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Entendemos que a definição dos mecanismos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO a que se refere a Cláusula 5.8 se trata das formas previstas na Cláusula 50.13. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 239: O entendimento está correto.

QUESTÃO 240

Contrato - 10.9.1.1 O TERMO DE ENTREGA DEFINITIVO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE transfere integralmente à CONCESSIONÁRIA a posse e a responsabilidade pelos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO constantes do INVENTÁRIO DOS BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO, observadas as alterações sugeridas pelo AUDITOR INDEPENDENTE que tenham sido acolhidas pelo PODER CONCEDENTE, e aquelas decorrentes da implementação das ações estabelecidas no plano de trabalho de que trata a Cláusula 10.8.1 e que forem concluídas até o final da FASE PRÉ-OPERACIONAL.

Entendemos que o Auditor Independente deverá analisar o Termo de Entrega Definitivo da Infraestrutura de forma técnica e imparcial, devendo, se for o caso, promover sugestões de alteração ao documento. Dessa forma, entendemos que o Poder Concedente deverá fundamentar tecnicamente o eventual desacolhimento das sugestões propostas pelo Auditor Independente e enviar essas informações para a Concessionária. Vale mencionar que o dever de fundamentar seus atos é inerente à Administração Pública, como princípio de direito ao qual está submetida. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 240: O entendimento está correto. Como qualquer ato administrativo, a decisão do Poder Concedente quanto aos termos do Termo de Entrega Definitivo da Infraestrutura Existente deverá estar lastreada em suficiente motivação, observado o disposto no artigo 9, *caput* e parágrafo único, da Lei Estadual nº 10.177/1998.

QUESTÃO 241

Contrato - 56.2. A inclusão de investimentos adicionais, na forma prevista nesse, importará em prévia análise de eventual necessidade e/ou capacidade de obtenção de financiamento (s) adicional (is) pela Concessionária, nos termos da Cláusula 71.2, inciso (i), bem como na eventual necessidade de recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato, a qual poderá se dar concomitantemente à inclusão de Investimentos Adicionais ou, excepcionalmente, em momento posterior, devendo-se considerar, necessariamente, a integralidade dos investimentos e custos de qualquer natureza, diretos e indiretos, inclusive de mobilização, incorridos pela Concessionária.





007685

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Entendemos que a palavra excepcionalmente se refere apenas ao momento em que se dará a recomposição do equilíbrio financeiro do contrato, se concomitante ou posteriormente à inclusão de investimentos, mantendo-se, para ambas as hipóteses, o procedimento previsto na Cláusula 50 e seus incisos da minuta de contrato, inclusive tendo sido definido previamente os valores envolvidos para realização do Investimento Adicional. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 241: O entendimento está parcialmente correto. Excepcionalmente, admite-se que o cálculo do valor do reequilíbrio econômico-financeiro, e a sua aplicação, ocorram em momento posterior à inclusão de Investimentos Adicionais.

QUESTÃO 242

Contrato - 74.9.1. O não recolhimento de qualquer multa aplicada, quando impossível sua compensação com valores devidos pelo PODER CONCEDENTE, nos termos e prazo fixados pelo PODER CONCEDENTE, caracterizará falta grave, e poderá ensejar a intervenção na CONCESSIONÁRIA, além de implicar a incidência de correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata die, podendo o PODER CONCEDENTE executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO.

Entendemos que a intervenção da Concessão, nos termos dos arts. 32 a 34 da Lei Federal nº 8.987/1995, somente será decretada após esgotadas todas as formas de recebimento dos valores devidos pela Concessionária, inclusive a execução da Garantia de Execução. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 242: O entendimento está correto, nos termos da Cláusula 57.3 do Contrato de Concessão.

QUESTÃO 243

Anexo IX - Volume II – 3.7.14 Portas de Plataforma – PSD

O sistema de Portas de Plataforma – PSD será instalado também nas estações e pátio do trecho operacional (Capão Redondo - Adolfo Pinheiro) ? Se sim, qual o prazo para entrega à Concessionária deste sistema.?

RESPOSTA 243: Está contratado o fornecimento e a instalação do sistema de portas de plataforma (PSD) em todas as estações da Linha 5. Nos pátios não será instalado o sistema de portas de plataforma. Este sistema não é considerado essencial à operação, pois há a presença de operador na cabine do trem. O cronograma de implantação do Sistema de Portas de Plataforma (PSD) será fornecido após a assinatura do contrato de concessão.





007688

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

QUESTÃO 244

Anexo IX \ Volume II - Sistemas e Material Rodante da Linha 5 (3.6.3.1 Descrição Geral) - "Para o trecho em implantação, estão previstas subestações retificadoras em cada estação do trecho Adolfo Pinheiro – Chácara Klabin. Além delas, está também em implantação a S/E Retificadora Campo Limpo."

Em que momento deve ser considerada a entrega em serviço da S/E Retificadora Campo Limpo?

RESPOSTA 244: A S/E Retificadora Campo Limpo será entregue até 31 de dezembro de 2017.

QUESTÃO 245

Anexo VIII (19. HISTÓRICO DAS MANUTENÇÕES) - "Após a assinatura do contrato será entregue à concessionária a relação com as datas das últimas manutenções realizadas em cada sistema, equipamento e instalação do trecho Capão Redondo – Adolfo Pinheiro da Linha 5 – Lilás.""

Não será entregue todo o histórico de manutenção e só as últimas datas das intervenções realizadas? é correto o entendimento?

RESPOSTA 245: Sim, o entendimento está correto.

QUESTÃO 246

Anexo VIII (20. SOFTWARES E PROGRAMAS OPERACIONAIS) - "Após a assinatura do contrato será entregue à concessionária a relação com os softwares e programas operacionais utilizados nos sistemas e equipamentos microprocessados do trecho Capão Redondo – Adolfo Pinheiro da Linha 5 – Lilás."

Não serão entregues os softwares (e suas licenças) de manutenção e diagnóstico que estão sendo utilizados na atualidade e apenas será entregue uma lista destes? É correto o entendimento?


RESPOSTA 246: O entendimento não está correto. Serão entregues os softwares e as licenças existentes e utilizados na manutenção e diagnóstico.

QUESTÃO 247

ANEXO VIII DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL DA LINHA 5 – LILÁS NO TRECHO CAPÃO REDONDO / ADOLFO PINHEIRO (9. SISTEMA DE SINALIZAÇÃO ATC) - N/A.

Necessita-se ter informação sobre a quantidade e tipos de ventiladores nas estações, poços de ventilação e subestações, se for o caso. No trecho atual e



007687 

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

no trecho a ser implantado

RESPOSTA 247: As informações sobre os ventiladores do Trecho atual (Capão Redondo - Adolfo Pinheiro) estão no Anexo VIII. Para o trecho em implantação serão instalados 57 ventiladores principais, com diferentes potências (entre 8,5 a 110 kW) e diferentes diâmetros (entre 400 e 2.400mm).

QUESTÃO 248

ANEXO IX: N/A

Solicitamos os planos de via sinalizados (PVS) das vias de serviço e dos pátios da linha 5.

RESPOSTA 248: Os dados constantes do edital e seus anexos são suficientes para efeito de formulação da proposta considerando as estimativas de custos de operação e manutenção pela Proponente. A documentação recebida dos fornecedores das Linhas 5 - Lilás será disponibilizada à futura concessionária, após a assinatura do contrato de concessão. Contudo, qualquer documento da implantação das linhas, pode ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô – sic@metrosp.com.br.

QUESTÃO 249

ANEXO IX: N/A

Solicitamos informação do quantitativo total dos No-Break e das Baterias da linha 5, assim como também o estado dos equipamentos instalados.

RESPOSTA 249: No Trecho em operação, a relação dos No-Break e baterias está contemplada no Anexo VIII do Edital e os equipamentos se encontram em uso e operacionais.

Para os Trechos em implantação da Linha 5 serão fornecidos 24 No-Break e 24 conjuntos de bateria.

QUESTÃO 250

ANEXO XVIII – N/A

A Linha 5 será entregue sem portas de plataforma, é correto o entendimento?. Solicitamos cronograma de implantação e do Sistema de Portas de Plataforma (PSD)

RESPOSTA 250: O entendimento está parcialmente correto. Está contratado o fornecimento e a instalação do sistema de portas de plataforma (PSD) em todas as estações da Linha 5. Este sistema não é considerado essencial à operação, pois há a presença de operador na cabine do trem. O cronograma





007668

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2018

de implantação do Sistema de Portas de Plataforma (PSD) será fornecido após a assinatura do contrato de concessão.

QUESTÃO 251

Anexo XVIII do Edital: No Anexo XVIII, Cláusula 3.2.7, do EDITAL, está dito que: "Será garantida, no mínimo, a entrega de: 12 trens aptos para a operação automática do trecho Capão Redondo-Adolfo Pinheiro; · 18 trens aptos para a operação automática do trecho Capão Redondo-Brooklin; · 34 trens, sendo 26 trens da frota P e 8 trens da frota F, aptos para a operação automática do trecho Capão Redondo-Chácara Klabin".

"Pergunta-se: a – Dos 12 trens do trecho Capão Redondo – Adolfo Pinheiro, quantos são da frota F e quantos da frota P? b – dos 18 trens do trecho Capão Redondo – Brooklin, quantos são da frota F e quantos da frota P? c – isso indica que, no ato do início da operação da estação Brooklin, serão disponibilizados à Concessionária mais 6 trens? d – todos os 34 trens só estarão disponíveis para a Concessionária se a ela for entregue a totalidade da Linha 5? Caso contrário, quando a Concessionária terá acesso aos 34 trens reportados na cláusula 3.2.7 do Anexo XVIII do Edital?"

RESPOSTA 251: Questões "a" e "b" - Todos os trens são da frota P. Questões "c" e "d" – Sim.

QUESTÃO 252

Anexo XVIII do Edital: Sistema de Sinalização necessário para graus de automação superior a STO. Segundo o Edital (ANEXO XVIII, Cláusula 3.2.7., CONDIÇÕES INICIAIS DE OPERAÇÃO), todos os trens serão entregues "aptos para a operação automática". Em resposta à questão 48 já formulada, a Comissão disse o seguinte: "O grau de automação especificado para a Linha 5 é GoA2, STO- Semi Automated Train Operation que não possibilita total comando dos trens pelo CCO. Entretanto, consoante o item 8.2. do Anexo I - Diretrizes Operacionais Mandatórias das Linhas, a Concessionária poderá adaptar o sistema para graus de automação superiores, GoA3 DTO ou GoA4 UTO, por sua conta e risco."

"Pergunta-se:

a - O sistema de sinalização especificado no Anexo X é o CBTC, que permite a adaptação para graus de automação superiores. O CBTC será implantado pelo Poder Concedente, às suas expensas, em toda a Linha 5, incluindo no material rodante da frota F e da frota P?

b - O sistema de sinalização hoje utilizado nas estações Capão Redondo-Adolfo Pinheiro é convencional (não CBTC). A quem caberá retirar os equipamentos da sinalização convencional? "





007609C

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

RESPOSTA 252: Questão "a" – Sim. Questão "b" – Não. Já está implantado o sistema CBTC. A Companhia do Metrô fará a retirada do sistema convencional.

QUESTÃO 253

Anexo X do Edital: "Grau de Automação do Material Rodante Linha 17. Na parte final da resposta à questão 48 antes formulada, foi respondido o seguinte: "A linha 17 está especificada com grau de automação GoA3, DTO-Driverless Train Operation." No entanto, no item 6.6 do Anexo X do Edital, está dito que o material rodante da Linha 17 é adequado "ao modo de condução UTO – Unattended Train Operation."

"Pergunta-se: Como isso afeta sobremaneira as projeções de custos, esclarecer se o material rodante da Linha 17 será UTO ou DTO?"

RESPOSTA 253: O material rodante da Linha 17 – Ouro será entregue preparado para operar em UTO, conforme especificação.

QUESTÃO 254

Anexo VIII do Edital: "16. MATERIAL RODANTE - 16.1) 8 (oito) Trens da Frota F Características:

- Quilometragem atual média: 1.721.683 km
- Maior quilometragem: 1.889.723 km • Trem: 6 carros (com porta para passagem entre carros)
- Caixa: Aço inox • N.º de Portas/carro: 8"

"Pergunta-se:

A - Foi realizada alguma revisão geral dos 8 trens? Se sim, quando e com quantos quilômetros? Se não, a revisão geral será realizada pelo Poder Concedente antes do início da vigência do Contrato de Concessão?

B - No tocante à mencionada revisão geral, ela contemplará, a exemplo do que é feito nos demais trens utilizados pelo Metrô, um programa de renovação que inclui, entre outros itens, a modernização do sistema de tração, da iluminação, da comunicação visual. Se sim, esse programa de renovação será implementado antes da entrega dos trens à Concessionária?

C - Quando for transferida a Frota F para a Concessionária, quais serão as condições da entrega em termos de peças sobressalentes?"

RESPOSTA 254: Questão A – Sim. As revisões gerais foram realizadas conforme plano de manutenção em vigor. Serão fornecidas as datas de todas as últimas manutenções efetuadas de todos os níveis. Questão B – Eventuais programas de renovação da frota F, ficam a critério da Concessionária. Questão C – As condições estão previstas nos Anexos do Edital.





007670 e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

QUESTÃO 255

Anexo XVIII do Edital: Item 3.1. do Anexo VXVIII

A - Haverá o fornecimento, pelo Poder Concedente, de portas de plataforma para a Linha 5? ; B - Sendo positiva a resposta ao item antecedente, quando da transferência da Linha 5 para a Concessionária, as portas de plataforma estarão implantadas, testadas e operando adequadamente em todas as estações, inclusive as do trecho da Capão Redondo, Campo Limpo, Vila das Belezas, Giovanni Gronchi, Santo Amaro e Largo Treze? C - Sendo afirmativa a resposta ao questionamento A, caso a entrega e instalação das portas de plataforma na Linha 5 ocorram durante a vigência do Contrato de Concessão e interfiram, parcial ou totalmente, na prestação dos Serviços Concedidos pela Concessionária (inclusive, mas não limitadamente, em razão de possível necessidade de obra civil), como haverá o ressarcimento à Concessionária dos prejuízos daí resultantes?

RESPOSTA 255: Questão A – Sim. Questão B – Não. Este sistema não é considerado essencial à operação, pois há a presença de operador na cabine do trem. Questão C – A Concessionária deverá considerar em sua proposta que as Portas de Plataforma na Linha 5 serão entregues e instaladas durante a vigência do Contrato de Concessão, não sendo devido qualquer ressarcimento por prejuízos ou interferências na prestação dos Serviços Concedidos, ressalvadas situações que evidenciem prejuízos ou interferências extraordinárias, que superem o razoavelmente esperado na entrega e instalação dos equipamentos.

QUESTÃO 256

Anexo XVIII do Edital- Item 6.1. do Anexo VXVIII

De acordo com o item 6.1. do Anexo XVIII do Contrato de Concessão, caberá ao Poder Concedente entregar as portas de plataforma para a Linha 17. Considerando tal fato, pergunta-se (ainda mais considerando a relação íntima entre o material rodante e as portas de plataformas):

A - As Portas de Plataforma serão entregues preparadas para operação em sistema UTO ou DTO?

B - Quando da entrega da Linha 17 para a Concessionária, as portas de plataforma estarão implantadas, testadas e operando adequadamente em todas as estações?

C - Caso a entrega e instalação das portas de plataforma na Linha 17 ocorram após a entrega da Linha 17 à Concessionária e interfiram, parcial ou totalmente, na prestação dos Serviços Concedidos pela Concessionária (inclusive, mas não limitadamente, em razão de possível necessidade de obra





00767-1

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

civil), como haverá o ressarcimento à Concessionária dos prejuízos daí resultantes?

RESPOSTA 256: Questão A: As Portas de Plataforma da Linha 17 – Ouro – Trecho 1 - serão entregues preparadas para a operação em UTO. Questão B: Sim, as Portas de Plataforma estarão implantadas, testadas e operando nas estações entregues da Linha 17. Questão C: A Concessionária deverá considerar em sua proposta que as Portas de Plataforma na Linha 17 serão entregues e instaladas durante a vigência do Contrato de Concessão, não sendo devido qualquer ressarcimento por prejuízos ou interferências na prestação dos Serviços Concedidos, ressalvadas situações que evidenciem prejuízos ou interferências extraordinárias, que superem o razoavelmente esperado na entrega e instalação dos equipamentos.

QUESTÃO 257

Edital: "Item 9.5.11. do Edital (parte inicial): "Havendo empate entre 2 (duas) ou mais PROPOSTAS COMERCIAIS, anteriormente à fase de LANCES, será dada preferência à proposta apresentada por empresa brasileira, nos termos do artigo 15, parágrafo 4º, da Lei Federal n. 8.977/1995."

"Em caso de empate entre um licitante que seja uma empresa brasileira e um licitante que seja em Consórcio cuja liderança caiba a uma empresa brasileira, mas que conte com a participação de empresa estrangeira na qualidade de consorciado, será dada preferência à empresa brasileira que participar do certame de forma individual?"

RESPOSTA 257: A presença de empresa(s) estrangeira(s) em um consórcio, ainda que este contenha como consorciado empresa brasileira, desqualifica este licitante como "empresa brasileira", para os fins do artigo 15, §4º, da Lei Federal nº 8.987/1995.

QUESTÃO 258

Edital: "tem 11.8 do Edital"... 11.8 - A GARANTIA DE PROPOSTA apresentada na modalidade de seguro-garantia deverá ser emitida por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação vigente à época de sua apresentação, e será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia, acompanhada de comprovante de pagamento do prêmio, quando pertinente, bem como de: (i) Certidão de Regularidade Operacional expedida pela SUSEP, em nome da seguradora que emitir a apólice, sendo que a apólice deverá estar de acordo com a Circular SUSEP n.º 477/2013, além de conter as disposições previstas no MANUAL DE PROCEDIMENTOS, e não poderá contemplar qualquer cláusula de isenção de responsabilidade da LICITANTE ou da seguradora, nem mesmo em suas condições especiais ou particulares; (ii) Certidão de Administradores





007672

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2018

expedida pela SUSEP em nome dos administradores signatários da apólice; (iii) documentos de representação dos administradores signatários da apólice; e (iv) atos societários que permitam a verificação da forma de representação da seguradora...."

"Conforme previsto no Edital (item 11.8), a apólice da Garantia de Proposta deverá estar de acordo com a Circular Superintendência de Seguros Privados – SUSEP nº 477, de 30 de setembro de 2013. Entendemos que a apólice da Garantia de Execução deverá seguir também a respectiva Circular. Nosso entendimento está correto?"

RESPOSTA 258: O entendimento está correto.

QUESTÃO 259

Contrato de Concessão: Cláusula 57.4.3, item ii, do Contrato de Concessão: "(ii) das condições especiais ou das condições particulares da respectiva apólice deverá constar expressamente a cobertura de todos os eventos descritos nas Cláusulas 57.3, 57.7 e 57.8 deste CONTRATO, ou, excepcionalmente, vir acompanhada de declaração, firmada pela seguradora emitente da apólice, atestando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos descritos nas Cláusulas 57.3, 57.7 e 57.8 deste CONTRATO."

"A Cláusula 57.4.3, item ii, do Contrato de Concessão, estabelece que das Condições Especiais e Particulares, deverá constar expressamente a cobertura dos eventos descritos nos itens 57.3, 57.7 e 57.8. No entanto, o item 57.8 prevê coberturas não aceitas pelo ramo de Seguro Garantia, conforme previsto na Circular Superintendência de Seguros Privados – SUSEP nº 477, de 30 de setembro de 2013. Serão aceitos as Condições Especiais e Particulares previstas na própria Circular Susep nº 477/2013?"

RESPOSTA 259: A regulação do setor em vigor será observada, sendo vedada a inclusão de qualquer condicionante ou rito para a execução da apólice além das estritamente legais e emanadas do órgão regulador brasileiro competente.

QUESTÃO 260

Contrato de Concessão: Cláusula 57.8 do Contrato de Concessão: "A GARANTIA DE EXECUÇÃO deverá abranger todos os fatos ocorridos durante a sua vigência, ainda que o sinistro seja comunicado pelo PODER CONCEDENTE após a superação do termo final de vigência da GARANTIA DE EXECUÇÃO, devendo abranger as hipóteses de responsabilização do PODER CONCEDENTE, ou de qualquer das entidades da Administração Indireta, por qualquer ato ou fato decorrente da atuação da CONCESSIONÁRIA, seus prepostos ou subcontratados, incluindo, mas não





007678

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

se limitando, a danos ambientais, responsabilidade civil fiscal e trabalhista, penalidades regulatórias, dentre outros."

A Cláusula 57.8 do Contrato de Concessão estabelece que a garantia de execução deve abranger todos os fatos ocorridos durante a sua vigência, incluindo em sua cobertura "... danos ambientais, responsabilidade civil, fiscal e trabalhista, penalidades regulatórias, dentre outros..." No entanto, algumas dessas coberturas não estão cobertas pela Circular Susep n.º 477/2013. Estamos entendendo que a garantia será aceita conforme Termos e Condições previstos na Circular Superintendência de Seguros Privados – SUSEP nº 477, de 30 de setembro de 2013, correto?

RESPOSTA 260: A regulação do setor em vigor será observada, sendo vedada a inclusão de qualquer condicionante ou rito para a execução da apólice além das estritamente legais e emanadas do órgão regulador brasileiro competente.

QUESTÃO 261

Contrato de Concessão: Cláusula 57.8 do Contrato de Concessão: "A GARANTIA DE EXECUÇÃO deverá abranger todos os fatos ocorridos durante a sua vigência, ainda que o sinistro seja comunicado pelo PODER CONCEDENTE após a superação do termo final de vigência da GARANTIA DE EXECUÇÃO, devendo abranger as hipóteses de responsabilização do PODER CONCEDENTE, ou de qualquer das entidades da Administração Indireta, por qualquer ato ou fato decorrente da atuação da CONCESSIONÁRIA, seus prepostos ou subcontratados, incluindo, mas não se limitando, a danos ambientais, responsabilidade civil fiscal e trabalhista, penalidades regulatórias, dentre outros."

"Ainda na Cláusula 57.8 está estabelecido que a Garantia da Execução deverá conter as coberturas não previstas pelo ramo de Seguro Garantia. São as seguintes as coberturas não previstas no Seguro Garantia:

RISCOS EXCLUÍDOS

I. Riscos originários de outras modalidades de Seguro-Garantia ou cobertos por outros ramos de seguro, tais como, mas não somente: responsabilidade civil por danos indiretos: lucros cessantes, danos morais e danos a terceiros; danos ambientais, inclusive riscos geológicos; direitos da propriedade industrial e intelectual; riscos de engenharia; perda de aluguel; transporte; incêndio; guarda de bens; roubo; furto; acidentes de trabalho; acidentes pessoais e vida;

II. O pagamento de tributos;

III. O pagamento de obrigações trabalhistas e de obrigações previdenciárias ou de seguridade social, inclusive, mas não exclusivamente decorrentes de acidentes de trabalho, salvo se contratada a garantia adicional de Ações





007674

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Trabalhistas e Previdenciárias;

IV. O pagamento de danos e indenizações que envolvam empregados do Tomador ou terceiros;

V. O pagamento de custas e honorários advocatícios;

VI. Indenizações por danos ambientais;

VII. Indenizações por danos acordados; e

VIII. Indenizações por quebra de sigilo ou confidencialidade.

Pergunta-se: o Seguro Garantia (que obrigatoriamente contemplará a exclusão dos riscos acima), será aceito como Garantia da Execução? Informamos ser impossível concluir os estudos econômicos necessários à apresentação de proposta antes de superadas as dúvidas quanto aos seguros, cujos custos de contratação são bastante consideráveis."

RESPOSTA 261: A regulação do setor em vigor será observada, sendo vedada a inclusão de qualquer condicionante ou rito para a execução da apólice além das estritamente legais e emanadas do órgão regulador brasileiro competente.

QUESTÃO 262

De quem é a responsabilidade da manutenção dos banheiros públicos nas estações com integração ou com áreas comuns (ex.: Estação Chácara Klabin - L5/L2)

RESPOSTA 262: A manutenção dos banheiros públicos localizados nas áreas operacionais da Linha 5 é de responsabilidade da Concessionária.

QUESTÃO 263

Que tipo de filtros tem as salas de ventilação? Descartáveis ou Laváveis?

RESPOSTA 263: Os filtros são descartáveis.

QUESTÃO 264

Anexo X

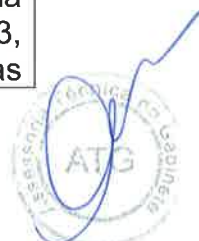
No referido anexo não cita a previsão do fornecimento de veículos auxiliares para manutenção e transporte de equipamentos, materiais e equipes. Tem previsão disto? E quais são os tipos de veículos?

RESPOSTA 264: Serão fornecidos os veículos relacionados no Anexo X.

QUESTÃO 265

Edital: Item 11.8.1

"Considerando que: O seguro garantia é regulamentado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP; Por intermédio da Circular SUSEP 477/2013, a referida superintendência regulamentou as condições padronizadas das





007675

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2018

modalidades "I – SEGURO GARANTIA DO LICITANTE" e "II – SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS".

As condições padronizadas são de utilização obrigatória pelas seguradoras que operam no ramo e, portanto, não podem ser modificadas sem a aprovação prévia da SUSEP. Seria possível a aceitação de um modelo de Seguro Garantia para a Licitação diferente ao MODELO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS E CONDIÇÕES PARTICULARES constantes no ANEXO XXXIX, previsto no Item 11.8.1 do Edital, desde que esse modelo esteja em conformidade com a Circular Susep 477/2013?"

RESPOSTA 265: A regulação do setor em vigor será observada, sendo vedada a inclusão de qualquer condicionante ou rito para a execução da apólice além das estritamente legais e emanadas do órgão regulador brasileiro competente.

QUESTÃO 266

Edital: 11.8

Na hipótese de haver cláusulas na apólice de seguro garantia de exclusões de responsabilidades derivadas tão somente da Circular nº 477/2013, solicitamos esclarecer se, ainda assim, o tomador poderá ser inabilitado da licitação.

RESPOSTA 266: A regulação do setor em vigor será observada, sendo vedada a inclusão de qualquer condicionante ou rito para a execução da apólice além das estritamente legais e emanadas do órgão regulador brasileiro competente.

QUESTÃO 267

Contrato: 57.7

Na hipótese de haver cláusulas na apólice de seguro garantia de exclusões de responsabilidades derivadas tão somente da Circular nº 477/2013, solicitamos esclarecer se, ainda assim, o tomador terá sua garantia recusada pelo Poder Concedente.

RESPOSTA 267: A regulação do setor em vigor será observada, sendo vedada a inclusão de qualquer condicionante ou rito para a execução da apólice além das estritamente legais e emanadas do órgão regulador brasileiro competente.

QUESTÃO 268

Contrato: 57.8

Solicitamos verificar a possibilidade de alteração para fazer constar que a expectativa de sinistro deve ser realizada dentro do prazo de vigência da apólice, posto que de acordo com a regulamentação vigente, a expectativa de





007676

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2018

sinistro e o sinistro devem ser comunicados tão logo o segurado tenha conhecimento do fato, sob pena de perda do direito à garantia.

RESPOSTA 268: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Contrato. Não há qualquer incompatibilidade entre a Cláusula 57.8 e a legislação vigente, já que o próprio conhecimento do fato pelo segurado pode ocorrer posteriormente à superação do prazo de vigência da garantia.

QUESTÃO 269

Contrato: 57.8

Considerando que a garantia de execução assegura o cumprimento das obrigações diretas do tomador perante o segurado, especificamente descritas no objeto da apólice, não assegurando demais riscos, tais como riscos referentes a indenizações a terceiros, danos ambientais e lucros cessantes, bem como não assegura riscos referentes a outros ramos ou modalidades de seguro ou riscos trabalhistas e previdenciários, este último salvo quando contratada a cobertura adicional, em conformidade com a legislação nacional referente ao seguro-garantia, solicita-se a exclusão da frase: "incluindo, mas não se limitando, a danos ambientais, responsabilidade civil, fiscal e trabalhista, penalidades regulatórias, dentre outros".

RESPOSTA 269: A regulação do setor em vigor será observada, sendo vedada a inclusão de qualquer condicionante ou rito para a execução da apólice além das estritamente legais e emanadas do órgão regulador brasileiro competente.

4º BLOCO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS DE 270 A 316

QUESTÃO 270

64. SUBCONTRATAÇÃO

64.1. A CONCESSIONÁRIA não poderá subcontratar a prestação dos serviços de operação das LINHAS e de segurança operacional.

64.2. Caso a CONCESSIONÁRIA opte pela subcontratação do escopo principal dos serviços necessários à realização dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, nos termos do Capítulo XI, o PODER CONCEDENTE deverá conceder a sua não-objeção à referida contratação, podendo exigir comprovação de que a empresa contratada possui os requisitos técnicos e financeiros suficientes para a perfeita execução do contrato. Segundo esses 2 artigos, a CONCESSIONÁRIA está incumbida de executar os serviços concedidos no Objeto do Contrato, e não pode subcontratar a prestação dos serviços de operação das LINHAS e de segurança operacional, mas podendo





007677 e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

contratar com terceiros a realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS (Investimentos necessários para alteração e para expansão do serviço e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações). Entendemos que a razão dessa regra está baseada na Lei 8.666/93 que dá conta da impossibilidade de se transferir a terceiros, ainda que parcialmente, a execução do contrato, sobre o objeto que está sendo licitado e contratado. Considerando que, (i) Há uma interpretação jurídica favorável à subcontratação, observando-se certas condições, expressa pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO do Metrô de Curitiba através do "BOLETIM DE ESCLARECIMENTO Nº 2-010/2014" da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2014, do qual extraímos a afirmação que diz que: "O que se pretende com tal vedação é que a empresa vencedora da licitação sub-rogue ou subcontrate parte relevante do objeto da licitação a outro ente que não tenha participado do processo licitatório, o que, à toda evidência, configuraria burla ao dever geral de licitar." (ii) No seio do consórcio a ser formado para apresentar a proposta, nos termos da regra do Edital, constará uma empresa com vasta experiência internacional na operação de sistemas metroviários, via sua empresa matriz, e, caso esse Consórcio seja declarado vencedor, os membros do consórcio formarão uma sociedade de propósito específico que será a CONCESSIONÁRIA. A CONCESSIONÁRIA, por sua vez, irá confiar as atividades de operação e manutenção ao seu sócio com experiência comprovada em operação, conforme os termos exigidos no Edital (mesma pessoa jurídica integrante do Consorcio proponente), Perguntamos: Baseado no exposto acima, solicitamos confirmar nosso entendimento de que, sem prejuízo das responsabilidades da CONCESSIONÁRIA, esta poderá subcontratar o membro do Consorcio proponente vencedor com experiência comprovada em operação, conforme os termos exigidos no Edital (mesma pessoa jurídica que participou do processo licitatório), para realizar as atividades de operação e manutenção objeto do Contrato, qualquer que seja a porcentagem de participação desse membro na Concessionária.

RESPOSTA 270: Conforme errata ao edital, veiculada no DOE, edição do dia 29/06/2017, não se enquadra na vedação da Cláusula 64.1 a subcontratação, pela CONCESSIONÁRIA, para a prestação dos serviços de operação, de acionista direto da SPE com experiência comprovada nos serviços de operação, quando atendida pelo operador a exigência do item 13.6.2 do Edital.

QUESTÃO 271

Anexo I, do Edital: Diretrizes Operacionais Mandatórias das Linhas - Item 2.3: "Cabe à CONCESSIONÁRIA fornecer um Sistema de Controle de Acesso que, a partir de dados de controle dos bloqueios das estações, disponibilize ao PODER CONCEDENTE, em tempo real, os dados referentes às entradas e





007678

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

transferências efetivamente havidas, assim como a identificação do título de transporte utilizado."

Questiona-se: a instalação do Sistema de Controle de Acessos a ser fornecido pela Concessionária se encontra prevista no escopo do Contrato? E a sua manutenção?

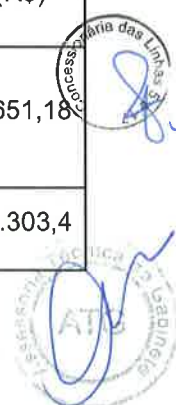
RESPOSTA 271: A instalação do sistema (SCAP) está prevista no escopo do contrato. A manutenção será de total responsabilidade da Concessionária.

QUESTÃO 272

Anexo I, do Edital: Diretrizes Operacionais Mandatórias das Linhas - Item 2.9: "Como alternativa para prosseguimento da viagem dos usuários, a CONCESSIONÁRIA deverá se utilizar do PAESE – Plano de Apoio Entre Empresas de Transporte Frente à Situação de Emergência, de acordo com as orientações fornecidas pelo PODER CONCEDENTE. Para tanto, a CONCESSIONÁRIA deverá aderir ao convênio: "Plano de Apoio Entre as Empresas de Transporte Frente a Situações de Emergência - PAESE". Os custos da utilização do PAESE são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, quando por ela acionado. Na hipótese do acionamento decorrer de solicitação do PODER CONCEDENTE este arcará com os custos." Neste contexto, solicitamos informar os custos para adesão ao convênio: "Plano de Apoio Entre as Empresas de Transporte Frente a Situações de Emergência - PAESE" e o histórico de acionamento do Plano nos últimos anos, para a linha 5-Lilás, por parte da Companhia do Metropolitano de São Paulo.

RESPOSTA 272: O PAESE é um Convênio de cooperação operacional entre CPTM, EMTU, METRÔ, ViaQuatro e SPTrans, até o momento. Não existe custo de adesão ao convênio. O histórico de acionamento é variável, dependendo das ocorrências/necessidades operacionais, não devendo ser utilizado como referência. Indicam-se, abaixo, as utilizações do PAESE na Linha 5, por motivo de problemas técnicos nos últimos dois anos.

Data do PAESE	ND	DATA VENCIMENTO	LOCAL	Horário	MOTIVO		VALOR (R\$)
04/05/16	4909/16	20469/16 - VCTO 20/06/16	VBE - GGR	05h35 às 07h44	INCIDENTE NOTÁVEL L5	IN 048/2016 - TRILHO PARTIDO À OESTE DE GGR-1	6.651,18
17/10/16	5415/16	25235/16 -	CPL -	17h às	DESCARRILAME	IN 120/2016 -	20.303,4





007679

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

6		VCTO 01/12/16	CPR	0h30	N-TO L5	DESCARRILHAMEN TO DO TREM F01 SOBRE X42	1
21/02/1 7	5702/17	29426/17 - VCTO 27/04/17	APN - LTR	06h10 às 14:10	DESCARRILAME N-TO L5	IN 028/2017 - DESCARRILAMENT O DO TREM F06 SOBRE O X-47	17.089,0 8

QUESTÃO 273

Anexo IV, do Edital: Diretrizes de Manutenção Mandatórias das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro - N/A - "Todos os ativos deverão ser mantidos pela Concessionária de maneira que reste pelo menos 5 anos de vida útil após o término da Concessão. Os Planos de Manutenção deverão ser cumpridos e as renovações eventualmente necessárias efetuadas. Os sobressalentes necessários para 5 anos deverão ser revertidos ao Poder Concedente no término da Concessão."

Em decorrência do exposto no referido Anexo, requer-se os seguintes esclarecimentos:

Questão 1) Esclarecer o significado de RENOVAÇÕES NECESSÁRIAS, já que pode haver impacto na reabilitação das unidades;

Questão 2) Solicita-se detalhamento referente às unidades de trem, já que o Material Rodante tem uma vida útil determinada pelo fabricante no contrato de fabricação;

Questão 3) Solicita-se detalhamento referente aos equipamentos de oficinas, já que pode haver impacto na substituição de equipamentos.

RESPOSTA 273: Questões 1, 2 e 3 – Cumprir as renovações necessárias significa que quando o ativo não tiver mais condições de ser mantido deverá ser substituído por um equivalente e compatível, atualizado tecnologicamente e que cumpra as mesmas funções.

QUESTÃO 274

Anexo VIII, do Edital: Descrição da Situação Atual da Linha 5 - Item 7: "EQUIPAMENTOS GERAIS PCR – PÁTIO CAPÃO REDONDO"

Requer-se a disponibilização detalhada de informações sobre as oficinas e equipamentos existentes dos seguintes locais: Capão Redondo; Guido Caloi; Campo Belo; e, Água Espraiada.

RESPOSTA 274: As informações solicitadas constam dos Anexos ao Edital, especialmente nos Anexos VIII, IX e X.

QUESTÃO 275



007680

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Anexo X: Projetos de Obras Civis, Sistemas e Material Rodante e Descrição da Situação Atual da Linha 17 - "Item 6.6: "MATERIAL RODANTE

Está previsto o fornecimento de 14 Trens de 5 carros cada. O projeto do trem a ser utilizado na Linha 17 – Ouro é da Scomby –Malásia.

Os sistemas de Material Rodante devem ser adequados ao modo de condução UTO – Unattended Train Operation e devem ser fornecidos com a mais atual tecnologia para melhoria do conforto dos passageiros, desempenho operacional, segurança e facilidades de manutenção, de acordo com a Norma IEC 62267 – Edition 1.0 - 2009.

A estrutura da caixa deve ser de alumínio, dimensionada para a capacidade de 10 passageiros em pé por m².

O contrato com o Consórcio CMI foi paralisado em DEZ/15 e, conforme detalhado em item 1.8.1, está sendo alvo de ação judicial, onde se propôs um acordo entre as partes, visando à continuidade das atividades. A justiça determinou uma perícia, antes de uma decisão final. As obras estão totalmente paralisadas."

Sobre o referido Item, requer-se a disponibilização de dados sobre os 14 trens, de 5 carros cada, que operarão na Linha 17.

RESPOSTA 275: Os dados sobre os trens da Linha 17 estão contemplados no item 6.6 do Anexo X do Edital. Contudo, qualquer documento a respeito pode ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô – sic@metrosp.com.br.

QUESTÃO 276

Anexo XI, do Edital: Processo de Transição Operacional e da Manutenção - Item 2.1.4: "A Concessionária receberá os bens inventariados no estado em que se encontram. Eventuais dúvidas levantadas pela Concessionária serão esclarecidas pela CMSP e pelo Poder Concedente."

Para fins de elaboração da Proposta, requer-se o fornecimento detalhado de informações sobre o estado em que se encontram os bens inventariados.

RESPOSTA 276: As estações do trecho Capão Redondo – Adolfo Pinheiro são estações operacionais e, portanto, contam com bens operacionais em uso. O trecho Adolfo Pinheiro – Chácara Klabin será entregue nas condições mínimas estabelecidas no Anexo XVIII.

QUESTÃO 277

Anexo XI, do Edital: Processo de Transição Operacional e da Manutenção - Item 2.2.1: "A CMSP mantém contratos com terceiros referente à prestação de serviços contínuos e específicos associados à operação e manutenção dos trens e estações. O Metrô manterá os contratos ativos até o último dia do prazo estabelecido para a FASE Pré-Operacional." Considerando o disposto





007681

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

no Item 2.2.1 do referido Anexo, requer-se a disponibilização de esclarecimentos sobre os contratos celebrados com terceiro, em vigor, relativos ao Material Rodante, com detalhamento dos serviços em execução.

RESPOSTA 277: Os contratos de Serviços, listados nas páginas 14 e 15 do Apêndice 2 - Contratos de Serviços, do Anexo XI, estão em vigor e se manterão enquanto o Metrô for o responsável pela Operação Comercial da Linha 5. A Concessionária deverá adotar providências cabíveis para a continuidade dos serviços sem interrupção e a seu critério. Vide também Resposta 151.

QUESTÃO 278

Anexo XIII: Garantia Técnica de Material Rodante, Sistemas e Infraestrutura Civil das Linhas - N/A - ANEXO - GARANTIAS TÉCNICAS DE MATERIAL RODANTE, SISTEMAS E INFRAESTRUTURA LINHA 17-OURO

Relativamente a Garantia Técnica Contratual do Material Rodante prevista no referido Anexo, de 5 anos, contados da data de emissão dos respectivos termos de aceitação provisória ou da data de entrada em operação, solicitamos detalhamento das informações referente à Garantia dos Trens da Linha 17.

RESPOSTA 278: As informações referentes ao detalhamento das garantias técnicas contratuais do material rodante serão entregues à Concessionária por ocasião da assinatura do Contrato de Concessão.

QUESTÃO 279

Anexo XIII: Garantia Técnica de Material Rodante, Sistemas e Infraestrutura Civil das Linhas - N/A - Apêndice "Fornecimento de 26 trens – Linha 5 – Peças Sobressalentes obrigatórias já entregues com contagem de garantia iniciada, ao Anexo XIII.

Solicita-se informações detalhadas sobre os Sobressalentes referente a Frota F e a Frota da Linha 17.

RESPOSTA 279: Com relação à Linha 17 – Ouro existe previsão de lista de sobressalentes no contrato, que se encontra em avaliação final e quantificação e será fornecida à Concessionária, por ocasião da assinatura do contrato de concessão. Quanto à frota F, as informações constam do Anexo VIII.

QUESTÃO 280

Anexo I - Diretrizes Operacionais Mandatórias das Linhas - 2.8 Quando por qualquer razão, sobrevier interrupção do serviço, a CONCESSIONÁRIA deverá proceder à devolução do título de transporte aos usuários. A devolução, em qualquer caso, será de títulos de transporte unitários.

Nos termos do item 1.1 do Anexo 14 do Contrato de Concessão, a





007682

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Concessionária não é responsável pela comercialização dos títulos de transporte. Dessa forma, entendemos que o Poder Concedente, diretamente ou indiretamente por meio de empresas contratadas para realizar o comércio de títulos de transporte, será responsável pela devolução dos títulos em caso de interrupção do serviço. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 280: A Concessionária é responsável pela devolução dos títulos de transporte, que serão disponibilizados pelo PODER CONCEDENTE.

QUESTÃO 281

Anexo X - N/A

Solicitamos que sejam listadas as subestações de energia que compõem a Linha 17 com as quantidades de grupos transformador-retificador e as potências respectivas deles. Também solicitamos cronologia de disponibilização em serviço das mesmas.

RESPOSTA 281: A Linha 17 – Ouro tem previsão de instalação de 1(uma) Subestação Primária com 2 (dois) Transformadores 15/20MVA, de 1(um) Grupo Retificador 2MVA para cada uma das 8 (oito) estações e de 1 (um) Grupo Retificador 2 MVA para o Bloco D e 1(um) de 1,5 MVA para o Bloco A, ambos do Pátio Água Espraiada. O cronograma de entrega dos equipamentos será disponibilizado à Concessionária por ocasião da assinatura do contrato de concessão.

QUESTÃO 282

ANEXO VIII DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL DA LINHA 5 – LILÁS NO TRECHO CAPÃO REDONDO / ADOLFO PINHEIRO

(9. SISTEMA DE SINALIZAÇÃO ATC) - N/A.

Existe alguma documentação da situação atual do trecho CPR-ADP, pois segundo nosso entendimento o sistema CBTC esta operacional no mesmo, e a informação fornecida é do equipamento ATC Alstom. Esclarecer também se o mesmo foi modernizado total ou parcialmente e se os equipamentos como exemplo: Circuitos de Via, Maquinas de Chave, etc. foram atualizados. Solicitamos cronograma de implantação do Sistema de Portas de Plataforma (PSD)

RESPOSTA 282: O sistema CBTC estará operacional quando do início da Operação Comercial pela Concessionária. Os circuitos de via serão atualizados para a plena utilização e as máquinas de chave permanecerão as mesmas. O cronograma de implantação do Sistema de Portas de Plataforma (PSD) será fornecido por ocasião da assinatura do contrato de concessão.

QUESTÃO 283





007683

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Anexo XVIII do Edital: "Sistema de Energia da Linha 5. Itens 2.3.4. e 6.2.3.4. do Anexo XVIII do Edital: ""Subestação Primária Bandeirantes. Condições plenas para operação de comandos e indicações locais."

Questão A- Entendemos que o sistema elétrico, como um todo, será entregue à Concessionária testado e em perfeitas condições de operar à distância, sem operador local, tanto que a atual linha em operação (Adolpho Pinheiro-Capão Redondo) funciona de tal forma. Está correto esse entendimento?; Questão B- Sendo afirmativa a resposta ao item anterior, diante do disposto nos itens 3.2.3.4. e 6.2.3.4. do Anexo XVIII do Edital, no sentido de que Subestação Primária Bandeirantes terá "condições plena para operação de comandos e indicações locais", é correto dizer que, diversamente das demais subestações do sistema, a operação da Subestação Primária Bandeirantes necessitará de um operador local para o seu funcionamento?; Questão C- Sendo positiva a resposta a esse último questionamento, não haverá transferência automática de energia entre a Subestação Primária Bandeirante e a Subestação Primária Guido Caloi (que atualmente atende ao sistema)?

RESPOSTA 283: Questão "A": O entendimento não está correto. No momento da entrega serão garantidas, no mínimo, as funcionalidades descritas no Anexo XVIII do Edital. Questão "B": A Concessionária deverá definir. Questão "C": Está contratado o fornecimento e a implantação da transferência automática de energia entre a Subestação Primária Bandeirante e a Subestação Primária Guido Caloi. No momento da entrega serão garantidas, no mínimo, as funcionalidades descritas no Anexo XVIII do Edital.

QUESTÃO 284

Contrato de Concessão: "26.3. A Concessionária obriga-se a manter, em plenas condições de uso, conservação e segurança, às suas expensas, os bens que integram a CONCESSÃO, durante a vigência do CONTRATO, efetuando, para tanto, as reparações, renovações e adaptações necessárias para o bom desempenho do SERVIÇO CONCEDIDO, nos termos previstos neste CONTRATO."

"De acordo com a cláusula 26.3 do Contrato de Concessão, caberá à Concessionária, "durante toda a vigência do CONTRATO" efetuar as renovações e adaptações necessárias nos BENS INTEGRANTES de forma a garantir o bom desempenho do SERVIÇO CONCEDIDO. A despeito disso, está dito na cláusula 27.1. do Contrato de Concessão que depende de anuência prévia do Poder Concedente a transferência dos Bens Integrantes a terceiros.

Pergunta-se:

Questão A - Sendo necessária ou entendendo ser conveniente substituição de determinados Bens Integrantes (ex. computadores e trens) para fins de garantir o bom desempenho do Serviço Concedido, precisará a





007684

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Concessionária de autorização do Poder Concedente para venda do respectivo Bem Integrante?

Questão B - Caso, por qualquer motivo, determinado Bem Integrante se torne desnecessário para a prestação do Serviço Concedido, será necessária a prévia anuência do Poder Concedente para a sua venda?

Questão C - No tocante aos Bens Integrantes que sejam vendidos durante a vigência do Contrato de Concessão, qual a regra a ser observada ao fim da concessão?

Questão D - Ao assumir a Operação da Linha 5, poderá a Concessionária optar por operar apenas com a Frota P, dispensando, portanto, o recebimento dos 8 trens da Frota F. Sendo positiva a resposta, haveriam implicações contratuais?

Questão E - Podendo operar apenas com a Frota P, poderá a Concessionária optar por receber e vender a Frota F, adquirindo novos trens se necessário à execução dos Serviços Concedidos. Quais seriam as implicações contratuais nesses casos?

RESPOSTA 284: Questões A e B – Nos termos da Cláusula 27.1, é indispensável a autorização do Poder Concedente para a venda de bens que se caracterizem como Bens Integrantes da Concessão, ainda que a Concessionária entenda que tais bens se tornaram desnecessários para a prestação do serviço concedido, podendo o Poder Concedente, ao seu critério, ao longo da gestão contratual, estabelecer autorizações prévias para alienações futuras que atendam a determinados critérios. Questão C – A alienação de quaisquer Bens Integrantes da Concessão somente será autorizada pelo Poder Concedente quando cumpridos os requisitos previstos na Cláusula 27.2, dentre os quais consta a obrigação de substituição dos bens alienados que se mostrarem necessários à continuidade da prestação dos serviços, devendo os bens que se qualificarem como Bens Reversíveis reverter ao Poder Concedente ao fim da Concessão, conforme disposto na Cláusula 28. Questão D – Os 8 trens da Frota F qualificam-se como Bens Integrantes da Concessão, e, portanto, serão transferidos à Concessionária previamente ao início da Operação Comercial, conforme a disciplina do Contrato. Caso a Concessionária dispense a sua utilização na operação, deverá fazê-lo por sua conta e risco, não havendo qualquer alteração relacionada às suas obrigações contratuais, inclusive com relação ao cumprimento dos Indicadores de Desempenho, ou, ainda, direito a qualquer espécie de indenização ou reequilíbrio econômico-financeiro. Questão E – Caso a Concessionária decida operar apenas com a Frota P, os trens da Frota F somente poderão ser alienados em observância à disciplina da Cláusula 27, devendo ser substituídos por bens novos, de funcionalidade semelhante e tecnologia igual ou superior, caso seja necessário cumprimento das obrigações contratuais





007625

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

assumidas pela Concessionária, inclusive com relação aos Indicadores de Desempenho.

QUESTÃO 285

Anexo XVIII do Edital: Item 3.2.1. (Sistema de Telecomunicações da Linha 5)
"Questão A - Considerando que o Sistema de Telecomunicação utilizado no Trecho em Operação da Linha 5 (Capão Redondo-Adolfo Pinheiro) opera há 15 anos, quando da entrega à Concessionária do mencionado trecho, o sistema de telecomunicação ali existente terá sido renovado para ser compatível como o sistema de telecomunicações que está sendo instalado no novo trecho da Linha 5?

Questão B - Entendemos que de Capão Redondo a Chácara Klabin, o Sistema de Telecomunicações e seus subsistemas (compreendendo transmissão de dados, sistema SCADA, comunicações móveis, comunicações fixas, multimídia, controle local nas estações, informações aos usuários) estarão implantados e testados quando da entrega de tal trecho à Concessionária. Esse entendimento está correto?"

RESPOSTA 285: Questão "A": O sistema de telecomunicações existente será compatível com o novo sistema em implantação. Questão "B": O sistema de telecomunicações estará implantado e testado, sendo garantidas no mínimo, as funcionalidades descritas no Anexo XVIII do Edital, até o início da Operação Comercial pela Concessionária.

QUESTÃO 286

Anexo XVIII do Edital - Anexo XVIII - CC5 (Centro de Controle Operacional da Linha 5)

Quando da entrega da Linha 5 à Concessionária, o Centro de Controle Operacional da Linha 5 estará adaptado para atender a linha como um todo (não só o trecho hoje em operação), e, ademais, testado em todas as suas funções e equipamentos, tanto hardware quanto software. Confirmado?

RESPOSTA 286: O Centro de Controle Operacional da Linha 5 (CC5) estará adaptado para atender a linha como um todo, sendo garantidas, no mínimo, as funcionalidades descritas no Anexo XVIII do Edital, até o início da Operação Comercial pela Concessionária.

QUESTÃO 287

Anexo XVIII do Edital - Item 3.2.4 do Anexo XVIII (Sistemas Auxiliares)

Entendemos que todos os equipamentos auxiliares dos túneis e das estações (como, exemplificativamente, ventilação principal nos túneis, poços de ventilação e saídas de emergência, ventilação e climatização de salas técnicas e operacionais, detecção e combate a incêndio, bombas, escadas rolantes, elevadores e grupos gerador-diesel) estarão instalados e testados em toda a





007686

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Linha 5 quando da sua entrega pelo Poder Concedente à Concessionária. Esse entendimento está correto, de modo que não haverá necessidade de investimentos em Capex para prestação dos Serviços Concedidos?

RESPOSTA 287: Os equipamentos auxiliares dos túneis e das estações (como, exemplificativamente, ventilação principal nos túneis, poços de ventilação e saídas de emergência, ventilação e climatização de salas técnicas e operacionais, detecção e combate a incêndio, bombas, escadas rolantes, elevadores e grupos gerador-diesel) estarão instalados e testados em toda a Linha 5 quando da sua entrega pelo Poder Concedente à Concessionária, sendo garantidas no mínimo, as funcionalidades descritas no Anexo XVIII do Edital, até o início da Operação Comercial pela Concessionária.

QUESTÃO 288

Anexos VIII e XVIII do Edital

Está dito que o Trecho Capão Redondo - Adolfo Pinheiro será entregue em operação. Diante disso, entendemos que serão entregues à Concessionária, quando da entrega do trecho operacional, todos os sobressalentes, instrumentos e ferramentas especiais em número e condições adequadas e suficientes para a prestação dos Serviços Concedidos, assim como a documentação de projeto, operação e manutenção, relatórios de teste de recebimento dos equipamentos, histórico e relatório de falhas dos equipamentos em tal trecho. Tal entendimento está correto?

RESPOSTA 288: Deve ser observado o disposto no item 22.2 do Anexo VIII. A documentação recebida dos fornecedores das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro será disponibilizada à futura concessionária, conforme previsto no item 18 do Anexo VIII - Descrição da Situação Atual da Linha 5 - Lilás no Trecho Capão Redondo/Adolfo Pinheiro e item 1 do Anexo XII - Volume II - Recebimento de Edificações e Via Permanente. Contudo, qualquer documento da implantação das linhas, pode ser consultado, desde que solicitado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando os documentos desejados. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô - sic@metrosp.com.br.

QUESTÃO 289

Anexo IX do Edital:

Certamente devem ter sido exigidos seguro de engenharia civil e de responsabilidade civil do executor das obras civis na Linha 5 que estão sendo executados por conta e ordem do Poder Concedente. Favor disponibilizar cópia de todas as apólices de seguros contratados, haja vista que o Contrato de Concessão terá sua vigência iniciada antes do término das obras a cargo do Poder Concedente, razão pela qual tais informações estão sendo exigidas no âmbito das cotações dos seguros exigidos das licitantes no Edital e no





007687

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Contrato de Concessão. Exemplificativamente, um acidente nas obras civis da estação de Campo Belo podem causar danos em um trem operando na Linha 5 ou até mesmo prejudicar/paralisar os serviços na Linha 5. Informamos ser impossível concluir os estudos econômicos necessários à apresentação de proposta antes de superadas a presente dúvida, pois inviabiliza aferir o real custo com a contratação de seguros pela Licitante. Caso, durante a vigência do Contrato de Concessão, haja algum dano estrutural nos Bens Integrantes em decorrência das obras civis que estão sendo executadas pelo Poder Concedente, o seguro de engenharia da obra será responsável, ou a Concessionária deve ter um seguro específico para esse tipo de situação? O seguro cobriria danos de receita da Concessionária?

RESPOSTA 289: As obras civis têm seguros de engenharia contratados pelos Consórcios Construtores que são estendidos durante o período de testes até a operação comercial. Os seguros existentes nos contratos de implantação de Sistemas da Linha 5-Lilás são os seguintes: (i) seguro "All Risk", incluindo riscos de engenharia, cobertura por perda ou danos ao patrimônio da Companhia (instalações, materiais e equipamentos, roubo e incêndio) e lucros cessantes; e (ii) Seguro de Responsabilidade Civil - Perda ou dano à propriedade (terceiros). Os seguros existentes no contrato da Linha 17 – Ouro são os seguintes: (i) Seguro de Riscos de Engenharia, com condições da modalidade Obras Civis em Construção e Instalação e Montagem; e (ii) Seguro de Responsabilidade Civil – Obras Civis, para a cobertura de casos que possam demandar sanções indenizatórias, por danos materiais e pessoais involuntariamente causados a terceiros, pessoas e/ou imóveis lindeiros à obra, durante o período de construção até sua total conclusão. Se houver necessidade de consulta de algum documento específico deste item, o mesmo poderá ser consultado diretamente, na via correspondente do Metrô, declinando a respeito e referenciando o documento. A solicitação poderá ser efetuada ao SIC do Metrô – sic@metrosp.com.br.

QUESTÃO 290

Contrato de Concessão: Cláusula 25.2 do Contrato de Concessão: "O gerenciamento e o controle do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO é realizado pelo COMITÊ GESTOR"

De acordo com a cláusula 25.2 do Contrato de Concessão, haverá um Comitê Gestor que cuidará do gerenciamento e controle do Sistema de Arrecadação. Quanto à operação em si do sistema metroviário, existe algum comitê que representantes da Concessionária poderão participar? Caso haja algum problema técnico/operacional, quem é responsável pela tomada das decisões emergências que afetem não só o trecho operado pela Concessionária como outros integrantes do sistema público de transporte, especialmente no que diz respeito a integração com as Linhas 1 e 2 do Metro, e a Linha 9 da CPTM?





007688

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

RESPOSTA 290: A Concessionária integrará o COMITÊ GESTOR e o COMITÊ METROFERROVIÁRIO, nos termos das cláusulas 25.3 e 25.5 do Contrato de Concessão. Na ocorrência de problema técnico/operacional, as decisões emergenciais relativas aos serviços concedidos deverão ser operacionalizadas e imediatamente informadas ao(s) operador(es) do(s) sistema(s) de arrecadação e às outras operadoras do sistema metroferroviário, para juntos buscarem a solução definitiva do problema técnico operacional, devendo, sempre que aplicável, acionar o PAESE, nos termos da Cláusula 40.1.(Ixiv) do Contrato de Concessão e itens 2.8, 2.9 e 2.10 do Anexo I - Diretrizes Operacionais Mandatórias das Linhas.

QUESTÃO 291

Para agilizar o restabelecimento do sistema, em caso de falhas, serão entregues e disponibilizados disjuntores reservas para as subestações retificadoras e primárias?

RESPOSTA 291: Os disjuntores serão entregues conforme relação de sobressalentes do Anexo VIII – Situação Atual da Linha 5 Lilás. Para o trecho atualmente em implantação, na Linha 5, serão disponibilizados sobressalentes, de acordo com o previsto nos contratos de fornecimento, cuja listagem será entregue após a assinatura do Contrato de Concessão.

QUESTÃO 292

Anexos: acesso a dados econômico-financeiro do projeto, saber de premissas de investimentos, despesas operacionais, receitas para melhor avaliar o projeto e quantificar impacto ao balanço das empresas que podem comprar o projeto; além disso, empresas de capital aberto podem comprar o projeto e os acionistas minoritários tem o direito de saber qual nível de rentabilidade esse projeto pode ter se atingir as projeções do governo; transparência e informação, ao contrario o acionista minoritário não poderá argumentar sobre o projeto que o acionista controlador e diretoria.

RESPOSTA 292: As premissas de investimentos, receitas e demanda já foram disponibilizadas no âmbito dos documentos licitatórios. Com relação às premissas de despesas operacionais, seguem abaixo alguns dos principais parâmetros que podem ser utilizados, como referência, e que não possuem qualquer caráter vinculativo, devendo as Licitantes avaliarem, a seu exclusivo critério e risco, as despesas operacionais a serem por elas consideradas para fins de apresentação de suas propostas comerciais: (1) Estimativa de Funcionários das Linhas: 2.000; (2) Operação Linha 5: (i) velocidade comercial dos trens: 38 km/h; (ii) nível de conforto: 6 passageiros por m²; (iii) Km médio percorrido por trem/ano: 4,5 milhões; (3) Operação Linha 17: (i) velocidade comercial dos trens: 38 km/h; (ii) nível de conforto: 6 passageiros por m²; (iii) Km médio percorrido por trem/ano: 1,4 milhões; e (4) Distribuição dos Custos:





007689

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

(i) operação: 50%; (ii) manutenção: 41%; (iii) administração: 7%; (iv) outros custos: 2%.

QUESTÃO 293

Edital: Item 4.8. e 12.2.4.2.

Solicitamos esclarecer se instituição financeira ou assessoria financeira que apresente declaração conforme item 12.2.4.2., se enquadra no disposto no item 4.8. do Edital.

RESPOSTA 293: A instituição financeira ou assessoria financeira mencionada no item 12.2.4.2 é aquela que atenderá o item 12.2.14, não podendo ser LICITANTE, individual ou em consórcio, tampouco ser controladora, controlada ou coligada da LICITANTE para a qual apresentou a declaração do item 12.2.14 ou de qualquer outra LICITANTE.

QUESTÃO 294

Minuta do Contrato: Cláusula 48.

"A Demanda Projetada, apresentada no Edital, não apresenta relevante variação ao longo dos anos, mesmo com o início da operação comercial da FASE II. Pode-se entender que a Demanda Projetada a partir do ano 1 contempla a operação de toda a linha 5 (entre as estações Capão Redondo - Chácara Klabin), inclusive com a estação Campo Belo. O entendimento está correto? Caso afirmativo, como isto deve impactar o compartilhamento de risco de demanda descrito na Cláusula 48, considerando-se que a Demanda Projetada, ao contemplar toda Linha 5 no início da operação, deve ser superior à demanda realizada, considerando-se que as estações em operação devem ser as entre Capão Redondo e Brooklin?"

RESPOSTA 294: O entendimento não está correto. A Demanda Projetada a partir do ano 1, para a Linha 5, será aplicável, para os fins da Cláusula 48, nos estritos termos previstos na Cláusula 48.10, independentemente do momento em que efetivamente a estação Campo Belo entrar em operação comercial. Conforme a Cláusula 48.3, o mecanismo de compartilhamento do risco de demanda terá início com a operação do Trecho Capão Redondo – Chácara Klabin, sem a inclusão da Estação Campo Belo, sendo que o risco de demanda na hipótese de eventual início da Operação Comercial em trecho inferior ao previsto na Cláusula 48.3 será integralmente da Concessionária, observado o mecanismo previsto na Cláusula 20.5.

QUESTÃO 295

Minuta do Contrato: Anexo XXIII

A Demanda Projetada, apresentada no Edital, foi calculada com base no Anexo 23 - Estudo de Demanda. Da análise dos dados de demanda divulgados no primeiro bloco de pedidos de esclarecimentos - questões de 1 a





007690

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

94, conforme publicação no DOE, edição do dia 07/06/2017 relativos ao mês de março de 2017, é possível observar que o valor de demanda diária de 263.708 passageiros, enquanto que a demanda apresentada no Anexo 23 – Estudo de Demanda é de 290.940 passageiros. Esta diferença implica, para o ano de 2017, uma diminuição de 9,4% na demanda diária real comparativamente com a demanda do Anexo 23 – Estudo de Demanda. O fato da demanda real de 2017 ser 9,4% inferior à demanda do Anexo 23 – Estudo de Demanda faz com que o referencial de demanda apresentada no edital seja superior à realidade, não só no ano atual, mas também projetando esse erro para todo o período de concessão. Assim, vimos desta forma perguntar se a demanda projetada apresentada na cláusula 48. Risco de Demanda no edital será revista para corrigir o erro na demanda do ano 2017 e o seu impacto ao longo de todo o período de concessão.

RESPOSTA 295: A Demanda Projetada prevista na Cláusula 48 não será revista, prevalecendo, para os fins da Cláusula 48, sobre qualquer outro dado, inclusive sobre os dados constantes do Anexo 23 ou da aferição da demanda efetiva da linha, em qualquer período.

QUESTÃO 296

Edital: Item 7.1., 8. e Preâmbulo

A VISITA TÉCNICA FACULTATIVA item 8.3 do Edital, foi de acordo com o item 8.5 agendada para o período entre 13 e 22 de junho de 2017, conforme confirmação recebida por correio eletrônico em 07/06/17, sendo a data da última visita posterior a data de encerramento de solicitação de esclarecimentos prevista no item 7.1. do Edital, como esta visita poderá resultar em esclarecimentos conforme previsto no item 8.7.1., solicitamos prorrogação do prazo para recebimento dos Envelopes 1 (Garantia de Proposta e Proposta Comercial) e 2 (Documentos de Habilitação) por um período de 90 (noventa) dias, a contar da data fixada para recebimento dos Envelopes e a consequente reabertura de contagem dos prazos fixados no Edital.

RESPOSTA 296: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Edital.

QUESTÃO 297

Edital: Preâmbulo

Devido a complexidade do escopo de uma Concessão Onerosa cuja demanda de passageiros não encontra similar nos sistemas metroferroviários mundiais, a consequente responsabilidade e dificuldade na elaboração da proposta, as respostas aos pedidos de esclarecimentos assim como os esclarecimentos ainda a serem respondidos, vimos solicitar prorrogação do prazo para recebimento dos Envelopes 1 (Garantia de Proposta e Proposta Comercial) e





007691

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

2 (Documentos de Habilitação) por um período de 90 (noventa) dias, a contar da data para recebimento dos Envelopes fixada no Edital.

RESPOSTA 297: Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de sugestão de alteração do Edital.

QUESTÃO 298

Edital: **Item 6.1.2** "Quando da apresentação da Carta de Credenciamento, ou da Procuração, as LICITANTES deverão apresentar os documentos que comprovem os poderes de representação dos outorgantes, quais sejam: (i) contrato social, devidamente registrado na junta comercial, no caso de sociedades simples e limitadas; (ii) estatuto social, devidamente registrado na junta comercial, no caso de sociedades anônimas, acompanhado: (a) da ata de assembleia de sócios que elegeu a diretoria em exercício, devidamente registrada na junta comercial, no caso de sociedades que não tenham conselho de administração; ou (b) da ata de reunião do conselho de administração que elegeu a diretoria em exercício, devidamente registrada na junta comercial, no caso de sociedades que tenham conselho de administração, juntamente com a ata de assembleia de sócios de eleição do conselho de administração que elegeu a diretoria em exercício, devidamente registrada na junta comercial."

O item 6.1.2 do Edital exige que as licitantes, no momento do credenciamento de seus representantes na licitação, apresentem, para a comprovação dos poderes de representação dos outorgantes, (i) contrato social, no caso de sociedades simples ou limitadas, ou (ii) estatuto social, no caso de sociedades anônimas. Não há, contudo, nenhuma disposição específica a respeito da documentação que deve ser apresentada pelos licitantes constituídos sob a forma de fundos de investimentos, para fins de credenciamento de seus representantes. Como se sabe, os fundos de investimentos, por não serem sociedades empresariais, não são constituídos por tais instrumentos societários (contrato ou estatuto social). Na realidade, de acordo com a Instrução nº 555/2014 da Comissão de Valores Mobiliários, que dispõe sobre "a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento", o documento de representação do fundo é o seu regulamento, necessário para o registro do fundo de investimento no âmbito da CVM. O regulamento é para os fundos, portanto, o documento análogo ao contrato ou estatuto social das sociedades empresariais. Dentre as informações que devem constar do regulamento, elencadas no artigo 44 da referida Instrução Normativa, encontra-se a qualificação do administrador do fundo. Diante de tais considerações, questiona-se: poderiam os fundos de investimentos participantes da licitação apresentar, para fins de credenciamento de seus representantes na sessão pública de abertura de envelopes e demais atos da licitação, o respectivo





007692

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

regulamento do fundo, e o contrato ou estatuto social do administrador do fundo?

RESPOSTA 298: Para fins de credenciamento, os Fundos de Investimento deverão apresentar os documentos elencados nos item 13.3.1, (iv), (a) a (f).

QUESTÃO 299

Edital: **Item 13.3.1, IV, “h”** 13.3.1 As LICITANTES deverão apresentar: (iv) no caso de fundo de investimento, os seguintes documentos: (h) demonstração do administrador do fundo de que há instrumentos particulares de compromisso de investimento firmados entre os cotistas e o fundo, nos termos do artigo 2º, parágrafo 5º da Instrução CVM n.º 391, de 16 de Julho de 2003, se o caso.

O item 13.3.1, IV, “h” exige que os fundos de investimento apresentem, para fins de habilitação jurídica, “demonstração do administrador do fundo de que há instrumentos particulares de compromisso de investimento firmados entre os cotistas e o fundo”. A este respeito, esclarece-se que as Instruções da Comissão de Valores Mobiliários (i) nº 400/2003, que dispõe sobre “as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos mercados primário ou secundário”, e (ii) nº 476/2009, que dispõe sobre “as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos”, exigem a emissão de anúncio de encerramento da distribuição, após encerrada a oferta. Nos termos do Anexo V da referida Resolução, este anúncio deve, dentre outras coisas, identificar o ofertante e a quantidade, espécie, classe, forma e preço dos valores mobiliários distribuídos. Tendo isso em vista, e considerando-se que o anúncio de encerramento é um documento público, registrado na CVM, entendemos que, no caso de fundos de investimento, o requisito constante da Cláusula 13.3.1, IV, “h” estaria cumprido mediante a apresentação de declaração do Administrador do Fundo de que há instrumentos particulares de compromisso de investimento firmados entre os cotistas e Fundo, conjuntamente com a apresentação do Anúncio de Encerramento. Esse entendimento está correto?

RESPOSTA 299: O entendimento está correto.

QUESTÃO 300

Edital: “Itens 13.3.1, IV, “h” e 16.7

“13.3.1 As LICITANTES deverão apresentar: (iv) no caso de fundo de investimento, os seguintes documentos: (h) demonstração do administrador do fundo de que há instrumentos particulares de compromisso de investimento firmados entre os cotistas e o fundo, nos termos do artigo 2º, parágrafo 5º da Instrução CVM n.º 391, de 16 de Julho de 2003, se o caso.”

“16.7 Valendo-se eventual Fundo de Investimento consorciado da faculdade prevista no item 13.3.1, inciso IV, alínea “h”, deste EDITAL, a





007693

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

ADJUDICATÁRIA deverá comprovar a realização da integralização do Compromisso de Investimento firmado entre os cotistas e o Fundo.”

O item 13.3.1, IV, “h” exige, para fins de habilitação jurídica, que os fundos de investimento comprovem a existência de instrumentos particulares de compromisso de investimento firmados entre os cotistas e o fundo, os quais, nos termos do item 16.7 do Edital, devem ser integralizados caso o licitante seja declarado vencedor do certame, previamente à assinatura do contrato.

Tendo em vista que o Edital não explicita qual o montante dos investimentos que devem ser integralizados para o cumprimento deste requisito editalício, um dos possíveis entendimentos decorrentes da leitura do item 16.7 do Edital é a exigência de integralização da totalidade dos compromissos de investimentos do fundo, como condição para a assinatura do contrato de concessão. No entanto, entendemos que essa interpretação não é a correta, tendo em vista que (i) é inviável exigir a integralização dos compromissos de todos os cotistas do fundo, sobretudo no caso dos fundos de maior porte; e que (ii) os investimentos a serem integralizados pelos cotistas do fundo podem ser muito maiores do que o montante de recursos necessários para o cumprimento das obrigações estabelecidas no Contrato de Concessão. Tal concepção deriva do fato de que a participação na SPE será apenas um dos investimentos a ser realizado pelo fundo. Desse modo, exigir a integralização da totalidade dos compromissos implicaria na realização de chamada de capital desproporcional e desnecessária, frente ao investimento requerido na Concessão. Logo, a consequência é que Fundos de Investimento e Participações acabarão por não participar do certame, pois não são autorizados pela regulamentação da CVM a realizar a chamada de capital sem uso e destinação específica. Como se pode perceber, essa interpretação tornaria a cláusula demasiadamente restritiva, podendo ser considerada indevida pelos órgãos de controle.

Ademais, o requisito para contratação de Fundos de Investimento seria superior ao exigido no próprio Edital para fins de qualificação econômico-financeira, quando comparado às exigências impostas aos demais licitantes. A rigor, a partir do momento em que se afere a qualificação econômico-financeira e que o Fundo de Investimento (ou consórcio que contenha fundo de investimento) cumpre os demais requisitos previstos no Edital, não existe justificativa para se exigir a integralização de todos os compromissos de investimento, o que denota a incompatibilidade de tal exigência com o princípio da isonomia, que deve nortear o certame.

Um segundo entendimento decorrente da leitura do item 16.7 do Edital, é de que o que se exige é a integralização dos compromissos de investimentos do fundo tão somente no montante do capital social mínimo da SPE antes da assinatura do Contrato de Concessão. Este entendimento é muito mais lógico e adequado do que a interpretação anterior. Em primeiro lugar, limitar a





007694

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

exigência da integralização dos compromissos de investimentos ao montante do capital social mínimo da SPE evita que se imponha à futura concessionária obrigação excessivamente onerosa, desnecessária e desproporcional, que vai além dos próprios requisitos de qualificação econômico-financeira exigidos pelo Edital.

Além disso, tal interpretação é muito mais adequada à própria lógica do Edital. Veja-se que o instrumento convocatório, ao exigir que a adjudicatária constituída sob a forma de fundo de investimento integralize os compromissos de investimentos firmados com os seus cotistas, previamente à assinatura do contrato de concessão e como condição para tal, pretende assegurar que a adjudicatária tenha recursos financeiros suficientes para constituir a SPE e aportar o capital necessário para que a concessionária dê cumprimento às suas obrigações contratuais. Se é esta a lógica da exigência contida no Edital, é suficiente, para que tal finalidade seja plenamente atendida, que o fundo integralize os seus compromissos de investimentos apenas no momento do capital social mínimo a ser integralizado na SPE.

Diante do exposto, entendemos que a exigência prevista no item 16.7 do Edital refere-se à comprovação da efetiva integralização de seus compromissos de investimentos no limite do capital social mínimo exigido pelo Contrato para a SPE. Esse entendimento está correto?

RESPOSTA 300: O item 13.3.1, IV, "h", é aplicável apenas na hipótese de exercício, pela Licitante, da faculdade de comparecer à licitação sem ter realizado a integralização do compromisso de investimento celebrado pelos cotistas. Conforme o item 13.5.3 do Edital, os Licitantes deverão comprovar que detêm patrimônio líquido de, no mínimo, R\$ 27.815.170,27 (vinte e sete milhões, oitocentos e quinze mil, cento e setenta reais e vinte e sete centavos), na data-base de 01/02/2017, valor este que, no caso de fundos de investimento, conforme o item 13.5.10, poderá ser comprovado por meio do balanço patrimonial do fundo de investimento ou, facultativamente, pelo balanço patrimonial de seus cotistas, proporcionalmente à participação de cada cotista no fundo de investimento, com base no valor total subscrito, apurado mediante a apresentação de Anúncio de Encerramento de Oferta. Valendo-se, portanto, o fundo de investimento da faculdade prevista no item 13.3.1, IV, "h", e não podendo o próprio fundo de investimento comprovar o atingimento do patamar exigido de patrimônio líquido em seu próprio balanço patrimonial, deverá, conforme previsto no item 16.7 do Edital, comprovar a realização da integralização do Compromisso de Investimento firmado entre os cotistas e o Fundo, até alcançar o valor de R\$ 27.815.170,27 (vinte e sete milhões, oitocentos e quinze mil, cento e setenta reais e vinte e sete centavos), na data-base de 01/02/2017.





007695

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

QUESTÃO 301

Edital: Itens 16.2.(i) e 16.8: "16.2. Até 1 (um) dia útil antes da data prevista para assinatura do CONTRATO, a ADJUDICATÁRIA deverá comprovar ao PODER CONCEDENTE que: (i) constituiu a SPE, observado o disposto no item 17, apresentando o respectivo instrumento de constituição, com a correspondente certidão da JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo) e inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);"

"16.8. Caso a ADJUDICATÁRIA seja uma LICITANTE individual, antes da celebração do CONTRATO, para atender ao disposto no item 16.2(i), deverá alterar o seu estatuto ou contrato social, ou criar subsidiária integral, mantendo o mesmo controle acionário pré-existente à constituição da empresa."

"O Edital exige que a licitante vencedora constitua Sociedade de Propósito Específico, previamente à celebração do contrato de concessão. No caso de licitante individual, o item 16.8 estabelece que esta SPE poderá ser constituída, por meio da (i) alteração do estatuto ou contrato social da licitante, ou da (ii) criação de subsidiária integral. Ocorre que tais hipóteses não são aplicáveis aos fundos de investimentos que participem individualmente da licitação. Em primeiro lugar, porque os fundos de investimentos não são sociedades empresariais, mas uma "comunhão de recursos, constituído sob a forma de condomínio, destinado à aplicação em ativos financeiros" (cf. art. 3º da Instrução CVM nº 555/2014), o que os impede de executar o contrato de concessão, ainda que mediante alteração do seu regulamento. Além disso, os fundos de investimentos também não podem constituir subsidiária integral, uma vez que, nos termos do artigo 251 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), considera-se subsidiária integral a companhia cujo único acionista é uma empresa brasileira (o que não é o caso do fundo de investimento). Assim, para que o Edital se coadune com a natureza jurídica dos fundos de investimentos que desejam participar da licitação, solicita-se esclarecimento quanto à permissão de que, caso a licitante vencedora seja fundo de investimento que tenha participado individualmente do certame, aceite-se, para os fins de cumprimento do disposto no item 16.8 do Edital, a constituição da SPE sob a forma de uma empresa subsidiária ou de sociedade por ações."

RESPOSTA 301: O entendimento está correto.

QUESTÃO 302

Anexo XXI: Cláusula III, item 110 "III. TIPIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES (...) 110 - Contratar qualquer terceiro que tenha figurado como LICITANTE na LICITAÇÃO, que tenha sido desabilitado, desclassificado ou vencido na LICITAÇÃO"

"A Cláusula III do Anexo XXI, tipifica as infrações contratuais e define as respectivas sanções a serem aplicadas pelo Poder Concedente em desfavor da concessionária. O item 110 inclui no rol destas infrações, a proibição de





007696

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

"contratar qualquer terceiro que tenha figurado como LICITANTE na LICITAÇÃO, que tenha sido desabilitado, desclassificado ou vencido na LICITAÇÃO" conduta esta cuja constatação ensejaria a aplicação de multa no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). Ocorre que, além da descrição genérica da conduta e do altíssimo valor da multa prevista, não foi estabelecido um limite temporal para a vedação constante do item 110. Ou seja, a princípio, a concessionária estaria vedada de contratar qualquer participante da licitação por todo o prazo da concessão. Uma interpretação restrita do dispositivo está na contramão das tendências modernas do instituto da concessão, cuja lógica consiste em confiar a execução do projeto àquele com maior capacidade de gerenciar o empreendimento em sua totalidade, o que inclui a contratação de empresas qualificadas para realizarem partes específicas do objeto da concessão. Assim sendo, solicita-se esclarecimento a respeito de qual a limitação temporal da vedação constante do item 110 do Anexo XXI do Contrato."

RESPOSTA 302: A Cláusula 63.6 e o Anexo XXI, item III, subitem 110 ficam alterados, conforme Errata publicada.

QUESTÃO 303

MINUTA DO CONTRATO: CLÁUSULA 6.12. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar sistema de gestão de qualidade, em conformidade com a Norma NBR ISO 9001, nos processos de operação, e obter sua certificação por organismo certificador acreditado pelo INMETRO, no prazo de até 3 (três) anos, contado do início da OPERAÇÃO COMERCIAL plena de cada LINHA, mantendo esta certificação durante todo o prazo da CONCESSÃO. CLÁUSULA 6.19. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar sistema de gestão de qualidade, em conformidade com a Norma NBR ISO 9001, nos processos de manutenção, e obter sua certificação por organismo certificador acreditado pelo INMETRO, no prazo de até 3 (três) anos, contado do início da OPERAÇÃO COMERCIAL plena de cada LINHA, mantendo esta certificação durante todo o prazo da CONCESSÃO. Questão A. Entendemos que os requisitos para os organismos certificadores que prestarão auditoria e certificação do sistema de gestão de operação e manutenção deverão estar em conformidade com a norma ISO 17000? O entendimento está correto? Questão B. Com base no descrito nas cláusulas, entendemos que o organismo certificador que propuser realizar este serviço à CONCESSIONARIA, deverá apresentar previamente sua acreditação. O entendimento está correto? Questão C1. Nos casos de empresas atuantes no mercado estrangeiro, a certificação a ser apresentada poderá ter sido acreditada por órgãos no exterior equivalentes ao INMETRO. O entendimento está correto? Questão C2. O organismo certificador deverá ser acreditado referente a





007697

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

sistemas metro-ferroviários de passageiros? D. Qual a experiência mínima de desempenho a ser comprovada pelo organismo certificador acreditado?

RESPOSTA 303: A, B, C1, C2 e D. O entendimento está correto. Após decorridos 3 anos de operação comercial plena de cada linha, a Concessionária deverá obter a certificação ISO 9001, nos processos de gestão de operação e de manutenção, exigida pelo Contrato, conforme procedimentos usualmente adotados. As exigências relacionadas ao organismo certificador já foram previstas na cláusula 6.12 do Contrato de Concessão.

QUESTÃO 304

MINUTA DO CONTRATO: CLÁUSULA 10.7.2. A CONCESSIONÁRIA por sua vez: (ii) contratará, nos termos do procedimento previsto nas Cláusulas abaixo, AUDITOR INDEPENDENTE que atuará como agente técnico para apoio à avaliação dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO pela CONCESSIONÁRIA, incluindo as atividades de perícia de engenharia para avaliar as condições de recebimento da infraestrutura, bens e equipamentos relacionados à CONCESSÃO, além da identificação de eventuais vícios, defeitos, passivos e quaisquer outras não-conformidades dos equipamentos, dos sistemas, das instalações e/ou de quaisquer outros bens relacionados à CONCESSÃO, até o recebimento, pela CONCESSIONÁRIA, de toda a INFRAESTRUTURA EXISTENTE e da INFRAESTRUTURA EM IMPLANTAÇÃO.

Entendemos que o desempenho do escopo de trabalho do AUDITOR INDEPENDENTE deverá ser baseado nas seguintes normas: EN 50126 / IEC 62278 Aplicações Ferroviárias - A especificação e demonstração de confiabilidade, disponibilidade, manutenção e segurança (RAMS). EN 50128 / IEC 62279 Aplicações ferroviárias - Sistemas de comunicação, sinalização e processamento - software para controle e proteção de sistemas ferroviários. EN 50129 / IEC 62425 Aplicações Ferroviárias - Sistemas de comunicação, sinalização e processamento - sistemas eletrônicos de segurança do sistema de sinalização. EN 50159 / IEC 62280 Aplicações Ferroviárias - Sistemas de comunicação, sinalização e processamento - comunicação relacionada com a segurança em transmissão fechada / aberta.

O entendimento está correto?

RESPOSTA 304: O AUDITOR INDEPENDENTE, exercerá suas atividades em apoio e sob coordenação do Poder Concedente e deverá analisar o estado dos ativos que compõem os bens a serem concedidos, incluindo as edificações, o material rodante, a via permanente, os sistemas de energia, de sinalização, de telecomunicações, Centro de Controle Operacional (CCO), auxiliares, eletromecânicos, eletrônicos, os veículos de manutenção, os equipamentos dos pátios, os sobressalentes, os dispositivos especiais de manutenção, a documentação técnica, os softwares, apontando as não conformidades físicas





007698

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

e funcionais, com o objetivo de entrega formal à Concessionária. A análise de segurança e certificação de segurança dos sistemas de sinalização, freios e portas dos trens de ambas as linhas, seguindo as normas EN 50126, EN 50128 e EN 50129 e suas equivalentes IEC, não fazem parte do escopo do AUDITOR INDEPENDENTE, pois deverão ser contratadas pelo Metrô, que é o responsável pelo fornecimento dos sistemas de sinalização, portas e freios dos trens. O AUDITOR INDEPENDENTE deverá ainda assessorar o Poder Concedente: (i) no registro e tratamento de não conformidades apontadas nos bens integrantes da Concessão e gerados durante os testes de aceitação (comissionamentos); (ii) na análise da capacitação dos empregados da Concessionária para assumir as atividades de operação e manutenção; e (iii) na verificação da documentação necessária ao início da operação pela Concessionária, por exemplo: licenças ambientais, licença de operação, AVCBs, Alvarás de Funcionamento e Certificações de Segurança.

QUESTÃO 305

MINUTA DO CONTRATO: CLÁUSULA 10.7.6. O AUDITOR INDEPENDENTE deverá atender os seguintes requisitos: (i) ter comprovadamente executado serviços de características semelhantes em empreendimentos ou projetos de infraestrutura de porte compatível com o objeto da CONCESSÃO; (ii) apresentar plano de trabalho demonstrando a metodologia a ser aplicada na condução dos trabalhos de avaliação dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO.

Considerando a licitação envolver dois sistemas complexos de transporte de passageiros diferentes (sistema metroviário e sistema de monotrilho), para atendimento à cláusula acima, entendemos que:

Questão A. O AUDITOR INDEPENDENTE deverá apresentar pelo menos as seguintes referências como organismo certificador acreditado:

- Certificação de um Sistema de Sinalização para um sistema ferroviário
- Certificação de aspectos de segurança abrangentes do sistema e conceitos de segurança para um sistema ferroviário, inclusive Sistema de Operação Driveless.

- Certificação de vários subsistemas técnicos de sistema ferroviário

Questão B. O AUDITOR INDEPENDENTE deverá estar apto a apresentar as seguintes MINUTA DO CONTRATO creditações:

- Acreditação como organismo de certificação de acordo com EN45011 para a certificação de produtos nos campos de sistemas e componentes da tecnologia ferroviária

- Acreditação como organismo de controle do tipo A de acordo com a norma EN ISO / IEC 17020 no domínio da tecnologia ferroviária

Questão C. O AUDITOR INDEPENDENTE deverá apresentar as seguintes aprovações:





007600

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

- Aprovação como Organismo Especializado de Inspeção de Aparelhos Eletrotécnicos e de Material Circulante.
- Aprovação como Organização de Peritos para a inspeção dos sistemas de proteção e sinalização de sistemas metro-ferroviários

PERGUNTA: Os entendimentos acima estão corretos?

RESPOSTA 305: Os entendimentos acima não estão corretos. Será exigido o atendimento, pelo Auditor Independente, exclusivamente dos requisitos previstos nas Cláusulas 10.7.6 a 10.7.10 do Contrato.

QUESTÃO 306

Por gentileza, poderiam tirar uma dúvida? Eu gostaria de saber se, considerando que a licitação da Linha 5 foi adiada, há possibilidade de que, ainda agora, sejam enviados pedidos de esclarecimentos a respeito do edital correspondente.

RESPOSTA 306: Sim. Nos termos do item 7.1 do Edital, qualquer interessado poderá encaminhar solicitação de esclarecimentos e informações sobre a licitação até 10 (dez) dias úteis antes da data fixada para a Sessão Pública de abertura da licitação, ou seja, até dia 13/09/2017.

QUESTÃO 307

Contrato de Concessão: Reposta dada à Questão 35: Cláusula 40. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA. Entendemos que o pagamento do IPTU das Estações, Pátios e demais instalações, bem como o pagamento do IPVA, licenciamentos de veículos operacionais e taxas municipais de inspeção das escadas rolantes e elevadores que são de propriedade do Metrô e serão concedidos à Concessionária, serão de responsabilidade da Concessionária. Está correto o nosso entendimento? **RESPOSTA 35:** O entendimento está correto. O pagamento do IPTU das Estações, Pátios e demais instalações, bem como o pagamento do IPVA, licenciamentos de veículos operacionais e taxas municipais de inspeção das escadas rolantes serão de responsabilidade da Concessionária.

"Na resposta dada pela Comissão à questão 35 antes formulada, foi dito que "O pagamento do IPTU das Estações, Pátios e demais instalações, bem como o pagamento do IPVA, licenciamentos de veículos operacionais e taxas municipais de inspeção das escadas rolantes serão de responsabilidade da Concessionária" Pergunta-se: qual o custo do IPTU das Estações, Pátios e demais instalações mencionadas em tal resposta?

RESPOSTA 307: Os valores estimados (exercício de 2017), para pagamento de IPTU, são: (i) R\$ 6.719.491,04, para Linha 5; e (ii) R\$ 632.640,60, para a Linha 17.





007700

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

QUESTÃO 308

Edital: 4.2. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da LICITAÇÃO ou da execução do CONTRATO, pessoa que tenha sido nos últimos 6 (seis) meses servidor ou dirigente do órgão/entidade contratante/responsável pela LICITAÇÃO, nos termos do artigo 9º, inciso III, e §3º, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

4.2.1. Considera-se participação indireta, para fins desta LICITAÇÃO, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre servidor ou dirigente do órgão/entidade contratante/responsável pela LICITAÇÃO e a LICITANTE ou o GRUPO ECONÔMICO da LICITANTE.

"Pergunta-se: No item 4.2. do Edital, ao se reportar à participação na execução do CONTRATO, buscasse impedir que a Concessionária contrate, durante a vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO, pessoas que tenham tido vínculos com o Metrô nos 6 (meses) que antecederam a publicação do Edital, inclusive ex-funcionários/empregados?"

RESPOSTA 308: O entendimento não está correto. A interpretação correta do item 4.2 do Edital é a de que ele impõe uma espécie de "quarentena" aos servidores ou dirigentes do órgão/entidade contratante/responsável pela Licitação, vedando que participem da Licitação, direta ou indiretamente, quaisquer pessoas que tenham sido, nos últimos 06 (seis) meses contados da data da publicação do Edital, servidores ou dirigentes destes órgãos/entidades, e, adicionalmente, vedando que participem da execução do Contrato, direta ou indiretamente, servidores ou dirigentes destes órgãos/entidades que tenham, nos últimos 06 (seis) meses, atuado de qualquer forma no Contrato de Concessão, em sua gestão, execução ou tomada de decisões.

QUESTÃO 309

Edital: Item 5.4. do Edital: "Os ENVELOPES contendo: (1) GARANTIA DE PROPOSTA E PROPOSTA COMERCIAL e (2) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, serão recebidos na sessão pública que será realizada em local, dia e hora dispostos no preâmbulo deste EDITAL, devidamente fechados, opacos e inviolados, rubricados sobre seu fecho pelos representantes legais e identificados, em sua parte externa, da seguinte forma:"

Entendemos que a rubrica sobre o fecho poderá ser realizada pelo representante credenciado ou por representante legal da empresa líder, em caso de consórcio. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 309: O entendimento está correto.

QUESTÃO 310

Anexo XI do Edital: 2.5.2. A Concessionária deverá iniciar ocupação de todos





007701

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

os postos operacionais em todas as estações, CCO, postos do tráfego e da segurança pública, a partir do primeiro dia da Prática Operacional Supervisionada.

Entendemos que quando da ocupação das Linhas pela Concessionária, o CCO da Estação Vergueiro estará munido de todas as informações de monitoramento e operacionais contidos no CCO da Linha 5 e da Linha 17. Esse entendimento está correto?

RESPOSTA 310: O entendimento está parcialmente correto. Para a Linha 5, as informações de monitoramento e operacionais são as constantes do Anexo XVIII. Na Linha 17 não haverá prática operacional supervisionada. A implantação será feita pela Concessionária. As informações de monitoramento e operacionais da Linha 17 - Ouro que serão disponibilizadas no CCO – Vergueiro encontram-se em estudo final e serão informadas à Concessionária após a assinatura do Contrato de Concessão.

QUESTÃO 311

Anexo VIII, do Edital: Descrição da Situação Atual da Linha 5: Item 9: Sinalização atual na linha 5

Solicitamos informação (descrição e situação) do equipamento de sinalização de via instalado para operação em GoA2, da Bombardier na linha 5. Um desenho com o leiaute da via, indicando os elementos, seria essencial para poder com clareza o sistema.

RESPOSTA 311: O sistema de sinalização que permite a operação em GoA2 é o CITYFLO 650 da Bombardier, conforme consta do Anexo IX, Volume 2, cuja arquitetura e elementos básicos estão descritos no item 3.3 deste mesmo anexo.

QUESTÃO 312

Anexo VIII, do Edital: Descrição da Situação Atual da Linha 5: N/A - Sistema de alimentação de subestações

Solicitamos informação da configuração na alimentação das subestações de energia de tração (catenária). Solicitamos informar se estas se encontram interconectadas entre si em corrente contínua (Conexão em PI) e se possuem um sistema de desconexão mediante desligamento para desconecta-las da rede de DC em caso de falha de um dos feeders.

RESPOSTA 312: As subestações retificadoras adjacentes são interligadas através de alimentadores conectados em cada extremidade de tramo elétrico da rede aérea (configuração double-end feed with longitudinal coupling). As subestações retificadoras possuem elementos de manobra (seccionadoras de isolamento) a jusante dos alimentadores (disjuntores DC), permitindo a desconexão em relação à rede aérea.





007702 e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

QUESTÃO 313

Anexo VIII, do Edital: Descrição da Situação Atual da Linha 5: Item 9: Arquitetura atual do sistema CBTC Bombardier

Solicitamos informação da arquitetura do equipamento onboard (2oo2 o 2oo3) instalado pela Bombardier nas unidades de material rodante (CAF e Alstom).

RESPOSTA 313: As informações referentes ao sistema de sinalização estão contidas no item 3.3.1 do Volume 2, do Anexo IX.

QUESTÃO 314

Anexo VIII, do Edital: Descrição da Situação Atual da Linha 5: N/A - Edifícios técnicos.

Solicitamos informar o número de edifícios técnicos que deverão ser mantidos durante o período de concessão, assim como a superfície e instalações/equipamentos dos mesmos.

RESPOSTA 314: Todas as instalações da Linha 5 devem ser mantidas pela Concessionária, inclusive os equipamentos instalados em áreas do Metrô. Observar, especialmente, as informações contidas nos Anexos VIII e IX do Edital.

QUESTÃO 315

Anexo VIII, do Edital: Descrição da Situação Atual da Linha 5: N/A - Portas de plataforma e CBTC

Depois da visita realizada e vendo como os trens da linha 5 circulam em GoA3, gostaríamos de conhecer o planejamento de instalação do sistema de portas de plataforma, necessários para um upgrade ao GoA4, assim como as atividades pendentes por parte da Bombardier, no tocante a instalação do sistema CBTC na infraestrutura do novo trecho de extensão da linha 5 e a instalação do CBTC onboard tanto nos trens CAF como nos Alstom.

RESPOSTA 315: Os trens da Linha 5 circulam em GoA2 e para a operação em GoA3, além da instalação das portas de plataforma nas estações, outras ações são necessárias, como por exemplo, a implantação de sistema que detecte obstáculos na via. Para operar em GoA4 é necessário, por exemplo, integrar o sistema de vídeo-vigilância, comunicação e informação aos passageiros dos trens com o centro de controle, função esta não prevista para a Linha 5 – Lilás, além de outras funcionalidades previstas em normas técnicas. Os cronogramas de implantação das portas de plataforma (PSD), do CBTC de via e do sistema *onboard* nos trens CAF e ALSTOM serão fornecidos após a assinatura do contrato de concessão.

QUESTÃO 316

Considerando o Comunicado-Errata publicado no Diário Oficial no dia





007703 e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

29.06.2017 informando, com fundamento no item 7.6 do Edital, a alteração da data da sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes da Concorrência Internacional nº. 002/2016 para o dia 28.09.2017, entendemos que os prazos para o período de visita técnica e solicitação de esclarecimentos foram igualmente prorrogados. Está correto esse entendimento? Caso positivo, solicitamos informar os novos prazos para o período de visita técnica e solicitação de esclarecimentos.

RESPOSTA 316: Sim, está correto o entendimento. Nos termos do item 7.1 do Edital, qualquer interessado poderá encaminhar solicitação de esclarecimentos e informações sobre a licitação até 10 (dez) dias úteis antes da data fixada para a Sessão Pública de abertura da licitação, ou seja, até dia 13/09/2017. Com relação ao agendamento de visita técnica, informamos que se encontra disponível a possibilidade de agendar realização de visitas técnicas por todo o período de divulgação do Edital, desde o dia 05/04/17 e, agora, até o dia 28/09/2017, no horário das 09h00m às 12h00m e das 13h30m às 16h30m (item 8.5 do Edital). Lembrando apenas que 28/09/2017, às 14:00hs, ocorrerá a sessão pública para recebimento das propostas.

5º BLOCO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS DE 317 A 323

QUESTÃO 317

No Anexo XII, Cláusula 2, do EDITAL, está dito que: "2. A CONCESSIONÁRIA terá como responsabilidade a manutenção e conservação desses terminais, cuja assunção se dará ao final da FASE Pré-Operacional constante da minuta do CONTRATO."

"Intercorrências ocorridas nos mencionados terminais terão impacto negativo nos índices de desempenho da Concessionária? Sendo positiva a resposta, como será mensurada a responsabilidade da Concessionária tendo em vista que operação dos terminais não será realizada pela Concessionária?"

RESPOSTA 317: Intercorrências relacionadas à operação do terminal não terão impacto nos índices de desempenho. Para os índices de desempenho, são avaliados somente aspectos como limpeza e manutenção e nos termos do Anexo II, item 6.

QUESTÃO 318

Na vossa resposta ao pedido de esclarecimento de número "Questão 304" em relação a análise de segurança dos sistemas das Linhas 5 e 17 foi informado o seguinte : " A análise de segurança e certificação de segurança dos sistemas de sinalização, freios e portas dos trens de ambas as linhas, seguindo as normas EN 50126, EN 50128 e EN 50129 e suas equivalentes IEC, não fazem parte do





007701

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2018

escopo do AUDITOR INDEPENDENTE, pois deverão ser contratadas pelo Metrô, que é o responsável pelo fornecimento dos sistemas de sinalização, portas e freios dos trens". A respeito gostaríamos receber os seguintes esclarecimentos que afetam a segurança das operações das linhas em objeto da concessão: Questão 1 - Será aberto um edital em separado por parte do METROSP para contratação das supracitadas análises de segurança conforme as EN/IEC ? Questão 2 - Em caso positivo, quando este edital será aberto? Questão 3 - A concessionária receberá antes do início das suas operações os resultados das análises de segurança a ser contratados pelo metroSP?

RESPOSTA 318: Questão 1) Não. As análises de segurança e suas respectivas certificações já foram contratadas pelo Metrô junto com o fornecimento dos sistemas (Material Rodante e Sinalização). Questão 2) Não aplicável. Questão 3) A concessionária receberá, antes do início das suas operações, as certificações de segurança resultantes das análises de segurança já contratadas pelo Metrô.

QUESTÃO 319

Edital - 12.2. A PROPOSTA COMERCIAL deverá ainda conter: 12.2.4. Declaração de instituição financeira ou de assessoria financeira, nacional ou estrangeira, atestando, conforme modelo constante do ANEXO XXXV, que: (...)

Entendemos que não é necessário o reconhecimento de firma da declaração de instituição ou de assessoria financeira exigida nos termos do item 12.2.4 do Edital, bastando a apresentação da via original assinada, acompanhada da documentação que comprova poderes de representação da instituição ou assessoria financeira. Nosso entendimento está correto? Com efeito, aludida declaração reflete valores constantes da Proposta Comercial, a qual constitui um documento sigiloso nos termos do parágrafo 3º do artigo 3º da Lei n. 8.666/93, e o reconhecimento de firma da assinatura do subscritor da declaração tornaria a Proposta Comercial, indiretamente, acessível à terceiros, podendo ensejar a devassa do sigilo da Proposta Comercial.

RESPOSTA 319: O entendimento está correto.

QUESTÃO 320

Edital - 12.2.4.1. A LICITANTE deverá demonstrar de forma inequívoca, por meio de documento (atestados, declarações e outros), a experiência da instituição financeira, ou da assessoria financeira, na estruturação financeira de empreendimentos e, em especial, na área de infraestrutura, na modalidade de "project finance" ou outras formas de mobilização de recursos de longo prazo, envolvendo ao menos R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) de investimentos.





007705

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

Entendemos que um atestado emitido por uma associação que represente as entidades dos mercados financeiro e de capitais demonstrando a experiência da instituição ou assessoria financeira na estruturação financeira de empreendimentos e, em especial, na área de infraestrutura, na modalidade de "project finance" ou outras formas de mobilização de recursos de longo prazo, é suficiente para cumprir a exigência contida no item 12.2.4.1 do Edital. Nosso entendimento está correto? Caso negativo, favor especificar quais outros documentos complementares que deveriam ser apresentados para o atendimento do Item 12.2.4.1 do Edital.

RESPOSTA 320: Não está correto, a instituição financeira ou assessoria deverá apresentar atestados, declarações e outros documentos emitidos por cliente ao qual realizou estruturação financeira de empreendimentos e, em especial, na área de infraestrutura, na modalidade de "project finance" ou outras formas de mobilização de recursos de longo prazo, envolvendo ao menos R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) de investimentos.

QUESTÃO 321

Edital - 13.3.1. As LICITANTES deverão apresentar: (ii) no caso de sociedades por ações e sociedades limitadas, documentos devidamente registrados de eleição dos seus administradores e, no caso de sociedades por ações, das respectivas publicações na imprensa;

(...)

13.5.1. Os documentos a seguir listados devem ser apresentados por LICITANTE individual ou cada empresa participante de CONSÓRCIO:

(iii) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Serão considerados exigíveis na forma da lei:

(b) sociedades anônimas fechadas deverão apresentar os balanços aprovados e publicados; e

As publicações exigidas pela Lei Federal nº 6.404/1976 deverão ser veiculadas no diário oficial e em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia. Ou seja, as companhias deverão publicar seus atos societários em dois jornais diferentes. Por sua vez, o edital exige apenas que os Licitantes apresentem os documentos devidamente "publicados". Entendemos que, para fins de habilitação, será suficiente a apresentação de cópia de publicação de apenas um dos veículos mencionados na lei das sociedades anônimas. A apresentação de apenas uma das publicações diminuiria a quantidade de documentos que deve ser apresentados sem, contudo, prejudicar a apreciação das condições de habilitação do Licitante. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 321: O entendimento está correto.





007706

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

QUESTÃO 322

Anexo I - Diretrizes Operacionais Mandatórias

8.1. Em condições normais de operação, a movimentação dos trens deverá ser realizada de modo automático com operador na cabine no caso da Linha 5 (grau de automação GoA2, STO – Semi Automated Train Operation), e no modo automático sem operador na cabine no caso da Linha 17 (grau de automação GoA3, DTO – Driverless Train Operation), conforme IEC-62290.

Na resposta à questão 48 antes formulada, foi respondido o seguinte: “A linha 17 está especificada com grau de automação GoA3, DTO- Driverless Train Operation.”, Porém nas respostas das questões 253 e 256 foi especificado que o Material Rodante e Portas de Plataformas serão entregues preparados para operação em GOA4.

- RESPOSTA 253: O material rodante da Linha 17 – Ouro será entregue preparado para operar em UTO, conforme especificação.

- RESPOSTA 256: Questão A: As Portas de Plataforma da Linha 17 – Ouro – Trecho 1 - serão entregues preparadas para a operação em UTO.

Com isto solicitamos os seguintes esclarecimentos adicionais:

Questão 1 - Qual é o grau de automação do sistema de sinalização que será implantado na Linha 17 ?

Questão 2 - Existirá integração entre os sistemas de vídeo-vigilância, comunicação e informação aos passageiros dos trens com o centro de controle na linha 17 suficiente para operação em GOA4 (UTO)?

Questão 3 - Quais são os principais up-upgrades necessários para a operação em modo GOA4 (UTO)?

RESPOSTA 322: Questão 1: Deverá ser considerado o grau de automação GoA3 - DTO- Driverless Train Operation na condição inicial de operação, descrita no Anexo XVIII do edital e GoA4 - UTO- Unattended Train Operation na condição de disponibilidade funcional plena. Questão 2: Somente na condição de disponibilidade funcional plena. Questão 3: Não aplicável, considerando que após a disponibilidade funcional plena para o concessionário, nenhum up-grade será necessário para a operação em modo GoA4 (UTO).

QUESTÃO 323

Anexo XXI - Item 83 da tabela

Descumprir as obrigações tributárias e trabalhistas decorrentes de sua atividade, bem como aquelas previstas no Contrato

É de amplo conhecimento de que algumas obrigações tributárias e trabalhistas têm sua exigibilidade constantemente discutidas em instâncias judiciais e administrativas, razão pela qual o Poder Concedente não poderia, de forma unilateral, determinar se dada conduta é irregular ou não. Dessa forma,





007707 e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

entendemos que as seguintes circunstâncias impedem o enquadramento da conduta da Concessionária como infração administrativa para fins de aplicação de sanção com base no item 83: a) existência de posicionamento de instâncias judiciais ou administrativas reconhecendo que a prática da Concessionária não configura nenhuma irregularidade; e b) a suspensão da exigibilidade de obrigações tributárias ou trabalhistas eventualmente concedidos em processos judiciais ou administrativos. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 323: A aplicação da penalidade, nos termos da Cláusula 75 do Contrato de Concessão, somente será efetivada mediante processo administrativo sancionador, onde será garantida a ampla defesa e o contraditório, com tomada de decisão, fundamentada em fatos e circunstâncias atinentes ao caso concreto e devidamente comprovadas.

6º BLOCO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS Nº 324

QUESTÃO 324

Contrato - Cláusulas 48.10 e 48.11 - Tabelas com demandas de referência e Cláusula 48.13: "A verificação trimestral da demanda real da CONCESSÃO será feita usando-se os trimestres civis, para possibilitar a comparação com os valores projetados." Questão 1 - Entendemos que os anos indicados nas tabelas se referem a anos de concessão. Está correto nosso entendimento? Questão 2 - Se a resposta for positiva, o texto da cláusula 48.13 deverá ser corrigido para "A verificação trimestral da demanda real da CONCESSÃO será feita usando-se os trimestres concessão, para possibilitar a comparação com os valores projetados." Questão 3 - Se a resposta for negativa, entendemos que o "ANO 1" da tabela mencionada tanto na Cláusula 48.10 quanto na Cláusula 48.11 corresponde ao ano de 2018, independente da data de início da OPERAÇÃO COMERCIAL DA LINHA 5 e da ORDEM DE INÍCIO DA OPERAÇÃO COMERCIAL DA LINHA 17? Está correto o nosso entendimento? Questão 4 - Como a OPERAÇÃO COMERCIAL DA LINHA 5 não se iniciará no 1º trimestre civil de 2018, qual a DEMANDA PROJETADA para os trimestres do último ano de concessão ("ANO 21")?

RESPOSTA 324: Questão 1: Os anos indicados na tabela se referem a anos civis iniciando o ano 1 em 2018. Questão 2: O entendimento não está correto, os trimestres indicados correspondem ao ano civil. Questão 3: O entendimento está correto, o ano 1 da Tabela corresponde ao ano de 2018. Questão 4: Na hipótese da operação comercial da Linha 5, nos termos da Cláusula 48.3, ultrapassar os dados disponíveis da planilha, deverá ser considerada a DEMANDA PROJETADA do(s) trimestre(s) correspondentes do ano anterior,





007708

e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

aplicando-se a taxa de crescimento realizada no trimestre correspondente, apurada na operação.

7º BLOCO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS Nº 325

QUESTÃO 325

Clausula 49; 25.8.(i) e Anexo XIV

Em atenção à Clausula 49 - EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO do Contrato entendemos que a recomposição do equilíbrio, de acordo com a Cláusula 50 - PROCEDIMENTO DO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO resulte em Revisão da TARIFA DE REMUNERAÇÃO ou ressarcimento ou indenização à CONCESSIONÁRIA, não se aplicará a ordem prescrita na Cláusula 25.8.(i), cabendo a estas parcelas adicionais oriundas de reequilíbrio econômico-financeiro nova ordem de prioridade do item 1.3.5.a) do Anexo XIV, devendo sua liquidação se processar após o "pagamento da parcela efetivamente devida à Concessionária das Linhas 5-Lilás e 17-Ouro, a partir do início da operação comercial de cada uma das linhas" e assim sucessivamente a cada reequilíbrio aditado. Está correto o entendimento?

RESPOSTA 325: O entendimento não está correto. A ordem de prioridade estabelecida na Cláusula 25.8 (i) e no item 1.3.5 a) do Anexo XIV não será alterada.

8º BLOCO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS Nº 326

QUESTÃO 326

Edital - Preâmbulo e Comunicado-Errata

Devido a complexidade do escopo de uma Concessão Onerosa cuja demanda de passageiros não encontra similar nos sistemas metroferroviários mundiais, a consequente responsabilidade e dificuldade na elaboração da proposta, as respostas aos pedidos de esclarecimentos assim como os esclarecimentos ainda a serem respondidos, vimos solicitar prorrogação do prazo para recebimento dos Envelopes 1 (Garantia de Proposta e Proposta Comercial) e 2 (Documentos de Habilitação) por um período de 60 (sessenta) dias, a contar da data fixada no Comunicado-Errata do Edital para recebimento dos Envelopes.

RESPOSTA 326: Explicitamos que os pedidos de esclarecimentos foram respondidos nos termos disciplinados no edital e que fica mantida a data de 28/09/2017 (no mesmo horário e local informados no edital) para recebimento dos Envelopes 1 e 2 como fixada no comunicado-Errata do Edital.





007709 e

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

9º BLOCO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS DE 327 A 330

QUESTÃO 327

Eu gostaria de entender sobre a possibilidade de migrar a operação dos trens para o GoA 4 (UTO sem condutor).

Nos documentos de concessão, consta o seguinte:

Em condições normais de operação, a movimentação dos trens deverá ser realizada de modo automático com operador na cabine.

Aí, logo abaixo consta:

A CONCESSIONÁRIA poderá adaptar a operação para graus de automação superiores GoA3 (Driverless) ou GoA4 (UTO sem operador) por sua conta e risco.

Na parte de Pedidos de Esclarecimentos, foi questionado sobre o cronograma de instalação de portas de plataforma, necessários para o upgrade ao grau de automação GoA4 (sem condutor). Responderam sobre a necessidade de sistema que detecte obstáculos na via, além de outras coisas, que não estão previstas para a Linha 5 - Lilás.

Me respondam de forma clara:

Assim que as portas de plataforma estiverem instaladas em todas as estações, nós vamos poder tirar os operadores de trem das cabines?

RESPOSTA 327: Não. Conforme respondido na questão 315, os trens da Linha 5 circulam em GoA2 e para a operação em GoA3 (sem operador na cabine mas com atendente no trem), além da instalação das portas de plataforma nas estações, será necessária a adequação dos trens e demais sistemas de forma a atender plenamente a Norma IEC-62290 no que tange à operação neste grau de automação. Da mesma forma, para o upgrade ao grau de automação GoA4 (sem condutor e sem atendente) será necessária a adequação dos trens e demais sistemas de forma a atender plenamente a Norma IEC-62290 no que tange à operação neste grau de automação. Conforme consta do edital, a CONCESSIONÁRIA poderá adaptar a operação para graus de automação superiores GoA3 ou GoA4, mas todos os investimentos necessários são de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA, sem qualquer indenização ou ressarcimento por parte do Poder Concedente.





007710

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

QUESTÃO 328

Anexo XXVI do Edital

2.1. O valor da PROPOSTA COMERCIAL, que oferecemos pela OUTORGA FIXA da CONCESSÃO, é de R\$ [*] ([*]), data base [*] (primeiro dia do mês de apresentação da proposta), a partir do preço mínimo estabelecido no Edital (item 12.1.2), com pagamento em 1 (uma) única parcela.

Entendemos que o valor a ser ofertado pelos licitantes no item 2.1 do Anexo XXVI do Edital corresponde ao valor total da OUTORGA FIXA (Valor Mínimo + Ágio) e não apenas ao eventual ágio a ser ofertado a partir do valor mínimo estabelecido no item 12.1.2 do Edital. Está correto nosso entendimento?

RESPOSTA 328: O entendimento está correto.

QUESTÃO 329

Concorrência Internacional nº 02/2016

Edital – Item 7 (Esclarecimentos e Impugnação ao Edital)

Solicitar a prorrogação da data limite para entrega das propostas, prevista no Edital da Concorrência Internacional em referência, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, de modo a ser assegurado a todos os Interessados um prazo maior para conhecimento de seu objeto e estruturação de suas propostas, em especial pelo fato de se tratar esta de uma Concorrência Internacional.

RESPOSTA 329: O prazo de divulgação do edital e seus anexos são suficientes para assegurar a todos os interessados a formulação da proposta, sendo certo que todos os pedidos de esclarecimentos foram respondidos nos termos disciplinados no edital e, portanto, fica mantida a data fixada para a sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes 1 e 2 da Concorrência Internacional nº 02/2016, ou seja, **19/01/2018, às 10:00 horas**, no mesmo local informado no edital, conforme constou do Comunicado-Errata publicado em 20/12/2017.

QUESTÃO 330

Edital - Comunicado-Errata-Retomada

Considerando a retomada da licitação, consoante o Comunicado-Errata-Retomada do Edital publicada no DOE de 20/12/2017, e constatado ser insuficiente o prazo ali fixado, para cumprir os encargos previstos nos itens 5.3, 12.1 e 12.2.4 do Edital, com a profundidade que se faz imprescindível para apresentarmos a máxima competitividade nas fases previstas em 9.5.1





00771112

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONTRATO DE CONCESSÃO STM nº 003/2018
PROCESSO STM Nº 000770/2015 (SPDOC nº 87196/2018)
Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2108

(Proposta), 9.5.3 (Disputa) e 9.5.7 (Lances), vimos solicitar prorrogação do prazo para recebimento dos Envelopes 1 (Garantia de Proposta e Proposta Comercial) e 2 (Documentos de Habilitação) por um período de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data da sessão pública para recebimento desses Envelopes, apontada no referido *Comunicado*.

RESPOSTA 330: Idem à resposta da questão 329.

Observação que constou em cada bloco de reposta:

a) Estes esclarecimentos são parte integrante do edital, do contrato e demais anexos, e previamente à assinatura do contrato, a minuta será ajustada para incorporar as respostas que ensejaram ajustes.

Outras observações:

b) O 1º BLOCO contém os seguintes anexos:

6 anexos sendo dois anexos da Questão 3, um anexo da Questão 4, um anexo da Questão 5 e dois anexos da Questão 6.

c) O 2º BLOCO contém os seguintes anexos:

2 anexos correspondentes as questões 139 e 142.

d) Os blocos de perguntas e respostas referem-se às seguintes datas:

- 1º Bloco publicado no DOE, edição de 07/06/2017;
- 2º Bloco publicado no DOE, edição de 15/06/2017;
- 3º Bloco publicado no DOE, edição de 24/06/2017;
- 4º Bloco publicado no DOE, edição de 27/07/2017;
- 5º Bloco publicado no DOE, edição de 18/08/2017;
- 6º Bloco publicado no DOE, edição de 07/09/2017;
- 7º Bloco publicado no DOE, edição de 19/09/2017;
- 8º Bloco publicado no DOE, edição de 23/09/2017;
- 9º Bloco publicado no DOE, edição de 12/01/2018.

